

SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE



Maputo, 16 de Setembro de 2016 • ANO XXIII • Nº 1184 • Preço: 40,00 Mt • Moçambique
Savana FM 100.2 Mhz • www.savana.co.mz • [email:savana@mediacoop.co.mz](mailto:savana@mediacoop.co.mz)

Proindicus e MAM "rangem os dentes"

Desesperadas à espera das petroleiras



Págs. 2 e 3

Graça Machel:

Pág. 4

Guebuza descontinuou diálogo e estamos em guerra



João Domingos na primeira pessoa

Centrais

Bem-vindo. Para apostar, prima no jogo pretendido. Boa sorte!

lotaria totoloto totobola

Proindicus e MAM posicionadas em Pemba

À espera de um acordo com as petrolíferas

Por Armando Nhandumbo, nosso enviado a Pemba

Realçados os devidos contornos de um negócio mal calculado, a Proindicus e a MAM (Mozambique Asset Management), as duas empresas, teoricamente privadas, que juntamente com a EMATUM (Empresa Moçambicana de Atum) fizeram resvalar o país para o fundo do poço, estão a “ranger os dentes” lá para a capital provincial de Cabo Delgado, onde aguardam um OK da norte-americana Anadarko e da italiana ENI que, no entanto, podem optar por outras alternativas, por inviabilidade técnica das embarcações da Proindicus.



Com uma elevada dívida de USD de 622 milhões, contraída em 2013, através dos bancos Credit Suisse (sediada na Suíça) e do russo VTB Bank, com aval do Estado, a Proindicus tem atracados no Porto de Pemba, apenas seis grandes embarcações, num pacote que inclui outras 30 de dimensões menores.

Das seis, todas com uma velocidade máxima de 54 nós, três são interceptores de alta velocidade (HSI-High Speed Interceptor, em inglês) e têm 32 metros comprimento, enquanto as restantes três são “Águias Oceânicas” (Ocean Eagle) e medem 43 metros cada.

Os seis “monstros” são de uma maior autonomia, ou seja, capacitados para navegar até 700 milhas náuticas a uma velocidade de 30 nós sem ne-

cessitarem de reabastecer, quer em combustíveis, quer em géneros alimentícios.

“Significa que podem ir de Pemba à Beira sem necessidade de abastecerem”, explicam ao SAVANA fontes treinadas para operar os navios, com uma tripulação de 12 homens, incluindo camas e reservatórios de água.

Às nossas insistências, retorcem: “estes barcos grandes podem navegar durante sete dias sem de restabelecer”. Trata-se de barcos com dois tanques de combustível cada e com uma capacidade para 10.5 mil litros por tanque, totalizando 21 mil litros em “full tank” e, todas elas concebidas para acções de interceptação.

“São barcos com missão específica de

interceptar. Têm alta velocidade para perseguir piratas, onde quer que seja no mar, e entregá-los às autoridades competentes”, segreda-nos a fonte que, ao mesmo tempo que impõe o anonimato, acrescenta que “as embarcações grandes começaram a chegar ao país este ano”.

Entretanto, as outras cerca de 30, designadas DV-15, medem 15 metros de comprimento e têm capacidade para transportar apenas quatro ocupantes, nomeadamente, o piloto, o co-piloto, o chefe mecânico e o atirador.

Com uma velocidade máxima estimada em 40 nós, possuem um tanque que leva até dois mil litros de combustível.

Tal como as seis que estão parque-

adas, das lanchas DV-15, apenas quatro é que operam, nomeadamente, em treinos de especialidade para militares da Marinha de Guerra que, à luz de um acordo entre a Marinha de Guerra e a Proindicus, deverão, futuramente, pilotar as embarcações. Aliás, durante a visita, o SAVANA testemunhou uma das operações de treino nas águas da Baía de Pemba, junto ao porto local.

Aos DV-15, segundo nossas fontes, juntam-se a outras cinco embarcações do mesmo lote que estão no Porto de Maputo, onde à semelhança do de Pemba, o acesso está teoricamente “fechado a sete chaves para a imprensa”, apesar das inúmeras fotos de amadores, feitas dos prédios vizinhos ao cais de pesca, não mui-

to longe do “cemitério flutuante” da Ematum.

“Quando há visita não aceitam a entrada de jornalistas”, dizem os nossos informantes.

Equaciona-se que outras embarcações, em número reduzido, estejam no distrito costeiro do Lago, no Niassa. Segundo informações recolhidas, o grosso dos DV-15 estacionados em Pemba deverão seguir para dois destinos: Maputo e Beira, locais onde, à luz de um memorando de entendimento entre a Proindicus e a MAM, devem já estar a decorrer actividades de construção e/ou reabilitação e melhoria de instalações para responder a operação, incluindo casas para militares da Marinha que vão operar os barcos.

Acordos madrugadores

Ao que o SAVANA apurou, o Ministério da Defesa selou, através da Marinha de Guerra, um memorando de entendimento com a Proindicus que compreende o “fornecimento” de militares para operarem as embarcações da empresa que contraiu uma dívida internacional com aval do Estado moçambicano.

A Proindicus, lembre-se, e à semelhança da MAM e da EMATUM, foi criada com todo o secretismo, incluindo pontapés à legislação e o contorno de instituições de direito, alegadamente para adquirir meios militares para garantir segurança nas “zonas económicas exclusivas”.

Em Abril deste ano, o então governador do Banco de Moçambique, Ernesto Gove, disse desconhecer a existência de uma tal empresa, muito embora o Estado moçambicano já tivesse feito pagamentos a favor das duas empresas. À data da sua criação, o argumento da viabilidade das empresas securitárias era feito a partir de um comentário “vazado” para a imprensa, de que a ENI gastava USD 250.000, diariamente, na sua operação na bacia do Rovuma. Só as duas operações (Eni e Anadarko), totalizariam anualmente gastos de USD 182,5 milhões em segurança.

Na hora de assumir a dívida da empresa, o Governo, através do porta-voz do Conselho de Ministros, Mouzinho Saíde, disse em Abril último que “no contexto em que a empresa foi criada, o país enfrentava ameaças de segurança, tais como pirataria, emigração ilegal, narcotráfico e pesca ilegal”, acrescentando que era preciso garantir segurança nos activos das empresas de petróleo e gás que operam em Moçambique. Disse ainda que a empresa adquiriu aeronaves de patrulha marítima, embarcações militares e radares espalhados ao longo da costa moçambicana.

Assim, depois de fechar a parceria com a Marinha de Guerra, a Proindicus foi, por sua vez, ao mercado à “procura” de um parceiro para a prestação de serviços de assistência às suas embarcações e construção de estaleiros especializados para manutenções. E, curiosamente, a “sorte” foi “cair”, numa empresa “irmã”, a Mozambique Asset Management que, tal como o seu “contratante”, a Proindicus, bem como a EMATUM, tem o mesmo PCA, António Carlos do Rosário.

Anadarko pode descartar Proindicus

Toda a lógica que norteou a criação, na recta final da administração Guebuza, da Proindicus, tal como a MAM e a EMATUM, assenta na prestação de serviços de segurança à indústria de gás na bacia do Rovuma.

Entretanto, a empresa norte-americana que lidera o projecto de Gás Natural Liquefeito (LNG, na sigla inglesa), parece estar a um pé de preterir os serviços da Proindicus para a fiscalização do seu negócio, optando por outras alternativas no mercado internacional.

É que, ao que contam fontes deste jornal, tanto os HSI como os Ocean Eagle não estão equipados de armamento electrónico para enfrentar os grandes sindicatos de pirataria marítima, quando se revelar necessário durante as actividades de fiscalização.

“Não se faz interceptação sem armamento, por isso, ao invés destes brinquedos, que por acaso são muito velozes, a Anadarko pode contratar outras forças para a sua protecção”, equacionam.

“Sim, são muito velozes, mas há um aspecto muito preponderante, de que talvez se esqueceram: falta de armamento. Mesmo se forem ao alto mar para inter-

ceptar, o que vão fazer? Até podem ter lá dentro uma equipa de militares armados, mas a eficiência não é a mesma da de um barco que possui armamento electrónico específico para missões desse género”, prossegue fonte militar, explicando que só os DV-15 é que estão equipados desse tipo de armas. “Mas aí está: as pequenas embarcações não têm a mesma autonomia que as grandes e podem ter dificuldades de enfrentar a alta mar no alto”, acrescenta.

A alegada compra, pela Proindicus, de embarcações não devidamente equipados para responder aos desafios para os quais foram adquiridos, só vem consolidar a tese da pressa, sabotagem ou desconhecimento que poderão ter rodeado o negócio. A primeira foi a EMATUM que, depois de contrair uma pesada dívida de USD 850 milhões na aquisição de embarcações, num nebuloso negócio, viu-se obrigada a investir perto de 30 milhões de meticais na adaptação de barcos que, curiosamente, foi ela própria a encomendar, por eles não respeitarem as especificações impostas no mercado europeu para a exportação de pescado. Com a Proindicus, volta à ribalta a questão sobre o estudo de viabilidade antes de se avançar para o negócio. Porém, Uma fonte ligada à concepção do negócio e do projecto, argumenta que a “função armada” não está cometida a estes

meios, mas a outros equipamentos complementares ligados às forças de defesa e segurança. Teoricamente, a Proindicus, a detentora dos meios de fiscalização, rastreio e interceptação, é uma empresa privada de natureza civil.

Em meio a estas incertezas sobre um OK da Anadarko para a Proindicus, uma coisa é certa: o acordo tarda a chegar. Inicialmente, a previsão dava conta de Outubro próximo, mas até aqui nada indica que até ao mês 10 haja parceira alguma.

Quando os militares foram enviados a Pemba, nos princípios do ano, a informação que tiveram foi de que tudo se iniciaria em Outubro.

“Nós estamos aqui à espera. Dizem que talvez em Outubro, portanto, estamos dependentes da Anadarko. Estamos aqui a sentar, à excepção dos dias em que vem um ministro ou um outro dirigente que se queira deslocar aqui para ver ou testar os barcos. Praticamente não estamos a fazer nada e, uma vez que estamos a prestar serviços à Proindicus, a Marinha de Guerra diz que tudo é com a Proindicus”, conta-nos um militar cheio de incertezas.

“Em condições normais nós nem devíamos estar aqui. Os nossos chefes é que foram precipitados”, sentença, denunciando casos de colegas que começaram a abandonar o local, à

semelhança do que acontece nas frentes de combate do exército contra a Renamo no centro de Moçambique. “É que não há rendimento nenhum em estar aqui”, acrescenta, denunciando marginalização. “Estão a formar pessoas para depois marginalizar. Estamos aqui sem subsídios. Recebemos o mesmo que recebíamos antes de irmos aqui, sem subsídios de risco nem nada. É verdade que estamos aqui pelo patriotismo, mas também não comemos patriotismo”, desabafa. Um eventual boicote da norte-americana Anadarko seria um duro golpe não só para a Proindicus, mas também para a MAM que veria bastante reduzidas as fontes de rendimento sobre as quais neste momento as duas empresas esfregam as mãos. Esta semana, o presidente Filipe Nyusi estará no Texas, na sede da Anadarko com vista a agilizar vários pontos no negócio do gás na bacia do Rovuma, nomeadamente a finalização dos contratos de exploração e os aspectos da logística de apoio com que desesperadamente estão a contar as controversas empresas de segurança marítima, criadas no consulado de Armando Guebuza, o antecessor do actual Chefe de Estado.

do Rovuma

Com uma dívida de USD 535 milhões avalizada pelo Estado moçambicana, a MAM SA, é uma sociedade anónima constituída pela GIPS (Gestão de Investimentos, Participações e Serviços, Limitada) com 98%; EMATUM com 1% e a Proindicus também com 1%, criada em 2014, pela elite frelimista na corrida desenfreada para abocanhar todas as oportunidades à volta da indústria de hidrocarbonetos, através da prestação de serviços complementares.

Na altura, Mouzinho Saide informou que a MAM foi criada para operar instalações navais, com a finalidade de prestar serviços de assistência às embarcações do Governo, bem como a navios comerciais da indústria de petróleo.

“O escopo do contrato do projecto desta empresa inclui a entrega de um estaleiro móvel, especializado na manutenção de activos localizados em diferentes pontos, além da formação contínua dos moçambi-

portos de Maputo e na Catembe, assim como demoras no desalfandegamento de vários equipamentos.

Treinos no estaleiro da Normandia

À luz do acordo assinado com a Marinha de Guerra, a Proindicus SA enviou, em 2014, 33 militares daquele ramo das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), para a França, onde durante um ano foram formados para operarem os HSI e os Ocean Eagle.

Foram treinados no estaleiro naval da Normandia, exactamente, onde foram fabricados os barcos da EMATUM, visitados em 2013 pelo então presidente Armando Guebuza.

Voltaram ao país nos princípios deste ano e até Fevereiro estavam posicionados em Pemba para a recepção das embarcações que chegaram aquele porto no dia três desse mesmo mês, quando o país celebrava os 47 anos da morte de Eduardo Mondlane.



Para além da bandeira da MAM, vislumbra-se o African Storm que serve de “escritório” da empresa



Parte das embarcações DV-15 pertencentes à Proindicus

canos”, referiu, acrescentando que a firma que, tal como a Proindicus SA e a EMATUM SA (todas elas, teoricamente sociedades anónimas de direito privado), está ligada ao sector securitário, abarca ainda serviços a embarcações comerciais e da indústria de petróleo e gás off-shore (no mar), além da construção de um navio estaleiro móvel especializado em manutenção.

É no quadro da parceria com a Proindicus SA que a MAM SA, cujos escritórios em Pemba, funcionam numa embarcação denominada African Storm, atracada nas imediações do Porto, está a prestar assistência à Proindicus, antes mesmo desta última empresa iniciar as operações. São serviços que, para além da manutenção de meios, envolvem a reabilitação dos estaleiros da Marinha de Guerra de Pemba (durante a pesquisa vimos as obras em curso) para acomodação dos militares que deverão operar as embarcações.

A ter fé nas nossas fontes, actividades similares deverão iniciar brevemente, se é que ainda não arrancaram, no Porto da Beira e de Maputo, para onde deverá seguir o grosso das embarcações parqueadas no Comando da Base Naval de Pemba. Recolhamos informações que o projecto se atrasou em Maputo por a empresa, teoricamente de direito privado, não ter tido acesso às instalações logísticas da Marinha de Guerra junto ao

Dos 33 formados em Normandia, apenas 15 foram afectados aos seis “monstros” atracados na antiga “Porto Amélia” e os restantes estão em Maputo, onde operam um navio também de grandes dimensões designado “Antilhas Reef” (confiscado à pesca ilegal), que era do Ministério das Pescas e agora está nas mãos da Marinha de Guerra para fiscalização na baía de Maputo e arredores.

Entretanto, enquanto as três dezenas seguiam, em 2015, para a cidade

francesa de Cherbourg, onde se situa o estaleiro da CMN (Construções Mecânicas da Normandia), propriedade do libanês Iskandar Safa, outros militares, em número que não conseguimos apurar, eram formados em território nacional para operar os DV-15. Neste momento há militares a receber treinos ministrados por oficiais franceses, americanos e brasileiros, tendo uma das sessões sido testemunhada pelo SAVANA na visita guiada que efectuou a Pemba.

NEW
FULLBACK

FULLBACK

DOBLÒ | FIORINO | DUCATO

GAMA FIAT PROFESSIONAL

ESTA EQUIPA DÁ CONTA.

Seja qual for a utilidade, há sempre um FIAT pronto para cada tarefa. A Fullback é a pickup 4x4 da FIAT que mistura o design italiano com o melhor da tecnologia disponível no mundo para oferecer desempenho. E se os desafios forem maiores, conte também com a restante gama FIAT Professional: uma grande equipa para o seu negócio.

FULLBACK | A partir de:

2.149.000MT

Extras: Jantes de liga leve, AC, Cruise control, Motor 2.5 D com 136 CV, 4X4 easy select, ABS, EBD, Air bag (condutor e passageiro), Rubberizing, Parachoque traseiro cromado, Bola de reboque.

Maputo | Beira | Chimoio | Tete | Nampula | Pemba
Apoio ao cliente:
+258 842 926 533 / info.tecnica@jfs.co.mz
www.jfs.co.mz | facebook.com/FIATMZ

o ponto de partida

SEJA RESPONSÁVEL. CONDUZA COM ATENÇÃO.

Houve descontinuidade do diálogo e estamos em guerra

Por Argunaldo Nhampossa

Aviúva de Samora Machel e actual presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), Graça Machel, defende que o retorno do conflito militar no país depois de mais de 20 anos do Acordo Geral de Paz (AGP) se deve essencialmente à descontinuidade da cultura de diálogo e da não aceitação de quem pensa diferente de nós, nos últimos dez anos de consulado de Armando Guebuza.

Convidada pelo Instituto de Relações Internacionais (ISRI) para falar da “Vida, pensamento e obra de Samora Machel” no âmbito das comemorações dos 30 anos da criação daquela instituição de ensino superior, Graça Machel trouxe à tona o que considerou de visão do primeiro Presidente de Moçambique na educação, produção, no processo de descentralização do país e acabou desaguando no actual cenário político do país. No dia 19 de Outubro comemora-se o trigésimo aniversário da morte de Samora Machel no trágico acidente de Mbuzini, em 1986.

Na sua alocução, esta quarta-feira, Graça Machel disse que apesar das políticas, pensamento e visão de Machel em torno da gestão da coisa pública, produção, ensino e desenvolvimento do país, entre outros, terem sido apresentados nos anos 70 e 80, estas continuam relevantes para a realidade do país. Graça Machel acrescentou que cada presidente tem a sua maneira de fazer as coisas, procurando, contudo, adoptar o seu estilo próprio de liderança, mediante os desafios de momento.

Nessa perspectiva, ela sublinhou que não se está a fazer bem quando em cada mandato os antigos titulares são ignorados ou totalmente descartados.

“Nós somos uma nação e estado novo; muita da nossa memória institucional está connosco e não está escrita. Ao invés de fundir equipas, temos tendência de as afastar por completo e, em certos casos, temos a dura missão de ter de reinventar a roda”, disse.

Tomou como exemplo o pensamento de Machel, que considerou que durante muito tempo foi descartado por algumas lideranças, mas que o povo, com destaque para os chapeiros e vendedores dos mercados, tiveram de resgatar através das diferentes gravações que existem na praça e daí voltou a ser uma referência obrigatória quer para os seus contemporâneos quer para as novas gerações. Analisou a liderança de Chissano e disse ter notado que a única



Temos de resgatar a postura dialogante de Chissano

descontinuidade que se verificou foi causada pelos desafios que se impuseram naquele momento, que passavam pela transformação do sistema de partido único para o multipartidarismo.

“Não se fala de Chissano, mas o seu trabalho como dirigente teve um grande impacto. A transformação do Estado moçambicano do sistema de monopartidário para o multipartidarismo foi obra de Chissano. É interessante que nós não conhecíamos um outro modelo se não fosse o de partido único. Chissano fez um périplo por todas as províncias para consultar o povo que prontamente negava. Mas ganhou coragem suficiente e disse que a realidade já não era a mesma e tínhamos de mudar de sistema. Dito e feito mudou e nos trouxe a paz que durou 20 anos e todos pensávamos que a paz vinha para ficar, mas estamos agora mergulhados num novo conflito”, disse.

Acrescentou que, se tivessem persistido os princípios e a maneira dialogante que caracterizou o mandato de Joaquim Chissano, certamente que não estaríamos numa nova guerra. “isto é descontinuidade, ouviram meus filhos”, exclamou.

Referiu que a descontinuidade da prática e modelo de governação de Chissano aniquilou a postura de diálogo, de aceitar aquele que pensa diferente de nós e trazê-lo para um espaço no qual se sinta moçambicano.

“Quando perdemos essa cultura dialogante as posições recrudesceram e o conflito rebentou e agora a batata quente, bem quente mesmo, passou para as mãos de alguém que é quase da vossa geração”, sublinhou, numa clara alusão

à herança ao actual Presidente Filipe Nyusi.

Apelou aos académicos para que procurem encontrar novos métodos de pensamento que permitam aos moçambicanos conviverem uns com os outros e se aceitarem mutuamente.

Coragem para negociar

Graça Machel explicou que as primeiras negociações entre o governo e a Renamo datam de 1984, e que foram iniciadas e conduzidas por Samora Machel. Até Outubro desse ano, recorda que estavam todas as condições criadas para a assinatura de um acordo para o fim da guerra, mas que na hora da verdade houve uma mão externa que impossibilitou a viabilização do acordo.

Hoje, passam 32 anos mas o conflito continua depois uma paragem de 20 anos, ao que ela apelou à necessidade de se ter coragem na tomada de decisões para fazer o que logo à primeira vista parece impossível. Falou do acordo de Nkomati, que segundo ela gerou controvérsia em alguns sectores, mas que era um imperativo dado que estava em jogo a questão da soberania nacional.

Ela considerou esse acordo como tendo sido um acto de coragem, pois, nas suas palavras, foi preciso que o governo moçambicano se convencesse de que não estava em condições de se defender da agressão movida pelo então regime do apartheid na África do Sul.

Recordou que na altura, depois da Frelimo ter derrotado o colonialismo português e o regime minoritário branco da Rodésia, se considerava imbatível nas confrontações armadas, mas que ao aperceber-se de que havia um

interesse maior que passava pela preservação da soberania nacional e proteger o cidadão era preciso assumir actos de muita coragem e tomar medidas céleres para colocar fim ao conflito.

Abordando a actual situação no país, Graça Machel entende que os dirigentes devem usar todos os instrumentos que têm à sua disposição para restaurar a paz, e que esta seja duradoura. Propõe uma reflexão, de modo que os moçambicanos encontrem um espaço para sentar e procurar as similitudes daquilo que os faz iguais e trabalhar para ultrapassar as diferenças.

“O nosso desafio é como construir uma paz duradoura para não haver mais conflitos e reconciliarmos como moçambicanos que todos somos”, disse Graça Machel.

Servir o povo

Um dos aspectos marcantes de Samora Machel foi o de ter dito que os “camaradas deveriam ser os primeiros nos sacrifícios e últimos nos ganhos”, uma clara chamada de atenção para servir o povo e não se servir dele. Sobre este ponto, Graça Machel destacou que esta maneira de ser deve constituir a marca dos dirigentes. Disse que Samora priorizou o povo até ao ponto de não se ter preocupado em erguer grandes mansões.

“Não estou a dizer que os nossos dirigentes devem viver em casinhas como as de Samora. Isto é apenas um exemplo de onde um dirigente coloca as suas prioridades”, disse.

Criticou a cultura de servidores públicos que ignoram as necessidades do povo, concentrando-se apenas em ganhos pessoais, o que resulta no excesso da burocracia

e morosidade na tomada de decisões.

“Os funcionários públicos não podem complicar os cidadãos e impedi-los de acesso ao que é de direito”.

Povo deve ter espaço

Recordou-se dos tempos em que o povo tinha direito à palavra a todos os níveis da administração pública, incluindo nos locais de trabalho.

Exemplificando, ela disse que a planificação começava da base para o topo, oportunidades que nos últimos tempos têm feito muita falta, o que para ela deve ser corrigido com o aprofundamento do processo de descentralização, dado que o modelo vigente denota um grande vazio sobre como as pessoas podem opinar e resolver os seus problemas.

“A democracia é uma exigência fundamental para que qualquer um possa falar na primeira pessoa e esse espaço deixou de existir. Temos pessoas que nos representam, mas precisamos de espaço para dizer o que pensamos ou precisamos na aldeia”, disse.

Educação em primeiro lugar

Mesmo em tempos de intensa guerra, a antiga ministra de educação diz que Machel sempre colocou a formação do homem em primeiro lugar. Prova disso, diz que são os diversos pensamentos que foi desenvolvido ao longo do tempo como é o caso: “fazer da escola a base para o povo tomar o poder; estudar, produzir e combater”.

Segundo Graça Machel, nesse período a prioridade era o combate ao colonialismo, mas o presidente de então dava primazia aos estudos nos seus discursos, de forma que o povo adquirisse conhecimento científico que era condição primordial para depois se produzir.

Apesar de estarmos num período onde os são desafios diferentes, entende a activista, que a base discursiva que privilegiava o conhecimento para espezitar produção continua actual e mostra-se cada vez mais necessário.

Isto porque Moçambique é um país de consumidores e não de produtores, o que faz com que importemos mais de 80% do que se consome, sendo que os níveis de pobreza continuam elevadíssimos. Desafiou os académicos a adquirirem uma mentalidade revolucionária no que diz respeito a produção de modo a colocar o país com altos níveis de suficiência alimentar.

UM PROJECTO
SOICIFIDE

www.acraya.com



ACRAYA

RESIDENCE

provavelmente o melhor condomínio
para viver em Maputo



Stand de Vendas: Av Ahmed Sekou Touré 864

Agora como PCA da empresa responsável pela estrada

Silva Magaia volta a dar murros contra construção da Circular

Por Armando Nhantumbo

É crítico, desde a primeira hora, da construção da Estrada Circular de Maputo que, em 2012, chegou a considerá-la um “não bom projecto”. A sua nomeação, em Janeiro último, para Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Maputo Sul, a empresa responsável pela construção daquela infra-estrutura rodoviária, surpreendeu a tudo e todos. Parecia ter chegado a vez para Silva Magaia se conformar com o projecto com o qual um dia não esteve de acordo. Mas esta semana, o arquitecto voltou a desferir duros golpes contra a construção da Estrada que ele próprio tem agora a missão de concluir.

Estava a decorrer o Primeiro Simpósio de Transportes Públicos e de Passageiros, um evento organizado pela Empresa Municipal de Transportes Rodoviários de Maputo (EMTPM). Silva Magaia tinha preferido manter-se em silêncio, mas não resistiu à “provocação” de um dos participantes que, de unhas e garras, defendeu que a solução para o problema de transportes, sobretudo nos centros urbanos, passa,

necessariamente, pela construção de mais vias de acesso, apontando, exactamente, a circular como um exemplo inequívoco. “Antes da Circular, eu gastava 2 horas de casa para o serviço e vice-versa, mas agora faço o mesmo percurso em 50 minutos” disse.

Foi quando a voz de Silva Magaia irrompeu sala adentro. Ensaçou apresentar-se como não PCA do Maputo Sul, mas como simples quadro da empresa responsável pela construção da Estrada Circular e da ponte Maputo-Catembe. Se na entrevista de 2012, à Lusa, o então coordenador do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) dizia: “não nos parece ser uma boa opção fazer a estrada passar justamente onde está, na linha da estrada Marginal. Não nos parece bom projecto. Sabemos que há previsões de que haja, nos próximos 30 ou 50 anos, a subida do nível das águas do mar... então está a construir-se uma infra-estrutura muito cara e muito importante numa zona muito exposta e isso é contrário aos princípios de resiliência”, hoje a crítica tem que ver com o papel da Circular no escoamento do tráfego rodoviário.

“Estou a construir uma infra-estrutura que não é a solução do problema”, disparou Magaia, para quem a solução da crise de transporte em Maputo não é a construção de mais vias. Estava lançado um golpe duro de um crítico que quis o destino que, este ano, fosse nomeado para PCA da empresa responsável pela Estrada orçada em USD 315 milhões,

dos quais USD 310 milhões sob forma de empréstimo ao banco chinês Exim-Bank e os restantes USD 5 milhões desembolsados pelo governo moçambicano.

O SAVANA interpelou o também antigo vereador do Pelouro de Ambiente e Urbanização no município de Maputo para esclarecimentos. “Quando nós oferecemos uma facilidade, atraímos

as pessoas para essa facilidade. Então, investir numa infra-estrutura para a circulação de veículos ligeiros é convidar mais veículos. A tendência de aquisição de viaturas pode ter sido afectada por causa da situação financeira que o país está a atravessar e que está a afectar a vida das famílias, mas, se não fosse isso, a existência de uma estrada tão boa como a Circular tem, obviamente, a consequência de aquelas pessoas que vivem na periferia e trabalham na cidade e que dependem do chapa ou do transporte colectivo passarem também a adquirir as suas viaturas privadas, estas viaturas de segunda mão importadas da Ásia a preços baixos. E isto só contribui para aumentar os congestionamentos. Investir na infra-estrutura é exactamente o oposto, é convidar mais carros privados”, explicou-se.

“Continua a pensar que a construção da Estrada Circular não é a opção mais correcta?”, perguntamos nós, ao que respondeu: “não é a solução para o transporte de passageiros”.

O arquitecto que, há quatro anos, avisou que a Circular de Maputo tem claros desafios ambientais, pois inclui zonas melindrosas como assentamentos populacionais e, no caso do hoje polémico troço entre o Nó da Machava e a Avenida 24 de Julho incluir um ecossistema sensível por estar ligado à baía, agora refere que, enquanto andarmos muito em viaturas particulares, a construção da Estrada não vai ser solução para o transporte de passageiros.

Referindo-se aos participantes do Primeiro Simpósio de Transportes Públicos e de Passageiros, na sua maioria da classe média e alta, Magaia não poupou palavras: “Nenhum de nós veio para aqui de transporte colectivo. Poucos vieram dois a dois, se calhar quase ninguém, o que significa que, só para estarmos neste evento, foi preciso pôr a circular 100 viaturas. É isto que temos de encontrar uma forma de inverter. Cem pessoas para virem a um evento como este, temos de usar 10 a 20 por cento dos meios de circulação que neste momento estamos a utilizar. É esta viragem que está a faltar. Estamos a andar muito em carros individuais, quando a solução para a mobilidade é andarmos em meios de transporte colectivos que, infelizmente, hoje ainda não temos com a qualidade, fiabilidade e segurança que deviam ter para podermos deixar os carros em casa”, anota.



“Estou a construir uma infra-estrutura que não é a solução do problema”, Silva Magaia, PCA da Maputo Sul, em referência à Estrada Circular.

Quem deve gerir estradas é o MTC e não o MOPHRH

“Aguardo por uma orientação estratégica”

Por outro lado, a fonte vincou que a gestão de estradas devia estar a cargo do Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) e não no Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), por aquelas infra-estruturas não serem meras obras, mas sim uma utilidade social.

“Vou dar um exemplo de um hospital. Um hospital como um objecto é uma obra, mas o Ministério das Obras Públicas não gere hospitais, quem gere hospitais é o Ministério da Saúde. É isto que estou a trazer. Quem deve gerir as estradas em termos de utilização é o Ministério dos Transportes porque as estradas são um meio de transporte, não são uma obra por si para uma utilização abstracta, são só para circulação e quem gere a circulação é o Ministério dos Transportes”, decifrou.

Assim sendo, o responsável pela Circular de Maputo, com uma extensão de 74 quilómetros, diz que aguarda orientações, num recado claro ao governo de Filipe Nyusi.

“Tenho de encontrar uma orientação estratégica de como fazer isto. Como transformar as estradas, tirá-las de meras obras para uma componente integrada no sistema de transporte e privilegiar esta infra-estrutura para transporte massivo de pessoas e não tanto de pessoas como indivíduos separados”, rematou.

O Primeiro Simpósio de Transportes Públicos e de Passageiros, realizado esta quarta-feira, na capital moçambicana, pela EMTPM, empresa que este ano completa 80 anos, foi aberto pelo ministro do pelouro, Carlos Mesquita, que reconheceu que o sector não está bom.

“Actualmente verificamos uma fraca oferta do serviço de transporte urbano de passageiros, o que provoca a superlotação dos meios de

transporte, maior tempo de espera dos passageiros nas paragens e terminais e grande concentração nestes locais, sobretudo, nas horas de ponta. Igualmente, verifica-se um deficiente escoamento do tráfego, provocando congestionamento e consequente redução do número de viagens. As causas desta triste realidade já estão devidamente identificadas, podendo ser resumidas em exiguidade das frotas dos operadores, deficiente ou saturação da rede viária das principais cidades; desajustamento da tarifa cobrada dos custos operacionais do transporte; deficiente assistência técnica dos meios circulantes; deficiente gestão, entre outras”, reconheceu.

Falou de “défice na cobertura e satisfação das necessidades reais do público utente, em especial nas chamadas horas de ponta, onde persistem os transportadores vulgarmente conhecidos por ‘my love’, a operarem sem o mínimo de conforto e segurança dos pas-

sageiros”, repetindo, contudo, que o Governo está na busca de soluções.

Chamado a comentar sobre a “corrupção que custa vidas”, através de esquemas de corrupção no Instituto Nacional de Transporte Terrestre (INATTER), onde, segundo um recente estudo do Centro de Integridade Pública (CIP) a carta de condução está à venda, Mesquita reagiu com alguma normalidade perante um caso cuja gravidade, em outras geografias, iria parar o país inteiro. “Infelizmente as sociedades são sempre assim”, disse. Garantiu, contudo, que neste momento estão a decorrer processos disciplinares contra os funcionários do INATTER implicados no escândalo que, de acordo com dados do CIP, só de 2015 e 2016, resultou em mais de 1000 cartas de condução vendidas apenas nas cidades de Maputo e Matola.



COMUNICADO

Tendo sido veiculada na imprensa uma informação dando conta de que o Banco de Moçambique emitiu novas normas que restringem o levantamento de moeda estrangeira por parte dos clientes dos bancos comerciais, e mostrando-se adequado o devido esclarecimento público, pela presente vimos informar o seguinte:

1. A Lei nº. 11/2009, de 11 de Março – Lei Cambial – e o respectivo Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 83/2010, de 31 de Dezembro, consagram o princípio da liberalização das transacções correntes e prevêem a abertura e a movimentação de contas em moeda estrangeira por residentes e não residentes.
2. O levantamento de fundos das contas de residentes e de não residentes em moeda estrangeira só pode ser efectuado para fins de viagem ao estrangeiro e está limitado ao valor máximo equivalente a USD 5.000 (cinco mil dólares americanos) por transacção, nos termos dos nºs 4 e 5 do artigo 102 do Decreto nº 83/2010, de 31 de Dezembro (Regulamento da Lei Cambial).
3. A entrada e saída física de notas e moeda estrangeira em território nacional quando não declarada e autorizada está, igualmente, limitada ao montante acima referido, de acordo com o nº 1 do artigo 104 do Regulamento da Lei Cambial, pelo que o cidadão não pode ter em sua posse valores acima desse limite.
4. A circulação de notas e moedas estrangeiras está limitada à sua disponibilidade pelos bancos comerciais, cuja importação envolve elevados custos em divisas (transporte e seguros), que são necessárias ao País para acudir a outras necessidades prioritárias e urgentes.
5. Adicionalmente, a utilização massiva de notas físicas (cash) em moeda estrangeira em território nacional não é recomendável no âmbito das medidas que visam combater o branqueamento de capitais e o financiamento ao terrorismo internacional, em linha com as boas práticas internacionais.
6. Como alternativa ao uso do cash, o sistema bancário nacional tem estado a modernizar-se, oferecendo aos seus clientes meios de pagamento alternativos, mais modernos, eficazes, seguros e confortáveis.
7. Os clientes dos Bancos podem movimentar livremente as suas contas bancárias em moeda estrangeira, usando os meios alternativos ao cash, como as transferências bancárias, os cheques e os cartões bancários. Para exemplificar, entre outros, o pagamento de salários em moeda estrangeira, não encontra constrangimentos de qualquer natureza, uma vez que o empregador deve ordenar a transferência de fundos para as contas dos seus colaboradores, junto do sistema bancário nacional, que por sua vez usarão os meios de pagamentos alternativos já referenciados, para fazer face às suas despesas quotidianas.

Maputo, aos 09 de Setembro 2016



PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DE CORAL SUL SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SERVIÇOS DE INSPECÇÃO PARA GARANTIA MARÍTIMA

A **Eni East Africa S.p.A.** convida as empresas interessadas a submeterem a sua Manifestação de Interesse para o fornecimento de Serviços de Inspeção para Garantia Marítima (Marine Warranty Surveyor) para o Projecto de Desenvolvimento de Coral Sul que estará localizado na Área 4 da Baía do Rovuma, à aproximadamente 135 milhas náuticas à nordeste da costa da Cidade de Pemba, no norte de Moçambique.

No âmbito deste projecto, a Eni East África S.p.A. está a planear usar uma plataforma flutuante de gás natural liquefeito (FLNG) para processar o gás natural a ser extraído do alto mar em Moçambique. Para o efeito, a Eni East Africa convida todas as empresas interessadas, doravante designadas por “candidatas”, a apresentarem as suas manifestações de interesse para o fornecimento de “Serviços de Inspeção para Garantia Marítima”.

Âmbito do Trabalho:

O âmbito do trabalho consiste no fornecimento de Serviços de Inspeção para Garantia Marítima para apoiar a empresa, a fim de assegurar que os riscos associados com as operações a que o inspector de garantia for indicado sejam reduzidos a um nível aceitável de acordo com as boas práticas da indústria.

O Candidato a este anúncio público deve ser capaz de fornecer inspectores competentes, em termos de qualificações e experiência, para realizar actividades de revisão/aprovação de acordo com o âmbito do trabalho de Inspeção para Garantia Marítima (MWS Scope of Work), especialmente no fornecimento de Certificado de Aprovação (Certificate of Approval - CoA) para as operações de integração/instalação e para as inspecções de embarcações marítimas propostas pelas empresas contratadas, e para a realização de inspecções das referidas embarcações incluindo inspeção das suas condições de adequação, inspecções para o fretamento (on/off hire survey), supervisão de carregamento, inspeção de mobilização/afastamento, supervisão de instalação e para obtenção dos certificados exigidos pelo detentor de todos os riscos de construção da empresa (Company's Construction All Risk carrier).

Os candidatos devem ser capazes de realizar os serviços necessários de acordo com os códigos e normas internacionais, particularmente os requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 9001:2008, com vista a produzir e gerir a boa qualidade do serviço.

Candidatos:

As empresas interessadas podem apresentar a sua *Manifestação de Interesse*, devidamente assinada pela pessoa autorizada (junto com as procurações reconhecidas ou outra prova da autoridade de tal pessoa autorizada), juntamente com a lista de informação e documentação abaixo exigida, incluindo evidências de:

1. Ser membro de uma Associação Internacional de Inspectores de Segurança Marítima (IAMWS);
2. Ter publicado regras/directrizes para operações marítimas aplicáveis às unidades de produção flutuantes offshore (FLNGs ou FPSOs) durante a construção, transporte, instalação, integração e actividades de comissionamento;
3. Ter experiência demonstrada na Inspeção de Segurança Marítima de unidades de produção flutuantes (FLNGs ou FPSOs) durante a construção, transporte, instalação, integração e actividades de comissionamento;
4. Ter experiência demonstrada na Inspeção de Segurança Marítima na construção, transporte, instalação, integração e actividades de comissionamento do sistema de Ancoragem Turret de unidades de produção flutuantes (FLNGs ou FPSOs);
5. Ter experiência demonstrada na Inspeção da Segurança Marítima de operações marinhas para a instalação e integração de SURF;
6. Ter certificações de Sistema de Gestão de Saúde e Segurança e/ou Sistema de Gestão de Saúde e Segurança compatíveis com as normas internacionais (por exemplo, OHSAS 18001);
7. Ter certificações do Sistema de Gestão Ambiental e/ou Sistema de Gestão Ambiental em conformidade com as normas internacionais (por exemplo, ISO 14001);
8. Ter certificações de Sistema de Gestão de qualidade e/ou Sistema de Gestão de Qualidade em conformidade com padrões internacionais de qualidade (por exemplo, ISO 9001);
9. Demonstrações financeiras dos últimos três anos, incluindo: balanço anual, demonstração de resultados e dos fluxos de caixa;

10. Estrutura da Empresa e do Grupo com a lista dos principais accionistas e dos beneficiários finais (Caso a empresa não esteja cotada na bolsa de valores);

11. Cópia digitalizada e autenticada do registo comercial, nome da entidade jurídica e da pessoa de contacto para receber informação comercial e sobre a qualificação;

O site de registo (Moçambique Aplicação) está disponível no seguinte URL:

https://eprocurement.eni.it/int_eng/Suppliers/Qualification/Mozambique-Application (Para as candidaturas em Inglês)

https://eprocurement.eni.it/int_ita/Fornitori/Qualifica/Autocandidatura-Mozambico (Para as candidaturas em Português/Italiano)

IMPORTANTE:

A submissão deverá fazer referência ao código de Produto/Serviço abaixo indicado:

SS04AB28 - TECHNICAL SERVICES: CONTROL/APPLICATION OF QUAL PLANS/QUAL CERTIF. /PROJECT (Para as candidaturas em Inglês) ou

SS04AB28 P.TECNICHE: VERIF/AP.PIANI QUAL/CERT.QUAL/PROGET (Para as candidaturas em Português/Italiano)

Dentro da página da candidatura, na secção “Object of the application”, a area “Origin of invitation” deve ser completada do seguinte modo: “Marine Warranty Surveyor” objecto a ser entregue e em conformidade com os documentos acima mencionados.

Sujeito à submissão da Manifestação de Interesse e ao cumprimento com toda a documentação acima indicada, as empresas interessadas poderão receber da Eni East Africa o Pacote de Qualificação.

A Eni East Africa S.p.A fará uma avaliação da documentação acima solicitada e, caso o resultado da avaliação seja satisfatório, irá incluir o candidato na sua Lista de Fornecedores com vista a considerar a empresa em futuros processos de concurso relacionados com as actividades em questão.

Apenas as empresas ou consórcios ou JV qualificados que têm capacidade demonstrada e experiência recente no fornecimento dos serviços necessários serão considerados para potenciais propostas para o âmbito do serviço descrito acima.

A solicitação de informação e documentação têm como objectivo iniciar uma “avaliação para qualificação” e dar uma oportunidade às empresas seleccionadas de fornecer detalhes da sua estrutura legal, gestão, experiência, recursos e sua capacidade global para executar o serviço.

Para as empresas no fim seleccionadas, a Eni East Africa irá avaliar cada uma delas, em termos de possuir recursos, gestão e toda a capacidade de agir como uma única entidade jurídica (empresa), a fim de atingir as metas de qualidade requeridas, HSE, normas e programa.

Todas as respostas devem ser suportadas por tal narrativa, organogramas, tabelas de recursos e outras informações que a empresa considera necessárias para subsanciar as respostas individuais e prover a Eni East Africa a confiança requerida nas capacidades e experiências da empresa.

Esta manifestação de interesse não deverá ser considerada um convite para concurso e portanto, não representa nem constitui nenhuma promessa, obrigação ou compromisso de qualquer tipo por parte da Eni East Africa S.p.A em celebrar qualquer acordo ou contrato com qualquer empresa que participe do presente manifestação de interesse.

Consequentemente, todos os dados e informações fornecidos pela empresa não deverão ser interpretados como um compromisso por parte da Eni East Africa em celebrar um contrato ou acordo com a empresa, nem deverá possibilitar que a empresa reivindique qualquer indemnização da parte da Eni East Africa S.p.A.

Todos os dados e informações fornecidos no âmbito desta manifestação de interesse serão tratados como estritamente confidenciais e não serão divulgados ou comunicados a pessoas ou empresas não autorizadas, com excepção da Eni e seus afiliados.

O prazo para a submissão da Manifestação de Interesse através do nosso website termina no dia 23 de Setembro de 2016.

Quaisquer custos incorridos pelas empresas interessadas na preparação da Manifestação de Interesse serão da total responsabilidade das empresas, as quais não terão direito a qualquer reembolso por parte da Eni East Africa S.p.A a este respeito.



**CORAL SOUTH DEVELOPMENT PROJECT
PUBLIC ANNOUNCEMENT FOR EXPRESSION OF INTEREST
MARINE WARRANTY SURVEYOR SERVICES**

Eni East Africa S.p.A. invites interested companies to submit expressions of interest for the provision of services of Marine Warranty Surveyor for Coral South Development Project that will be located in the Area 4 of Rovuma Basin, approximately at 135 nautical miles offshore from the north east coast of Pemba, Moçambique. Under the Coral South Development Project, Eni East Africa S.p.A. is planning to use a Floating LNG (FLNG) to develop process Natural Gas extracted from offshore Moçambique. Eni East Africa invites interested companies, hereinafter referred to as “Candidates”, to submit Expression of Interest for the provision of “**Marine Warranty Surveyor services**”

Scope of Work:

The Scope of Work is to provide a Marine Warranty Surveyor Service to support Company in order to ensure that the risks associated with the warranted operations to which marine warranty surveyor is appointed are reduced to an acceptable level in accordance with best industry practice.

The candidate to this Public Announcement must be capable to provide competent surveyors, in terms of qualifications and experience, to conduct review / approval activities being undertaken in accordance with Marine Warranty Survey (MWS) scope of work, particularly in providing Certificate of Approval (CoA) for the integration / installation operations and in inspections of marine vessels proposed by Company’s other contractors and to perform surveys of said vessels including condition and suitability survey, on/off hired survey, loading supervision, mobilization/sail-away survey, installation supervision and to obtain the certificates required by Company’s Construction All Risk carrier.

Candidates are requested to be capable to perform the required services in accordance with international codes and standards, in particular ISO 9001:2008 of Quality Management System requirements in order to produce and manage good quality of the Service.

Candidates:

Companies interested in this invitation may submit their Expression of Interest duly signed by the authorized person (together with notarized powers of attorney or other evidence of authority of such authorized person) along with the following mandatory information and documentation providing evidence of:

- 1- Being an International Association of Marine Warranty Surveyors IAMWS Member;
- 2- Having published rules / guidelines for marine operations applicable to Floating offshore Production Units (FLNGs or FPSOs) during construction, transportation, installation, integration and commissioning activities;
- 3- Having evincible experience in Marine Warranty Survey of Floating Production Units (FLNGs or FPSOs) during construction, transportation, installation, integration and commissioning activities;
- 4- Having evincible experience in Marine Warranty Survey on construction, transportation, installation, integration and commissioning activities of Turret/Mooring system of Floating Production Units (FLNGs or FPSOs);
- 5- Having evincible experience in Marine Warranty Survey of Marine operations for installation and integration of SURF;
- 6- Having Health & Safety Management System certifications and / or Health & Safety Management System compliant with international standards (e.g. OHSAS 18001);
- 7- Having Environmental Management System certifications and / or Environmental Management System compliant with international standards (e.g. ISO 14001);
- 8- Having Quality Management System certifications and / or Quality Management System compliant with international Quality Standards (e.g. ISO 9001);
- 9- Last three years of financial statements including: Balance Sheets, Profit and Loss and Cash Flow statement.
- 10- Company and group structure with the list of major sharehol-

ders and ultimate beneficiaries (if not listed in the stock exchange);
11- Scanned certified copy of the trade register, legal entity name and contact person for receiving qualification and commercial information;

The registration website (Mozambique Application) is available at the following URL:

https://eprocurement.eni.it/int_eng/Suppliers/Qualification/Mozambique-Application (for application in English)
https://eprocurement.eni.it/int_ita/Fornitori/Qualifica/Auto-candidatura-Mozambico (for application in Portuguese/Italian)

IMPORTANT:

The submission must refer to the following commodity codes:
SS04AB28 - TECHNICAL SERVICES: CONTROL/APPLICATION OF QUAL PLANS/QUAL CERTIF. /PROJECT

Within the website application, under the section “Object of the Application”, the area “Origin of invitation” shall be completed as follows: “Marine Warranty Surveyor”

Subject to the submission of the application and to the compliance of all the above documentation, Companies interested in this Expression of Interest may receive from Eni East Africa the Qualification Package

Eni East Africa will evaluate the above requested documentation and, if satisfied, will include the applicant in its Vendor List for consideration in future tender processes regarding the subject activities.

Only qualified companies or consortia or JV that have proven capability and recent experience of supplying the above required services will be considered for potential tenders for the scope of service described above.

The purpose of the information and documents request is to start a “qualification assessment” and to give an opportunity to the selected companies to provide details of their legal structure, management, experience, resources and overall capability to perform the service.

Eni east africa will evaluate that each of the final selected companies have the resources, management and all the capability to act as a single legal entity (company) in order to achieve the required targets of quality, HSE, standards and programme.

All responses are to be supported by such narrative, organisation charts, resource charts and other information which the company considers necessary to substantiate the individual responses and provide Eni East Africa with the required confidence in the company’s capabilities and experiences.

This enquiry shall not be considered an invitation to bid and therefore it does not represent or constitute any promise, obligation or commitment of any kind on the part of Eni East Africa, to enter into any agreement or arrangement with you or with any company participating in this pre-enquiry.

Consequently all data and information provided within the application shall not be construed as a commitment on the part of Eni East Africa to enter into any agreement or arrangement with you, nor shall they entitle your company to claim any indemnity from Eni East Africa.

All data and information provided pursuant to this enquiry will be treated as strictly confidential and will not be disclosed or communicated to non-authorized persons or companies except eni and its affiliates.

The deadline for submission of Expression of Interest through our website is set at **23rd September 2016**.

Any cost incurred by interested companies in preparing the Expression of Interest shall be fully born by Companies who shall have no recourse to Eni East Africa in this respect.

Aponta o painel de monitoria do diálogo

“Não queremos tirar lugar aos negociadores, mas sim monitorar”

Por Argunaldo Nhampossa

O Painel de monitoria do diálogo político, um grupo composto por personalidades da Sociedade Civil, criado à luz da Conferência Pensar Moçambique, cujo objectivo é ter assento na mesa das negociações para monitorar e apresentar uma posição imparcial, lamenta a contínua exclusão da mesa de negociações entre o governo e a Renamo, isto depois das partes terem acolhido positivamente a necessidade de envolver a Sociedade Civil no processo.



“Somente os chefes das delegações sabem porque continuamos fora da mesa” - Roberto Tibana

A Sociedade Civil, através do painel de monitoria do diálogo para paz, continua reivindicando o lugar prometido pelas duas delegações nas negociações rumo ao restabelecimento da paz no país. Este posicionamento foi manifestado esta terça-feira, um dia após a retomada das negociações entre as duas delegações juntamente com a equipa dos mediadores internacionais.

De acordo com Roberto Tibana, que falava em representação do grupo, após a criação do painel de monitoria do diálogo para paz, no final da Conferência Pensar Moçambique foram endereçadas cartas

para os chefes das delegações bem como para o Presidente da República e para o líder da Renamo, solicitando a integração deste grupo nas negociações na qualidade de observadores, facto que foi aceite. No entanto, o grande problema prendia-se com o momento exacto para a entrada do grupo da Sociedade Civil, sendo que o mesmo propunha o período de reatamento. Esta segunda-feira, as negociações reiniciaram pela segunda vez depois da interrupção, mas nem água vai, nem água vem, facto que preocupa o painel que diz não estar a

perceber o que está por detrás, por falta de esclarecimento.

“Queremos lamentar que o diálogo se tenha iniciado sem que as partes em diálogo tenham materializado a promessa que nos fizemos de integrar as negociações como observadores”, disse Tibana.

Tibana diz não perceber o que se está a passar porque as cartas enviadas às delegações são claras quanto ao papel dos representantes da sociedade civil, que será pura e simplesmente de observar o curso das negociações.

“O painel não está à procura de

um lugar para negociar ou participar como negociadores. Os nossos limites são claros, queremos estar lá para testemunhar, colher elementos, observar e poder informar a Sociedade Civil sem ambiguidades que resultam da tomada de posições. Infelizmente tomaram a decisão de não nos abrirem as portas. O nosso desejo é falar com os actores directamente e não com terceiros”, esclareceu.

Prosseguindo, disse que o papel do painel visa ainda evitar que haja ruídos na comunicação com o povo, tal como sucedeu doutra vez, em que as partes lograram consensos, mas depois houve desmentidos.

Promover lutas pacíficas

Enquanto o painel de monitoria do diálogo não é integrado na mesa das negociações promete continuar a levar a cabo lutas pacíficas para o restabelecimento da paz no país.

Uma delas foi da realização, há dias, da Conferência Regional Norte, sob coordenação do Parlamento Juvenil, que juntou cerca de 100 jovens provenientes das províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado, em representação dos diversos segmentos da sociedade.

O evento, cujo objectivo era de

promover uma reflexão inclusiva e tolerante, rumo ao restabelecimento da paz, vincou que a mesma não pode estar refém do governo e da Renamo, mas sim de Moçambique e dos moçambicanos, tendo reivindicado a inclusão da Sociedade Civil nas negociações.

Entendem que o actual curso das negociações mostra inequivocamente que o que compromete os consensos de paz é a exclusão e a partidização do estado, razão pela qual a sociedade civil, religiosos, partidos políticos também clamam por integrar aquele grupo, mas ainda lhes é vedado o acesso.

Para o sucesso da política de responsabilização, deliberou a criação, através do painel de diálogo, de uma plataforma de denúncia de todas as atrocidades cometidas no âmbito do conflito político-militar que afecta maioritariamente a zona centro do país.

Justifica este posicionamento alegando que já foram aprovados duas amnistias em resultado de igual número de acordos de paz, que atribuíram total impunidade aos indivíduos que assassinaram milhares de cidadãos nacionais que nada tinham a ver com o conflito.

Presidente do PJ reage aos pronunciamentos de Fernando Faustino e Patrício José

“Os quadros da Frelimo estão descomandados”

O Presidente do Parlamento Juvenil (PJ), Salomão Muchanga, considera as contradições discursivas entre os membros do partido no poder como resultado do “descomando político” dos quadros daquela formação política, uma vez que o discurso destes contraria o do seu chefe.

Este posicionamento surge na sequência das últimas declarações do Secretário-Geral da Associação dos Combatentes de Luta de Libertação Nacional (ACLLN), Fernando Faustino, que defende o uso de armas para o restabelecimento da paz, secundadas pelo vice-ministro da Defesa Nacional, Patrício José, mas criticadas pelo Chefe de Estado.

Nas comemorações do “Dia da Vitória”, 07 de Setembro, na cidade de Pemba, Fernando Faustino pediu armas a Filipe Nyusi para combater Dhlakama e a Frelimo.

“Nós estamos cansados de sermos mortos como se fôssemos galinhas, queremos armas, que-

remos ensinar o Dhlakama e a Renamo camarada Presidente. Este é o nosso pedido, estamos prontos para derrubarmos seja quem for”, disse Faustino.

Na ocasião, Filipe Nyusi apelou à calma e defendeu que os antigos combatentes devem continuar a preservar a paz.

“Não percamos esperanças, continuemos vigilantes, sempre pacíficos, continuemos a dar a lição de liderança, vamos mobilizar as populações para não aderirem à violência, vamos continuar a produzir”, reagiu Nyusi.

Entretanto, três dias depois (sábado), o vice-ministro da Defesa Nacional, Patrício José, afirmou que a proposta da ACLLN é legítima, visto que o país está em guerra.

Reagindo a este facto, o presidente do PJ afirma que esta atitude “revela descomando político dos quadros da Frelimo”.

Salomão Muchanga, que trabalha em coordenação com o painel de monitoria do diálogo para paz, condenou ainda as declarações de Fernando Faustino caracterizando-as de irresponsáveis e deploráveis porque, neste momento, “o povo



“Fernando Faustino devia pedir enxadas para produzir” - Salomão Muchanga

moçambicano luta pela paz”.

“Temos de lutar para parar a guerra e mudar a trajectória política e democrática deste país”, sublinha.

“Se Fernando Faustino quer a guerra deve desmobilizar todos os jovens que estão a morrer no mato e mobilizar os antigos combatentes para lutarem com Dhlakama porque não queremos guerra”, frisa, recordando que os jovens que tombam nos campos de batalha “são filhos do Zé Povão, o pé descalço, enquanto os filhos dele e dos dirigentes estão a estudar fora do país nas melhores

universidades”.

As declarações de Fernando Faustino e Patrício José surgem no momento em que os mediadores internacionais lutam em colocar as equipas do Governo e da Renamo em consenso, na mesa das negociações, para cessação das hostilidades. Com este facto, o líder da juventude afirma que estas declarações “constituem desprezo à comunidade internacional”, tendo em conta que a chamamos para mediar o diálogo político para restabelecermos a paz e não para o alastramento da guerra.

Esta não é a primeira vez que Fernando Faustino aparece a fazer declarações que posteriormente são condenadas. Em Junho deste ano, aquando da descoberta de corpos debaixo de uma ponte, em Macossa, na província de Manica, aquele antigo combatente defendeu a expulsão do delegado da Agência Lusa, em Maputo, que publicou a estória em primeira mão, considerando-o de ingrato.

Por essa razão, Muchanga considera este o momento ideal para a Frelimo destituir-lo da liderança daquele órgão social, o mesmo que aconteceu com Basílio Muhate, antigo Secretário-Geral da OJM, destituído do cargo, em 2013, após se apresentar no X Congresso com boina semelhante às usadas por Julius Malema (ex-ANC) e entoando cânticos da Liga Juvenil daquele partido sul-africano, tendo irritando a liderança do partido no poder. Concluindo, o dirigente da juventude disse que, ao invés de pedir armas, Faustino devia pedir enxadas para produzir, uma vez que o discurso governamental caminha nesse sentido.



Movimento Democrático de Moçambique
MDM

Comunicado de Imprensa

Realizou-se de 9 a 12 de Setembro de 2016, uma Mesa Redonda do Partido MDM, na Província de Maputo, Distrito de Marracuene, que contou com a participação de quadros provenientes de todo o país, com o objectivo de discutir os temas sobre a Constituição da República e o Processo de Descentralização em Moçambique, tendo concluído que para se lograr tal desiderato de descentralização efectiva, torna-se necessário, como questão prévia, a revisão da Constituição vigente. Assim sendo foram objecto de debate as seguintes matérias:

- **A unicidade do Estado Moçambicano, garantindo a descentralização do poder político;**

Pois é nosso entendimento de que A República de Moçambique é um Estado unitário, que deve respeitar na sua organização os princípios da desconcentração, descentralização territorial da Administração Pública e da autonomia das autarquias locais.

- **O Reforço dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos;**

É nosso entendimento que se assegure:

Garantia e a promoção do respeito dos direitos humanos e da igualdade perante a lei, a reconciliação nacional, assegurando o pleno exercício dos direitos e liberdades fundamentais a todos os cidadãos;

Garantia do respeito pela forma republicana do Governo e pelos princípios do Estado de Direito Democrático.

Promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social e regional do país, e remover progressivamente os obstáculos de natureza económica, social, cultural e política que impeçam a real igualdade de oportunidades entre os cidadãos;

Garantia da democracia política e a participação democrática dos cidadãos na organização do poder político e nos demais aspectos da vida política e social nacional.

- **A autonomia Administrativa e Financeira do poder judiciário;**

Entende o MDM da necessidade da promoção de reformas constitucionais que permitam que os Juizes Presidentes dos diversos tribunais sejam eleitos pelos seus pares com base na competência técnica, integridade e probidade comprovados. O mesmo no caso dos Procuradores a vários níveis nos mesmos termos.

Entendemos também a transformação e existência de Tribunal Constitucional e Tribunal de Contas.

Essas reformas vão garantir à independência do poder judiciário face ao poder político, associadas a autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Estaremos assim a criar condições para que o sistema de Justiça seja um pilar do Estado de Direito e, também, um factor de eficiência da economia. E com uma importância transversal a várias dimensões da vida pública e social.

- **A organização do poder político;**

No que tange à organização do poder político, o MDM propõe a eleição do Governador de Província por sufrágio directo

universal secreto e pessoal ou através da Assembleia Provincial.

Os Quadros do MDM concluíram que há necessidade de adequar a Lei nº 5/2007 de 9 de Fevereiro, às transformações sugeridas na proposta de alteração constitucional, colocando o enfoque na necessidade de eleição dos Governadores Provinciais pela via de sufrágio universal directo ou pela eleição na Assembleia Provincial, o que implica a criação de uma Lei-Quadro para os Governos Provinciais que estabeleça os princípios de organização, composição e funcionamento.

Neste contexto os quadros do MDM concluíram que os Governos Provinciais devem ter autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A municipalização efectiva no país, permitindo a participação do cidadão na vida quotidiana e a consolidação duma cidadania forte e a oportunidade das vozes locais serem ouvidas.

- **O Pacote Eleitoral e os Princípios Gerais do Sistema Eleitoral;**

No debate do Pacote Eleitoral, bem como nos Princípios Gerais do Sistema Eleitoral, os quadros defenderam uma Comissão Nacional Eleição com poderes de direcção e administração nos recenseamentos e actos eleitorais, integrando o STAE dentro da estrutura da CNE, com carácter permanente da sua estrutura até o nível provincial.

Foi vincada a necessidade de maior transparência no processo, para evitar qualquer ameaça para conflitos pois eleitorais.

No geral no que tange a concernente contribuições para a Constituição da República, às alterações substanciais ou parciais, os quadros produziram uma proposta de revisão nos artigos 3, 8, 11, 127, 133, 137, 141, 142, 143, 144, 145, 150, 151, 156, 159, 164, 165, 179, 192, 193, 199, 223, 226, 228, 229, 233, 239, 240, 242, 244, 245, 268, 231, 248, 271, 272, entre outros. Que oportunamente iremos tornar públicos dos detalhes.

O Partido reitera uma vez mais o seu compromisso com a Paz e bem-estar dos Moçambicanos e manifesta a sua solidariedade ao povo neste momento, desafiante e complexo na sequência da tensão militar, da crise económica e das dívidas ocultas, fazendo votos para que o diálogo produza resultados esperados, e que as duas partes compreendam de que a nossa democracia só será forte se o exercício da cidadania for forte e para tal é importante que as vozes sejam ouvidas; por outro lado a Democracia não funciona com partidos poderosos, arrogantes mais com instituições democráticas fortes e com partidos decentes. Por isso a Revisão da Constituição e a descentralização são assuntos que dizem respeito aos moçambicanos, negar a sua participação neste debate é amputar a nossa democracia e um desrespeito ao órgão legislativo.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Marracuene, 12 de Setembro de 2016

Por um Moçambique Para Todos
O Presidente

Daviz Mbepo Simango



Embaixada dos Estados Unidos da América Plano de Emergência do Presidente dos EUA para Alívio do SIDA (PEPFAR) Programa de Pequenas Subvenções da Secção de Assun- tos Públicos Anúncio de Oportunidade de Financiamento



A Embaixada dos Estados Unidos da América em Maputo, através Plano de Emergência do Presidente dos EUA para o Alívio do SIDA (PEPFAR) e sob a direcção da Secção de Assuntos Públicos (PAS), administra um programa de Pequenas Subvenções que apoia projectos de Saúde Pública. Estes projectos focam em serviços de Cuidado e Tratamento para saúde sexual de Adultos infectados pelo HIV e programas de prevenção de HIV para populações chave e populações prioritárias que são implementados por organizações de base comunitária para aqueles afectados e infectados pelo HIV. O programa de Pequenas Subvenções de PAS PEPFAR está actualmente a solicitar propostas de organizações de base comunitária, baseadas na fé, não-governamentais, de direitos humanos e organizações da sociedade civil que estejam legalmente registadas e a trabalhar para encontrar soluções para a problemática do HIV/SIDA em Moçambique. As organizações interessadas devem submeter a proposta de um projecto acompanhada de um resumo de uma página que inclua a seguinte informação: (1) nome do projecto e da organização, (2) localização geográfica, (3) objectivos chave, (4) grupo alvo, (5) actividades primárias, (6) mensuráveis dos resultados esperados do projecto, (7) valor do financiamento requerido em dólares e (8) nome e informação de contacto do coordenador do projecto. As propostas podem ser submetidas tanto em Inglês ou Português (com todas as páginas numeradas), contudo a organização deve submeter o resumo de uma página em Inglês. **Todos os aplicantes devem submeter com a proposta uma cópia da Certidão de Registo da organização.**

A proposta deve ser dactilografada, não deve exceder dez páginas, e deve incluir uma descrição concisa de: (1) a história da organização, missão e metas; (2) a área geográfica, população alcançada pela intervenção e declaração de necessidades/problemas a serem abordados; (3) as estratégias do projecto, metas, mensuráveis dos objectivos e resultados esperados; (4) a população alvo por idade e género; (5) o tipo, combinações e frequência de intervenções para cada população alvo em específico; (6) as actividades do projecto e como problemas relacionados a género, estigma e discriminação serão abordados nas actividades propostas; (7) alvos programáticos específicos e número estimado de pessoas a serem atingidas pelo projecto, desagregadas por sexo e idade; (8) a sustentabilidade do projecto após a subvenção; (9) um plano detalhado de monitoria e avaliação e de como o sucesso poderá ser medido; (10) um plano de trabalho para implementação das actividades e intervenções; (11) uma descrição breve da gestão e do pessoal; (12) informação acerca de financiamentos passados e actuais dentro da organização e descrição de outros parceiros envolvidos no projecto, parceiros técnicos e descrição de outras assistências técnicas que a organização tenha recebido; e (13) um orçamento compreensivo detalhado em dólares.

Este programa não financia veículos motorizados, projectos de construção, viagens internacionais, despesas misturadas (todos itens devem ser listados), custos de representação (comida e bebida para banquetes ou almoços), ou custos operacionais (arrendamento, salários, electricidade, despesas de água). Custos de viagem e transporte ou a aquisição de suplementos não devem constituir a maioria do financiamento do projecto. Organizações que já estão a receber financiamento directo ou suporte substancial do Governo dos EUA não são elegíveis para financiamento.

O prazo para a recepção das propostas é até o dia 3 de Outubro 2016. Por favor submeta a proposta para a Embaixada dos EUA no endereço Maputo, 193, Avenida Kenneth Kaunda, Post Office Box 783 e enderece à atenção de Public Affairs Section – PEPFAR Small Grants Program. Submissões electrónicas também poderão ser enviadas para o seguinte endereço electrónico Lorentesi@state.gov ou MaputoPublicAffairsPEPFAR@state.gov. Por favor inclua “Public Affairs Section – PEPFAR Small Grants” no campo do assunto. **Por favor tenha em conta que este Programa de Pequenas Subvenções é diferente do Programa da Embaixada da Secção de Impacto Rápido Político e Económico que foi recentemente publicitado.**

Níveis de financiamento e localizações em que as propostas podem ser implementadas de acordo com as directrizes estão disponíveis abaixo

O financiamento será limitado a um máximo de \$25,000 por ano de implementação (período mínimo de implementação é de 1 ano até dois anos). Espera-se que o financiamento seja alocado as seguintes áreas programáticas e distritos; aplicantes devem mandar uma proposta focada somente em uma das áreas programáticas escolhidas. Propostas que não seguem as directrizes abaixo, categorias descritas e distritos propostos não serão consideradas parte deste processo.

As propostas estão limitadas aos seguintes distritos: Alto Molocue, Ancuabe, Angoche, Barue, Bilene, Boane, Buzi, Changara, Chibabava, Chibuto, Chicualacala, Chinde, Chiure, Chokwe, Cidade da Beira, Cidade de Matola, Cidade de Chimoio, Cidade de Lichinga, Cidade de Nampula, Cidade de Pemba, Cidade de Quelimane, Cidade de Tete, Cidade de Xai-Xai, Cuamba, Dondo, Gile, Gondola, Guija, Inharrime, Inhassunge, Kamavota, Kamaxakeni, Kampfumu, Kamubukwana Kanyaka, Mabalane, Machaze, Macomia, Maganja da Costa, Magude, Malema, Mandlakaze, Manhiça, Manica, Marracuene, Marromeu, Massinga, Matutuine, Maxixe, Mecuburi, Milange, Moamba, Moatize, Mocimboa da Praia, Mocuba, Moma, Monapo, Montepuez, Mopeia, Morrumbala, Mossurize, Muecate, Mueda, Muidumbe, Mutarara, Nacala, Namaacha, Namacurra, Nampula, Nhamatanda, Nicoadala, Nilhamankulu, Pebane, Sussundenga, Vilankulo, Xai-Xai, Zavala.

Áreas programáticas adequadas para se aplicar de acordo com as directrizes disponíveis acima

Cuidado para Adultos e Programas de Apoio para Pessoas Vivendo com HIV: Criação de serviços comunitários para melhorar a aderência ao tratamento e retenção de pessoas em cuidados ligados à HIV, serviços de prevenção para reduzir a disseminação do HIV e para reduzir o estigma associado a testagem, e para promover ligações aos serviços sociais. A população alvo beneficiada por estas intervenções deve incluir Pessoas Vivendo com HIV (PLHIV) e suas famílias incluindo populações chave como Trabalhadoras de Sexo (CSW), Homens que fazem Sexo com Homens (MSM) e populações prioritárias como adolescentes e mulheres jovens, parceiros masculinos jovens e adultos e casais serodiscordantes. As actividades que podem ser incluídas são:

1. Mobilização de apoio para HTC (Testagem de Saúde e Aconselhamento) e para criação de demanda para testagem/retestagem para confirmação antes do início de ART (Terapia Antiretroviral) para pessoas testando HIV+.
2. Provisão de serviços de aconselhamento relacionados a Circuncisão Masculina Médica Voluntária (VMMC) e HTC (testagem de saúde e aconselhamento).
3. Todos os serviços relacionados a prevenção da transmissão contínua do HIV+, tais como os relacionados a manutenção da saúde do paciente e referência dos clientes seropositivos para serviços de Cuidados e Tratamento para HIV.
4. Análise da actividade sexual, promoção e provisão de preservativos e aconselhamento para redução do risco.
5. Fortalecimento de ligações clinico-comunitárias e aumento da aderência e retenção de pacientes em ambos ART e Pré-ART no sistema de saúde e referenciar pacientes a grupos de apoio e adesão na comunidade (GAAC).
6. Intervenções para apoio social, incluindo treinamento vocacional, actividades para gerar renda, serviços de protecção social e legal.
7. Actividades que abordam Estigma e Discriminação e campanhas de base comunitária, divulgação do serostatus para parceiros e membros da família e apoio para a divulgação segura.

Programas para populações chave: Criação de apoio de base comunitária para todos os programas de prevenção sexual que terão como alvo populações chave de trabalhadores de sexo, homens que fazem sexo com homens, e suas famílias de modo a mantê-las HIV seronegativos e reduzir o risco de aquisição de HIV. As actividades que podem ser incluídas são:

- 1- Análise da actividade sexual e provisão de preservativos masculinos/femininos (e lubrificantes) e aconselhamento para redução de risco.
- 2- Programas para todas as infecções transmissíveis sexualmente que tem como alvo populações chave:
 - a. Educação de Pares e campanhas de base comunitária,
 - b. Actividades de pequenos grupos para prevenção,
 - c. Actividades de difusão para prevenção.
- 3- Provisão de serviços de testagem de HIV e aconselhamento na comunidade ou referência a tais instalações:
 - a. Mobilização para apoiar HTC (testagem de saúde e aconselhamento) e para criação de demanda para testagem,
 - b. Restestagem para confirmação antes do início do ART (Terapia Antiretroviral) para pessoas testando HIV+,
 - c. Análise do status de HIV das crianças e provisão de testagem na comunidade ou referência a instalações para testagem.
- 4- Análise sexual e do consumo de drogas e aconselhamento para redução do risco.
- 5- Análise da prevenção de Infecções Transmissíveis Sexualmente (ITS), e referência a serviços de tratamento.
- 6- Actividades abordando Estigma e Discriminação, empoderamento de comunidade e actividades abordando violência contra populações chave para construir um ambiente seguro.
- 7- Intervenções de apoio social, incluindo treinamento vocacional, actividades para gerar renda e serviços de protecção social.

Programas para populações prioritárias: Criação de programas de apoio preventivo de base comunitária que terão como alvo populações prioritárias de adolescentes e mulheres jovens de modo a mantê-las HIV negativo e reduzir o risco de aquisição de HIV. As actividades que podem ser incluídas são:

- 1- Serviços de saúde sexual e reprodutiva amigáveis a adolescentes;
 - a. Análise de actividade sexual e provisão de preservativos masculinos/femininos (e lubrificante) e aconselhamento para redução do risco.
 - b. Provisão de serviços de testagem de HIV e aconselhamento na comunidade ou referência a instalações configuradas para tal.
 - c. Actividades abordando Violência Baseada no Género (GBV), identificação de mulheres em risco de contracção de HIV e conexão das mesmas a prevenção.
- 2- Intervenções a nível comunitário para reduzir a violência e elevar o status das adolescentes e das mulheres jovens;
 - a. Aumentar o nível de conhecimento para reduzir o número de parceiros sexuais, frequência da prática sexual, sexo desprotegido, aumentar o uso de preservativos masculinos e femininos, adiar a iniciação no sexo.
 - b. Reduzir a violência e a vitimização, aumentar o associativismo e empoderamento das adolescentes e mulheres jovens, reduzir contacto com parceiros de maior risco.



Embassy of the United States of America
U.S. President's Emergency Plan for AIDS Relief (PEPFAR) Public
Affairs Section Small Grants Program
Notice of Funding Opportunity



The Embassy of the United States of America in Maputo, through the President's Emergency Plan for AIDS Relief (PEPFAR) and under direction of the Public Affairs Section, administers a Small Grants program that supports Public Health projects. These projects focus on Care and Treatment services for HIV+ Adults sexual health and HIV prevention programs for key populations and priority populations that are to be implemented by community-based organizations for those affected and infected by HIV. PAS PEPFAR Small Grants is currently soliciting proposals from legally registered community-based, faith-based, non-governmental, human rights, and civil society organizations working on the response to HIV/AIDS in Mozambique. Interested organizations should submit a project proposal accompanied by a one-page summary that includes the following information: (1) name of project and organization, (2) geographic location, (3) key objectives, (4) target group, (5) primary activities, (6) measured expected results of the project, (7) amount of funding requested in U.S. dollars and (8) name and contact information of project coordinator. Proposals may be submitted in either English or Portuguese (with all pages numbered), however the organization must submit the one page summary in English. All applicants must submit a copy of the organization's Certificate of Registration with their proposal.

The proposal must be typed, must not exceed ten pages, and must include a concise description of: (1) the organization's history, mission, and goals; (2) the geographic area and population coverage of the intervention and statement of needs/problems to be addressed; (3) the project strategies, goals, measurable objectives and expected results; (4) the targeted population by age and gender; (5) the type, mix and frequency of interventions for each specific target population (6) the project activities and how issues of gender, stigma, and discrimination will be addressed within the proposed activities; (7) specific programmatic targets and estimated number of persons to be reached by the project disaggregated by sex and age; (8) the sustainability of the project after the grant; (9) a detailed monitoring and evaluation plan and how success will be measured; (10) a work plan for implementation of activities and interventions, (11) a brief description of management and staff; (12) information about past and current funding within the organization and description of other partners involved in the project and technical partners and description of technical assistance the organization has received; and (13) a comprehensive detailed budget in U.S. dollars.

This program does not fund motorized vehicles, construction projects, international travel, miscellaneous expenses (every item has to be listed), representational costs (food and drinks for banquets or luncheons), or operating costs (rent, salaries, electricity, water bills). Travel and transportation costs or procurement of supplies should not be the majority of the project's funding. Organizations that already receive direct funding or substantial support from the U.S. Government are ineligible for funding.

Deadline for receipt of proposals is October 3, 2016. Please submit proposals to the U.S. Embassy in Maputo, 193, Kenneth Kaunda Avenue, Post Office Box 783 and address them to the attention of Public Affairs Section – PEPFAR Small Grants Program. Electronic submissions may also be sent to the following e-mail address Lorentesi@state.gov or MaputoPublicAffairsPEPFAR@State.gov. Please include "Public Affairs Section - PEPFAR Small Grants" in the subject line. **Please note that this Small Grants Program is different from the Embassy's Political and Economic Section's Quick Impact Program that has been advertised recently.**

Funding level and location where proposals can be implemented according to the guidelines provided above

Funding will be limited to a maximum of \$25,000 per year of implementation (minimum period of implementation is from one year up to two years). Funding is expected to be allocated in the following programmatic areas and districts; applicants may only send a proposal focused on one of the chosen programmatic area. Proposals that do not follow the guidelines above, categories described and districts proposed will not be considered as part of this process.

Proposals are limited to the following Districts: Alto Molocue, Ancuabe, Angoche, Barue, Bilene, Boane, Buzi, Changara, Chibabava, Chibuto, Chicualacala, Chinde, Chiure, Chokwe, Cidade da Beira, Cidade de Matola, Cidade de Chimoio, Cidade de Lichinga, Cidade de Nampula, Cidade de Pemba, Cidade de Quelimane, Cidade de Tete, Cidade de Xai Xai, Cuamba, Dondo, Gile, Gondola, Guija, Inharrime, Inhassunge, Kamavota, Kamaxakeni, Kampfumu, Kamubukwana Kanyaka, Mabalane, Machaze, Macomia, Maganja da Costa, Magude, Malema, Mandlakaze, Manhiça, Manica, Marracuene, Marromeu, Massinga, Matutuine, Maxixe, Mecuburi, Milange, Moamba, Moatize, Mocimboa da Praia, Mocuba, Moma, Monapo, Montepuez, Mopeia, Morrumbala, Mossurize, Muecate, Mueda, Muidumbe, Mutarara, Nacala, Namaacha, Namacurra, Nampula, Nhamatanda, Nicoadala, Nlhamankulu, Pebane, Sus-sundenga, Vilankulo, Xai Xai, Zavala.

Program areas suitable to apply according to the guidelines provided above

Adult Care and Support Programs for People Living with HIV: Establishment of community-level services to improve adherence to treatment and retention of people in HIV care, prevention services to reduce the spread of HIV and to reduce stigma associated with testing and to promote linkages to social services. The target population benefited from these interventions must include people living with HIV (PLHIV) and their families including key populations such as commercial sex workers (CSW), men who have sex with men (MSM) and priority populations such as adolescent girls and young women, young and adult male partners and discordant couples. Activities that can be included are:

1. Mobilization to support HTC (Health Testing and Counseling) and testing/retesting demand creation for confirmation prior to ART (Antiretroviral Therapy) initiation in persons testing HIV+
2. Provision of counseling services related to Voluntary Medical Male Circumcision and HTC (health testing and counseling).
3. All services related to the prevention of onward transmission of HIV+ as well as maintaining health of the patient and referral of HIV positive clients to HIV Care and Treatment services.
4. Assessment of sexual activity, promotion and provision of condoms and risk reduction counseling.
5. Strengthening of community-clinical linkages and increasing adherence and retention of both ART and Pre-ART patients in the health system and referring patients into community support and adherence groups (GAAC).
6. Social support interventions, including vocational training, income-generating activities, social and legal protection services.
7. Activities Addressing Stigma and Discrimination and community-based outreach, HIV sero-status disclosure to sex partners and family members and support of safe disclosure.

Key populations programs: Establishment of community-based support of all sexual prevention programs that will target the key populations of commercial sex workers, men who have sex with men, and their families in order to keep them HIV negative and reduce the risk of acquisition of HIV. Activities that can be included are:

- 1- Assessment of sexual activity and provision of male/female condoms (and lubricant) and risk reduction counseling, 2- All sexually transmitted infection prevention programs targeted for key populations:
 - a. Peer education and community based outreach
 - b. Small group prevention activities
 - c. Hotspot prevention activities
- 3- Provision of HIV testing and counseling services across the community or referral to the facilities
 - a. Mobilization to support HTC (health testing and counseling) and testing demand creation.
 - b. Retesting for confirmation prior to ART (Antiretroviral Therapy) initiation in persons testing HIV+.
 - c. Assessment of children's HIV status and provision of testing in the community or referral for testing to facilities 4- Sexual and drug use assessment and risk reduction counseling
- 5- Assessment of Sexually Transmitted Infection (STI) prevention, and referral to treatment services.
- 6- Activities Addressing Stigma and Discrimination, community empowerment and activities addressing violence against key populations to build an enable safe environment.
- 7- Social support interventions, including vocational training, income-generating activities and social protection services.

Priority populations programs: Establishment of community-based support prevention programs that will target the priority population of adolescent girls and young women in order to keep them HIV negative and reduce the risk of acquisition of HIV. Activities that can be included are:

- 1- Adolescent-friendly sexual and reproductive health services;
 - a. Assessment of sexual activity and provision of male/female condoms (and lubricant) and risk reduction counseling,
 - b. Provision of HIV testing and counseling services across the range of the community or referral to the facility-based settings.
 - c. Activities addressing Gender based violence, reduce vulnerability, identify females at risk for HIV and link to prevention
- 2- Interventions at the community level to reduce violence and raise the status of adolescent girls and young women;
 - a. Increase knowledge to reduce the number of sexual partners, frequency of sex, unprotected sex; increase male and female condom use; delay sexual debut
 - b. Reduce violence and victimization; increase agency and empowerment among adolescent girls and young women; reduce contact with riskier partners



Da esquerda para a direita Ngozana, João Domingos, Betinho e Arnaldo

Mas o Tanganho era melhor que o Matateu, que o Lage. Bem, havia melhores jogadores naquela altura. Os que existem hoje vieram aparecendo depois. Os Matos, Stefanos. Então, por causa disso, os portugueses, com inveja, acabaram com a AFA. Como? Não pode haver duas associações. Diziam passa a ser associação de futebol de LM (Lourenço Marques). Mas continuava a haver dois campeonatos. Aquele chamavam já de 2ª divisão. E depois só podiam jogar pessoas com 4ª classe. Os melhores jogadores que estavam aqui não tinham 4ª classe. O Meigos Pires era o administrador de Manjacaze. Conhecia o futebol da equipa e ele levou o Mussumbuluco e o Matateu para Manjacaze. Mussumbuluco era o Mendes. Então foi para lá e foi de lá que o Matateu foi jogar futebol em Inhambane! Quando vai a Inhambane para jogar futebol a gente encontra-se lá. Então jogou comigo. Eu como guarda-redes, ele como avançado. Ele não me marcou nenhum golo. Quem marcou foi o Mussumbuluco. O Manjacaze ganhou lá ao Beira Mar 1-0.

O Octavio de Sá (guarda-redes do Sporting, hoje Maxaquene), eu fiz uma aposta com ele. E o Fernandes. Eu digo assim: Octávio, sabes de uma coisa. Eu em cinco bolas que chuto fora da grande área, eu marco dois golos.

Ele: mas nem pensar.

Eu disse: oh se quiser vamos apostar. Apostámos!! Bolas fora da grande área, as duas primeiras marquei. Disse a ele: queres mais?

“Quero, quero mais uma galinha.”

Chutei duas bolas bateram na barra. Uma ele defendeu e voltei a marcar duas. Então o Fernando Fernandes: agora sou eu, pah! Eu estou a ver o que é que tu fazes.”

Eu chutava bolas com efeito. Então, ganhei quatro galinhas. Eu disse: não vou comer quatro galinhas sozinho. Fomos ali à Imperial no Alto Maé e fomos comer as tais galinhas. Então passámos a ser amigos.

Como com o Eusébio. Vi-o a jogar futebol e eu disse: tu jogas muito bem, mas há uma coisa que tu fazes. Quando chutas à baliza, chutas com os olhos fechados como é que tu vais saber para onde estás a chutar? olha para bola. Olha para onde vais chutar. E então, muitas vezes de manhã ele aparecia lá na minha casa pra ir buscar um pedajoca para ir chutar a bola. Para ver como eu chuto e aquelas coisas. Ele e o Madala Gaíssa.

O melhor jogador de Moçambique para mim foi um jogador aqui do Xipamanine. Chamava-se Saide Amir.

Jogou no Mahafil e depois jogou com Craveirinha também! Ele era distribuidor de jogo, realizador de jogo! Era tudo! Ele fazia com os pés aquilo que um basquetista é capaz de fazer com as mãos!

As drogas no desporto

Não há grandes futebolistas hoje em dia. Porque já é uma nova cultura. A mocidade vai mais para as drogas, para os vícios que para o desporto! Nos nossos tempos eu posso dizer, só conheço duas pessoas drogadas! Que era o cunhado Jójó. Que era um bom futebolista. Andava ali no Scala. E era um gajo de Xai-Xai. Aleijado! Chamávamos Pintex a ele! Eram os únicos drogados que nós sabíamos que existiam. Eram duas pessoas só que se drogavam. Foram drogados ali na rua Araújo. Andavam lá! Cantavam bem e foram drogados lá!

Que tipo de drogas que eles utilizavam? Nós não tínhamos, nem queríamos saber dessa coisas! Havia o banguê que é como ópio. Mas fumava-se uma vez por ano! No tempo da colheita.

Depois que veio a independência. Eu posso falar aqui sem medo. Podem-me matar até!

Antes da independência não havia drogados, depois da independência, Mocambique passou a ter o 2º maior traficante de drogas. Primeiro é o Pablo Escobar, lembra-se, né? Pablo Escobar é o maior traficante. O segundo maior traficante de drogas é um mocambicano! Chamado Domingos Fondo! Que era chefe de fronteira, foi quem introduziu as drogas aqui! Estragou tudo! Quando aparece alguém assim com jeito, epah, então é drogado! Drogaram o meu filho porque ele era muito inteligente. Queria ser engenheiro. Com nove anos já fazia coisas espantosas. Foi drogado!!!

Eu estou a lembrar-me, do Victor José. Também, o Wazimbo! Quando nós tocávamos no Mini-golf. Davam-me boleia. Eu morava lá no Bairro do Triunfo! Chegaram pararam o carro tiraram aquela coisa, disseram: fuma lá isto!

Eu disse: vai para o caralho. Sabes o quê?! Eu nunca precisei disso e nem vou precisar!

“vamos tocar hoje”

Eu disse: epah! Se estou a tocar continuam a tocar, mas isso nunca há-de entrar na minha boca!

O Victor já foi ... mas podem perguntar ao Wazimbo, ele vai vos dizer. Mas não tenho nada contra o Wazimbo. A única vez que impliquei com o Wazimbo, é a mania dele de querer dançar no palco!

Eu disse: não senhor! Haja milhões

de cantores como tu! Mas dançarinos, não! Isso que estás a dançar não é nada! Não tem nada a ver com a marabenta! Então é por isso que ele já canta parado!

Hoje arrancam orelhas às pessoas para tirar os brincos para poderem vender pra comprar drogas!

É por isso que hoje não há aqueles jogadores que havia naquela altura!

Sim! Também havia espaço para jogar futebol em qualquer lado! Havia muitos sítios pra jogar futebol!! Depois eram bolas da Ufa! Bolas de borracha! Saltavam muito!

Vendem hoje aí no supermercado. Mais pequenas, mais pesadas! Portanto para jogar aquilo era preciso ter um auto domínio! As pessoas aprendiam a dominar uma bola, essas coisas todas e não precisavam de treinadores. Quando chegavam no campo, deslumbravam as pessoas porque já tinham toda a técnica. Hoje não! Hoje já é preciso começar do princípio! Domina-se a bola assim, bate-se a bola assim! Antigamente não era preciso porque a pessoa aprendia sozinha!

As mulheres

Como famoso posso dizer uma coisa. Eu sempre respeitei as mulheres. Posso ter andado muito mais com as prostitutas e as filhas dos donos. Mas, não, não, não. Não há-de aparecer ninguém a dizer: mas este gajo abusou-nos.

Não, isso é mentira. Eu até tomei banho com meninas nuas e serem virgens. Quando ia assim para ir-me deitar com elas e via que era virgem, eu parava logo! Então passávamos a ser amigos. Hoje estão em Portugal e posso dizer: epah, Lucília como é que é isto. Luísa como é que é isto. Como eram antigamente? Amigos! Pura e simplesmente! Não me meti de qualquer maneira com mulheres.

Éramos famosos, sim. Porque epah, eu gosto muito de mulheres. Gostava sim, gostava sim mas não eram filhas de dono! Mulher casada então, pior!! Nada, nada!

Eu tive por acaso, infelizmente, o meu primeiro caso foi com uma mulher casada! Com quem eu tive a minha primeira filha. Ela veio lá de Manjacaze para aqui. Então pensei que fosse solteira. As irmãs apresentaram-me a ela. Comecei a andar com ela, engravidou. Sete meses depois aparece o marido dela: “Venho buscar a minha mulher!!”

Eu já morava com ela!

“Oh! Meu Deus e agora!?”

Eu disse: olha. A tua mulher está aqui, mas o que está dentro desta barriga é meu filho.”

Não havia aquela coisa de saber se é rapaz ou se é menina.

“Este é meu filho. Mas só vens buscar a tua mulher quando esta criança tiver mais ou menos um ano para eu poder tomar conta dele:

E foi assim. Foi a única mulher casada com quem eu tive problemas. Foi essa. É normal as senhoras sentirem atracção por celebridades!

A senhora que é senhora é que deveria saber porque é que as mulheres têm tendência de querer buscar as celebridades. Quando às vezes a celebridade é uma coisa nula. É capaz de haver homens muito melhores do que aqueles que têm fama. Mas não! Ah, porque ele é assim. Porque ele é bom músico, porque ele é futebolista, porque ele é o Pelé. O Cristiano Ronaldo, Eusébio...

A psique dos mulatos

Bem, então essa coisa de conjunto formado por mulatos... em 1980 recebi um convite do Estoril! (Portugal Depois da independência, né. Para um festival de música africana. Peguei naquilo e fui ao (Salomão) Manhiça. Era o director da Direcção Nacional de Cultura. Então fui pra lá! Ele diz: epah, faz lá um requerimento! “Sabes que nesta altura ninguém viaja assim de qualquer maneira!” Então fiz um requerimento. Fui-lhe entregar. Então ele pegou naquilo e levou para o ministro de Educação! Quem era? Era a dona Graça Machel!

Ficámos à espera porque nós tínhamos um prazo. Nós íamos apresentarnos lá em Abril. Em Lisboa. A verdade é que quando chegou mais ou menos a altura, ele mostrou-me o requerimento com o despacho! E dizia assim:

“Este conjunto é formado por mulatos sem expressão nacional!”

Assim mesmo! Ficámos pendurados. Já falhámos aquilo. Mas agora, e se formos como cidadãos para passear, só. Já não vamos a tempo. Então vamos passear! Temos nosso dinheiro pra pagar...

Então entrou o Craveirinha, o Rui Nogar, o próprio Chissano que era ministro dos Negócios Estrangeiros! Aqueles interferiram para que nós fossemos a Portugal. Quem é que nos estava a impedir? Como é que se chamava aquele viola baixo de Xai-Xai? Que trabalha na migração? O director da Migração?! O (José) Vedor não queria que eu e o Gonzana fôssemos. Queria que fossem os outros menos nós. Então foi preciso o Chissano telefonar para ele. Para nos darem os passaportes. E fomos para Portugal!

Então, assim que eu cheguei, fomos lá para casa. Era no Conde Barão, desci as escadas e comecei a dar voltas ali! Para reconhecimento. Então eu disse: quando eu desci do avião passamos por um sítio, vi lá casinhas tipo barracas. Eu quero ir até lá! Então vamos! Por cima da Almirante Reis até ao Areeiro. Fui até ao Areeiro a andar à pé! “Quem é que mora aqui?” “Ali mora o fulano tal, etc. Todos os moçambicanos”. Fui lá! “Ei! Vieram tocar?” Eu disse: não! Viemos passear. Mas quando me vão levar pra o metro. Eu não sabia que existia metro, não é. Lá vejo assim um cartaz a anunciar “Festival de Música Negra”. Peguei na caneta copiei aquilo meti no bolso, quando cheguei lá em casa disse: Milu olha lá para isto! Vai haver isto aqui, assim, assado. Ele pega, telefona. Pergunta. “ah, sim. Vai haver”.

“tem aqui um conjunto que queria participar!”

“Ah! Quer participar?”

“sim!”

“Muito bem, a gente aceita. Mas vão participar como figurantes, só. Não é para fazer concurso, não!”

“Ok! Pronto!”

“Então, vão à televisão.”

Manda chamar os táxis! A gente mete-se nos táxis e vamos a Rádio Televisão Portuguesa.

Fomos participar no tal festival. Com segurança! Chegámos lá. Eram conjuntos de Cabo Verde, conjuntos da Guiné, conjuntos franceses, nigerianos. Então apareceu lá uma cantora! Cantou músicas de Miriam Makeba só que muito mal acompanhada! Então as pessoas começaram a vaiar a senhora. Coitada, ela cantava bem. Só que o conjunto não sabia acompanhar!

Ficamos parados! Correram com ela! Até lançaram tomate, ovos para a desgraçada. Então foi para o camarim chorar. Então eu pedi por favor, gostaria de acompanhar aquela senhora que esteve aqui a cantar. Vamos tentar acompanhar! Ela veio, subiu ao palco. Nessa altura, corte de energia! Quando veio a energia outra vez começamos as músicas da Miriam Makeba. Nós conhecíamos. Então a senhora veio cantar. Aquele estádio levantou todo. Estava a cantar bem! Bem acompanhada aquilo foi um sucesso do caraças.

Era uma nigeriana. Esqueci o nome dela!

Bem, então chegou a nossa vez de tocar. Músicas de Moçambique.

Havia lá 20 elementos do júri. Várias nacionalidades: portuguesa, espanhola, italiana, sueca, norueguesa, etc. Bem, então começaram a dar notas. No máximo 10. Ao fim ao cabo fomos somar 196 pontos.

“Mas nós não fazemos parte”

“Senhores estão classificados”

Ganhámos o primeiro lugar!

Tocámos marrabentas e aquelas coisas todas. Ganhámos a taça! Aquele senhora, a partir daquele momento apanhou contactos. Até queria levar-nos pra França.

Eu disse: não.

Daquela malta do júri, um era empresário. Levou a ela. Nós não aceitámos! Então nós voltamos no ano seguinte e voltámos a ganhar. Com um grupo de bailarinos e essas coisas todas.

Então a primeira taça que nós ganhámos quando chegamos aqui, a tal senhora que disse que nós éramos mulatos sem expressão nacional e tal... o Samora faz anos em Setembro, ela convida-nos para irmos tocar lá no palácio! Fomos lá tocar no palácio até às tantas e tal.

Às tantas no fim. São os tais mulatos sem expressão nacional. É ou não é?! Epah! Ela ficou toda chateada. Mas no ano seguinte já não era ela. Era o Luis Bernardo Honwana como ministro da Cultura e não houve problema nenhum.

Eu nunca levei isso a mal. Às vezes o poder sobe às pessoas e dizem coisas sem pés nem cabeça. Ela hoje não seria capaz de dizer isso. Disse naquela altura. Escreveu.

A moçambicanidade é a identidade. É a minha identidade. De todos nós. Somos moçambicanos. Nossa identidade é uma honra. Não tem validade dizer graças a Deus nasci moçambicano. Desde pequeno. Desde que conheço o meu nariz. Até me sinto vaidoso de ser moçambicano. Há pessoas assim vaidosas. Sabe, o vaidoso é aquele indivíduo que sofre de aflicção de espírito. Há muitos. Em toda parte do mundo!

Obras de Nkandla

Oposição exige provas de que Zuma devolveu os randes

A polémica não larga o actual chefe de Estado sul-africano, Jacob Zuma. Ou, talvez, a proporção inversa possa ser verdadeira.

Depois de a Presidência do país ter divulgado que Zuma pagou os 7,8 milhões de randes correspondentes à sanção pecuniária a que foi condenado pela justiça sul-africana pelo uso indevido de dinheiro público em obras destinadas ao reforço das medidas de segurança da sua residência privada em Nkandla, o chefe de Estado está agora a ser confrontado com a exigência dos partidos da oposição de apresentar provas de liquidação da verba.

Por outro lado, alguns sectores de opinião na África do Sul questionam a proveniência do valor desembolsado por Jacob Zuma, assinalando o risco de os recursos serem provenientes de amigos ricos do Presidente, num cenário que a mostrar-se verdadeiro poderia configurar pagamento de favores por ajudas que o chefe de Estado pode ter proporcionado em negócios.

Num comunicado que emitiu esta semana, após o anúncio do pagamento do dinheiro, o líder do principal partido da oposição da África do Sul, a Aliança Democrática (DA), Mmusi Maimane, considerou importante que Jacob Zuma apresente provas à Assembleia Nacional – parlamento – de que ele pagou pessoalmente o avultado valor.

Zuma deve demonstrar, ainda segundo Maimane, que as alegações de que contraiu uma dívida no VBS Mutual Bank para saldar as contas com o tesouro sul-africano não são uma farsa.

“É apenas a ponta do iceberg, numa saga flagelada pela corrupção”, defende a DA.

“Dissemos no passado que o Presidente Jacob Zuma devia em impostos 63.9 milhões de randes e que devia divulgar a sua certidão de quitação fiscal para nos assegurarmos de que estes impostos foram ou não pagos”, observou ainda Mmusi Maimane.

O principal partido da oposição exige ainda que o arquitecto-chefe de Zuma, Misenhle Makhanya, devolva 155 milhões de randes correspondentes aos valores empolados dos custos de reforço da segurança da residência de Nkandla. Num pequeno comunicado citado pelo diário Mail & Guardian, o Cope, pequeno partido sul-africano formado por ex-dissidentes do ANC, partido no poder, afirma que não acreditará que Jacob Zuma devolveu o dinheiro antes da apresentação de provas.

Anteriormente, defende o Cope, Jacob Zuma afirmou de forma veemente que não iria reembolsar o valor correspondente à verba exagerada nas obras da sua casa particular.

“Mesmo se Zuma tiver pago o montante, isso não irá apagar o facto de ele ter quebrado o seu juramento e que ele já não é um Presidente honrado”, considera o Cope.

É oportuno o Presidente partir

Por seu turno, o líder do UDM, Bantu Holomisa, considera que o facto de Jacob Zuma ter pago é sinal de que reconhece que é culpado, dado que, no passado, o chefe de Estado insistia que não tenha feito nada de errado.

“No final, ele pagou, admitindo que fez algo errado. Agora, a bola está do lado do ANC. Pode a África do Sul dar-se ao luxo de ter um Presidente que violou a Constituição da República?”, questionou Bantu Holomisa.

Para o líder do UDM, o ANC foi novamente apresentado com uma oportunidade perfeita para se desembaraçar de Jacob Zuma.

“Ele deu-vos munições para se libertarem dele. ANC, mostrem-nos agora a porta de saída e ele não deve resistir! Zuma deve partir”, defendeu Bantu Holomisa.

Já o EFF, de Julius Malema, ex-aliado e agora “inimigo” de Jacob Zuma, saudou

a decisão de o chefe de Estado saldar a dívida com o tesouro, frisando que foi devido ao esforço do partido que o Presidente acabou pagando o dinheiro. “O EFF congratula-se com o facto irrefutável de que o dinheiro foi pago, devido à insistência e persistência de que a decisão da Provedora da Justiça deve ser cumprida”, afirma a formação política dirigida por Julius Malema.

Mantendo a linha do auto-elogio pela

decisão do chefe de Estado sul-africano, o EFF entende que os sul-africanos devem celebrar a sua luta contra a corrupção e benefícios ilegais açambarcados pelos políticos.

O Orçamento do Estado conta agora com fundos adicionais, porque o Presidente da República reembolsou o que devia, acrescenta o EFF.

“O trabalho contra a corrupção do EFF deve ser celebrado, porque custou à

nossa organização dois anos para parar a corrupção em Nkandla, enquanto outros falharam durante muitos anos”, defendeu ainda o partido de Julius Malema.

O partido indicou ainda que vai procurar mais esclarecimentos sobre as condições em que VBS Mutual Bank emprestou o dinheiro ao Presidente da República, dado que é suposto ajudar cidadãos comuns em Vhembe.



Faça o seu negócio crescer.

O banco das PME's oferece financiamento de até 100% do saldo da sua conta, para o seu negócio de construção e engenharia civil, agricultura, lojas de retalho, bares e restaurantes, hotéis, resorts e outros.

Porque acreditamos no seu negócio, oferecemos mais por ele.

Quer saber mais? Ligue grátis para 92264 ou dirija-se ao seu balcão.

www.bancabc.co.mz

BancABC
parte do
atlasmará

EDITORIAL

Dia da Vitória ou o sequestro da visão nacionalista?

Se havia dúvidas quanto a algumas das razões porque 41 anos depois da independência Moçambique não conseguiu ainda se encontrar e tornar-se na nação unida que pretende ser, bastava acompanhar alguns dos discursos proferidos durante as cerimónias centrais alusivas ao 42º aniversário da assinatura dos Acordos de Lusaka, que abriram caminho para a independência de Moçambique.

Dia da Vitória, como é oficialmente designado o 7 de Setembro, é uma data nacional, e deve em princípio simbolizar o culminar de uma luta heroica em que muitos moçambicanos deram a sua vida para libertar o país da opressão e exploração coloniais.

Mas ao ouvir alguns dos discursos proferidos durante as cerimónias centrais da efeméride em Pemba, alguém estaria perdoado ao concluir que se tratasse de uma comemoração partidária.

Um evento de dimensão nacional foi reduzido a uma plataforma ideológico-partidária, procurando cimentar a ideia errada de que a luta pela independência de Moçambique foi uma empreitada do partido Frelimo, não um esforço que contou com o envolvimento de moçambicanos de todas as persuasões ideológicas, unidos apenas pela ideologia da independência nacional.

O ponto mais alto de toda aquela cacofonia foi protagonizado pelo Secretário Geral da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional (ACLLN), Fernando Faustino, quando, contra a corrente de todos os esforços de reconciliação nacional e concórdia entre os moçambicanos, pediu armas para lutar contra a Renamo.

Deve ter se perdido na sua imaginação que este país já tem mais do que o suficiente em termos de armas, para além de que o governo que o seu próprio partido suporta está envolvido num processo que visa precisamente que as armas, sejam elas de que lado vierem, se caíam definitivamente.

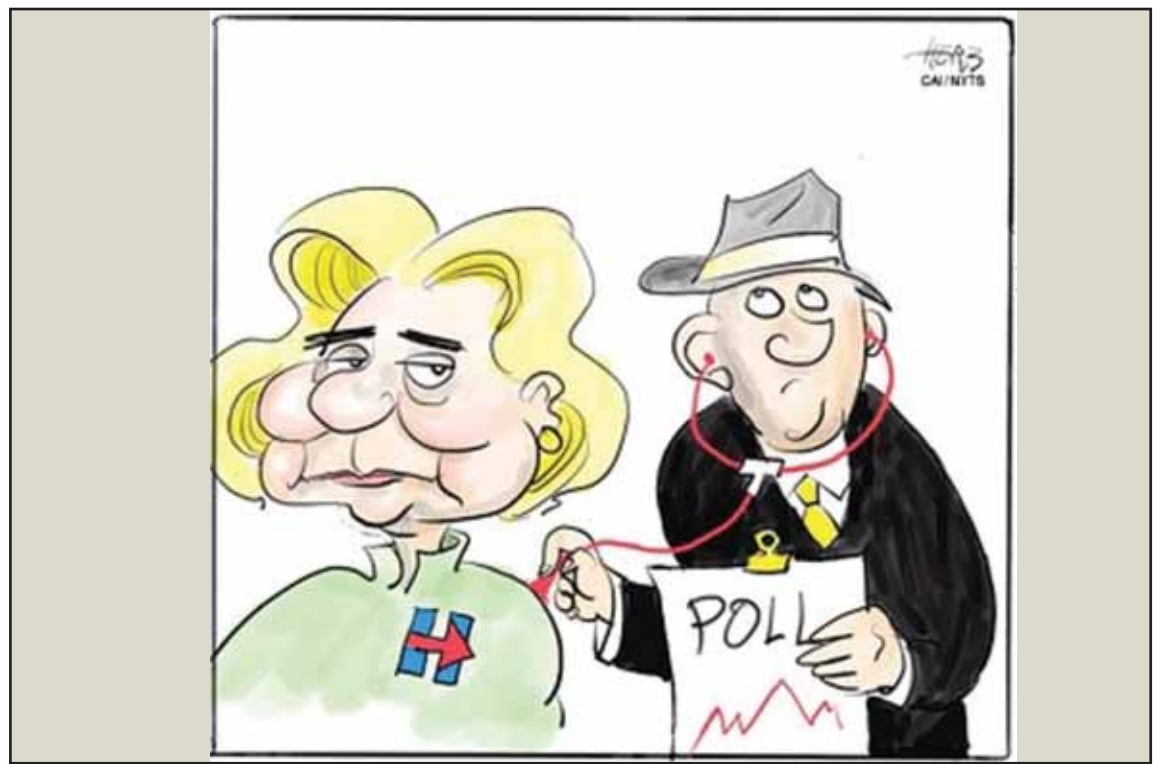
Moçambique precisa mais de livros para as escolas, de medicamentos essenciais para os hospitais, de sementes melhoradas e irrigação para a agricultura, e não de mais armas para matar moçambicanos e destruir seus bens.

Mas o entusiasmo de Faustino no seu discurso revela uma questão de que a própria ACLLN talvez nunca ainda se apercebeu.

Ela tende a projectar-se como uma plataforma representativa de todos os combatentes da luta pela independência. Contudo, apesar dos heroicos esforços dos seus membros (excluindo os seus filhos), sendo braço de um partido político, não pode reivindicar legitimidade de representação sobre todos os combatentes que lutaram pela independência nacional. Não representa aqueles que não couberam na nova matriz ideológica que resultou da transformação da Frelimo, em 1977, de movimento nacionalista em partido político.

Só nesta perspectiva se pode compreender o cariz puramente partidário com que foram, e têm sido caracterizadas comemorações nacionais como o Dia da Vitória. E enquanto as coisas continuarem a serem feitas desta maneira, o significado político de datas importantes como esta continuará a manter alienada a maioria dos moçambicanos, em nome de quem essa luta foi feita. Esta não foi certamente a concepção daqueles que fundaram o movimento nacionalista e sacrificaram as suas vidas para a libertação da Pátria.

Cartoon



A invasão nativa

Por Luis Ngwazi*

O distrito de Marracuene dista a 30 km da cidade de Maputo e é onde se encontra a praia de Macaneta, famosa pela sua beleza e motivo de atracção para muitos turistas, nacionais e estrangeiros. Como nativo de Marracuene, recordo-me da minha infância, em que ficava a mirar famílias de hipopótamos a se refastelarem nos bancos de areia, no meio do rio Incomati. À noite, ouvia os grunhidos ensurdecedores destes paquidermes quando invadiam as machambas, onde se banqueteavam com as maçarocas. O tal conflito homem-animal que ainda é vigente nas zonas menos urbanizadas do nosso país.

A capital do distrito, a vila de Marracuene, também é fonte de atracção. Anualmente realiza-se a cerimónia do Guaza Mutine, em alusão à batalha que colocou em confronto o exército nativo e o exército colonial.

Neste momento, as ruas da vila estão todas asfaltadas. O edifício que mais se destaca é o palácio do administrador, pela sua beleza arquitectónica. Vale a pena tirar uma "selfie" nesse local. Mas também interessa conhecer o agora famoso Tribunal Distrital de Marracuene.

As sessões de julgamento, que arrastam visitantes da cidade capital de Moçambique, são realizadas de forma bastante espec-

tacular. Normalmente, opõe, de um lado, cidadãos ou empresas moçambicanas, portadores do D.U.A.T., documento outorgado pelo Estado Moçambicano. Para além deste documento, esses cidadãos recorrem às tecnologias de informação, exibindo imagens do Google Earth, com a respectiva data, que comprovam que os aludidos espaços estavam livres, antes do conflito iniciar. Do outro lado, opõem-se os tais nativos que, como forma de demonstrar que o espaço lhes pertence, apontam algumas campas, que jazem no matagal, rodeadas de capim. As más-línguas dizem que estes aludidos nativos têm por trás uma quadrilha bem organizada, com ligações a alguém que os defende. São reconhecidos porque utilizam sempre o mesmo modus operandis para efectuar assaltos a espaços alheios.

Primeiro, os malfeitores pesquisar alguns cidadãos das redondezas do alvo e os tornam cúmplices. Como ritual de aceitação, a equipa de assalto nativo instrui os "recém-nativizados" sobre os truques a empregar para justificar a sua actuação. Depois, todos executam o "plano nativo", invadindo de forma ensurdecedora o local visado.

Dizem também que os tais nativos utilizam uma máquina grande (buldozer), de modo a esgarçar a área rapidamente. Depois,

os compradores dos espaços recebem instruções para construir com toda a velocidade.

Quando os portadores do D.U.A.T. são alertados da invasão nativa recorrem ao Tribunal Judicial de Marracuene, convencidos de ver os seus direitos de uso e aproveitamento da terra defendidos. Mas aí é que se enganam, porque a actuação da Sra. Meritíssima Dra. Juíza não é a que eles esperam. Na óptica dos portadores do D.U.A.T., as decisões da Juíza anulam todas as acções de outros órgãos do Estado. Dizem que mesmo a Polícia já não responde com vigor perante queixas de invasão de terras, porque sabe qual é o fim. E dizem que é um risco investir em áreas que depois podem ser invadidas.

Bom, isso é o que as más-línguas dizem. Mas há quem pensa que a Juíza está a agir de acordo com a sua consciência e merece ser elogiada. Até se propõe que o Conselho Superior de Magistratura Judicial venha assistir a um desses julgamentos. Caso isso aconteça dizem que a Excelentíssima Senhora Meritíssima Doutora Juíza será promovida, pela forma bastante original, criativa e glamorosa como efectua a gestão de terras, em Marracuene.

*Agricultor, residente em Marracuene, devidamente identificado pela redacção do SAVANA

SAVANA
INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE

Registado sob número 007/RRR/DNI/93
NUIIT: 400109001

Maputo-República de Moçambique

Propriedade da

mediacoop SA

KOK NAM
Director Emérito
Conselho de Administração:
Fernando B. de Lima (presidente)
e Naita Ussene
Direcção, Redacção e Administração:
AV. Amílcar Cabral nr.1049 cp 73
Telefones:
(+258)21301737,823171100,
843171100
Editor:
Fernando Gonçalves
editorsav@mediacoop.co.mz

Editor Executivo:
Francisco Carmona
(francisco.carmona@mediacoop.co.mz)
Redacção:
Raúl Senda, Abdul Sulemane, Argunaldo
Nhampossa, Armando Nhamumbo e
Abílio Maolela
Fotografia:
Naita Ussene (editor)
e Illec Vilanculos
Colaboradores Permanentes:
Fernando Manuel, Fernando Lima,
António Cabrita, Carlos Serra,

Ivone Soares, Luis Guevane, João
Mosca, Paulo Mubalo (Desporto).
Colaboradores:
André Catueira (Manica)
Aunício Silva (Nampula)
Eugénio Arão (Inhambane)
António Munaita (Zambézia)
Maquetização:
Auscêncio Machavane e
Hermenegildo Timana.
Revisão
Gervásio Nhalicale
Publicidade
Benvinda Tamele (823282870)
(benvinda.tamele@mediacoop.co.mz)

Distribuição:
Miguel Bila
(824576190 / 840135281)
(miguel.bila@mediacoop.co.mz)
(incluindo via e-mail e PDF)
Fax: +258 21302402 (Redacção)
82 3051790 (Publicidade/Directo)
Delegação da Beira
Prédio Aruanga, nº 32 – 1º andar, A
Telefone: (+258) 825 847050821
savana@mediacoop.co.mz
Redacção
adm@mediacoop.co.mz
Administração
www.savana.co.mz

“Azares” de Nyusi ou “Zigue-Zagues” do Professor Lourenço do Rosário?

Por Roberto Tibana

A entrevista do Professor Lourenço do Rosário publicada neste prestigioso matutino na semana passada deixou-me profundamente chocado por aquilo que revela. Temos um ícone da academia que se recusa a assumir um papel objectivo e construtivo perante os desafios da sociedade. Até se esconde em subterfúgios para se exonerar do papel social que como académico deve desempenhar em ajudar a iluminar a mente da sociedade. É caso para preocupar por aquilo que sugere do poder do sistema para castrar mentes. Nunca convivi com o Professor do Rosário, mas de longe sempre tive por ele muita admiração e estima, que, infelizmente, se dissiparam.

Vamos por partes:

1. O Professor Lourenço do Rosário é Presidente da célula nacional do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF). Dirigiu a elaboração do segundo relatório do MARF que ficou arquivado durante dois anos sem reacção apropriada do Governo. Finalmente o chefe de Estado apresentou o relatório aos seus pares há três semanas. Perguntado sobre o seu sentimento, o Professor do Rosário começou por voluntariar o esclarecimento de que o relatório deveria ter sido apresentado em 2014 ou 2015. Mas por que razão isso não foi feito o Professor não esclareceu, alegando simplesmente que foi por “*motivos de agenda*”. Isto é mau. Porque razão um relatório produzido por “*personalidades eminentes*”, e que se presume que tenha recomendações para se agir, leva

dois anos a ser assumido pelo Governo? Significa que para esse governo esse relatório não tem valor nenhum senão de um exercício burocrático e de fingir que se faz algo. O Professor do Rosário em lugar de se indignar com isso, simplesmente passou por cima, e até pactua com “*motivos de agenda*” para adiar o tratamento de assuntos (supostamente) importantes abordados nesse relatório.

Falando sobre o conteúdo do relatório, o Professor do Rosário diz que em 2014 “*tinhamos alcançado grandes conquistas... na democracia e governação política, governação e gestão económica... no desenvolvimento sócio-económico*”. Como assim? Em 2014 havia hostilidades militares. Em 2014 praticamte tínhamos o governo a fazer dívidas secretas e ilegais para alimentar o seu esforço de guerra contra a RENAMO. Em 2014 já havia esquadrões da morte. Em 2014 já se faziam atentados à vida do líder do maior partido da oposição (antes de ser empurrado a refugiar-se nas matas), ataques esses que nunca mereceram condenação do Presidente da República. O próprio Professor Lourenço do Rosário era nessa altura o chefe dos mediadores nas conversações/negociações entre o Governo e a RENAMO para tentar resolver esses mesmos problemas sobre os quais ele diz que o país tinha feito grandes avanços, precisamente porque permaneciam graves. É estranho que o Professor venha afirmar hoje que “*tudo estava bem até esse período*”. Temos constitucionalistas de respeito como Professor Rui Baltazar que vieram recentemente deplorar

veementemente o estado e a maneira como o país estava e ainda está a ser governado, cobrindo precisamente esse período em que o Professor do Rosário diz que “*tudo estava bem*”. Como assim?

3. O professor Lourenço do Rosário defende as dívidas secretas e ilegais. Ele afirma que “*... do ponto de vista estratégico não convinha que fossem feitas de uma maneira aberta e utilizar canais das instituições*”. Como assim? Temos constitucionalistas de respeito como o Dr. Teodato Hunguana que vieram publicamente afirmar que nada justifica a violação da Constituição. O Dr. Teodato Hunguana é quadro sénior da FRELIMO, e já esteve nos escalões mais elevados daquela organização. Quem está em melhores condições de defender os actos do Governo da FRELIMO, o professor do Rosário, ou o Dr. Hunguana?

4. O Professor do Rosário diz que a nível mundial, o processo de compra de armas nunca é discutido no Parlamento”. Bem, ele é Reitor de uma Universidade que ele agora desprestigia com este tipo de afirmações. E eu não vou fazer a pesquisa por ele. Ele que antes de falar peça aos seus professores e estudantes para pesquisarem os assuntos e lhe ajudarem a formular as ideias. Eu tenho a certeza de que ele vai encontrar inúmeros exemplos da maneira legal, transparente e responsável como vários governos no mundo (excepto as ditaduras e governos preches de corrupção) tratam de assuntos de defesa e segurança.

5. Ainda sobre as dívidas ilegais e secretas, o Professor Lourenço do Ro-

sário diz não poder exprimir o seu entendimento sobre o caso porque ainda está “*na expectativa de obter esclarecimentos dos que estão a investigar*”, e mais adiante acrescenta que: “*Aguardando as conclusões da PGR para poder ter um juízo final, não me posso apressar*”. Ora bem, um dos que estão a investigar é de facto a Procuradoria Geral da República (PGR), que já veio a público dizer que foram violadas leis (incluindo a Constituição). O Professor Lourenço do Rosário pretende fingir que não ouviu ainda o que a PGR disse sobre o assunto. No mínimo tem esse dado de uma instituição que está a investigar. Pelo menos que reconhecesse isso, pois essa instituição veio com uma conclusão sobre um aspecto do problema, mas exactamente um aspecto muito importante: violação de leis fundamentais. Não tem lá na Universidade que dirige um professor de Direito que lhe ajude a entender o que a PGR disse através das televisões sendo um documento escrito?

6. Da mesma maneira que ele tem um conceito muito estranho da legalidade (pois ele aprova que o governo do dia possa ele próprio violar as leis do país em nome de “*uma determinada agenda sobre a segurança nacional*”), o Professor Lourenço do Rosário tem um conceito muito estranho de transparência. Para o Professor Lourenço do Rosário o fim justifica os meios, ao dizer que “*A questão da transparência depende do fim para o qual esse dinheiro era destinado*...”. Como assim? Qualquer meio serve? É isso que encoraja que se ensine na Universidade de que é Reitor? Pode-se matar, pontapear as leis, ignorar a soberania do povo investida na Assembleia da República, em nome de quê?

7. Ainda sobre as dívidas ilegais e secretas o Professor Lourenço do Rosário diz que “*Eu acredito que era para questões de segurança de Estado*”. Como assim? A dado momento diz que não tem opinião e que está à espera de quem está a investigar (pretendendo ignorar pronunciamentos de uma instituição importante que está a investigar e veio com algumas conclusões). Mas num outro momento afinal tem mais do que uma opinião, tem uma crença. Como sai de uma situação

de não opinião para uma situação de crença?

8. Depois de escarpelizar uma série de problemas e mencionar uma série de obstáculos que ele vê na governação do país, pergunta-se ao Professor do Rosário quais seriam as saídas para esses obstáculos. E quanto a mim esta foi a pior e mais pernicioso de todas as respostas que o professor deu naquela entrevista. Um Professor universitário que é ainda Reitor de uma Universidade, diz que “*Os políticos é que devem trazer as soluções, eu sou académico*”. Qual é o conceito de académico e do papel do académico na sociedade que o Professor Lourenço do Rosário tem? É de alguém que fica na torre de marfim a contemplar a sociedade a subdesenvolver-se e até a auto-destruir-se? A academia não tem um papel construtivo? Não usa a ciência para ajudar a sociedade a entender melhor os seus problemas e a resolvê-los de maneira correcta?

Considerando a posição do Professor Lourenço do Rosário na sociedade (Reitor de uma Universidade, chefe de mediadores nacionais para a paz, Presidente da MARF-Moçambique), acho que o Gustavo Mavie (o famigerado G40 que chama de “quinta coluna” aos manifestantes pacíficos contra a guerra e as dívidas secretas e ilegais que foram feitas para alimentar essa guerra) ainda é um caso menor. Estas ideias são menos perigosas quando vêm de um pau mandado como o Mavie. Mas vindas de um académico, um professor, um Reitor de uma Universidade, são mais perigosas, pois sugerem o grau de penetração e controlo do sistema sobre mentes das pessoas mesmo aquelas que deveriam ter maior domínio sobre as suas cabeças. Os jovens procuram modelos para ver a luz no fundo do túnel e de onde essa luz deveria vir, mas, ao invés, eles recebem trevas.

Agora se pode compreender melhor parte da razão porque as mais de cem rondas da Joaquim Chissano entre a RENAMO e o Governo não poderiam dar nenhum resultado.

Estou profundamente desapontado, mas também satisfeito. Sabemos com quem contar ou não nesta jornada pela verdadeira liberdade e democracia.



Depoimento 1111

Nutro uma inveja visceral por todas as pessoas que, mesmo na idade adulta, falam com fluidez sobre as suas infâncias. Enchem-nas de factos fortuitos, gratuitos, bons ou maus, infâncias cheias de cores, de luz e até mesmo de aromas.

A minha inveja não vem do facto de essas pessoas, com quarenta anos de idade ou mais, serem capazes de falar das suas infâncias, mas de um sítio seguro, de uma situação muito mais simples: é que eu não tive infância. Não tive infância. E o facto de me ter mantido virgem até aos 25 anos reforça e exacerba essa minha sensação de ter nascido e saído da maternidade directamente para a idade adulta.

O meu problema não é com essas pessoas, é comigo própria, eu, Teresa. Não me lembro muito bem, mas a minha avó diz-me que ainda em tenra idade a minha mãe teve de me abandonar. O meu pai morreu, lá não sei onde, nas minas ou por aí, e o marido que se juntou a ela pôs como condição para viverem juntos ela livrar-se de mim.

Cresci com minha tia-avó do lado da linhagem do meu pai. Lembro-

me dela: uma senhora severa, cinquentona, talvez, ou sessentona, não sei, a imagem está a fugir-me um pouco, mas uma senhora severa, de poucas palavras, muito limpa e muito exigente em termos de saúde e de cuidados da casa. Eu sei lavar uma panela sozinha, aprendi a lavar isso de panelas, a cozinhar e a pilar milho e amendoim quando eu tinha... Não sei, não sei a idade que tinha, porque não tive infância.

Mas lembro-me muito bem de que cresci com essa tia-avó e ela era muito severa, e a disciplina em casa dela – ela sozinha, severa, sem marido, sem filhos, austera – era castrense. Aprendi a reprimir os meus anseios, os meus desejos, aquilo que eu queria mais na vida. Mas não me queixo muito: ela ensinou-me a ler, a gostar de ouvir música e a ouvir o silêncio, percebem o que estou a dizer? Digo que aprendi a ouvir o barulho do silêncio. Como dizia o outro poeta, a ouvir o silêncio da Patagónia.

Tudo isso fez com que, aos 24 anos, ao levar (não me estou a enganar no termo, levei mesmo) o primeiro beijo na boca, eu não tenha sentido prazer, mas asco. Não gostei de sentir a língua daquele homem dentro da

minha boca, e muito menos a lâmina de saliva que ele deixou entre a minha língua e o céu da boca e que fui obrigada a engolir, porque tudo é assim: se você não se casa, então não é da família. Aos 25 casei-me com esse homem. Se soubessem o que eu passei na cama nua, e ele também nu, a fazer-me aquelas coisas horríveis!

Agora tenho 72 anos, 3 filhos com esse homem e uns tantos netos, uma carreira bem-sucedida, uma escola de miúdos e chamam-me “a vovó má”. Sou má mesmo. Mas no fundo e na verdade, eu não sou má: gosto de higiene, gosto de disciplina, sou rigorosa nesses termos. E quando uma dessas crianças mimadas me aparece a jeito, puxo-lhe as orelhas. E puxo mesmo! Mas também sou capaz de ser amorosa com as pessoas. Há que compreender o que vos digo: eu tenho muito amor no meu coração, mas não tive infância. Nasci com 25 anos de idade, que foi a idade com que perdi a virgindade. Mas podem crer, eu não perdi a minha virgindade. Agora, com 72 anos de idade, viúva e 27 netos, continuo virgem. O que me importa é o meu motor na vida, que é este mesmo desde o princípio e até sempre. Compreendo a vossa sacanice.



Email: carlosserra_maputo@yahoo.com

Portal: <http://oficinadesociologia.blogspot.com>

494

Sobre a obediência

Entre 1950 e 1963, através de um falso estimulador de choques eléctricos e um painel graduado para “choques” entre 15 e 450 volts, o psicólogo Stanley Milgram fez 18 experiências, laboratorialmente controladas, com o objectivo de estudar obediência e a desobediência à autoridade. Foram recrutados voluntários, a quem foi atribuído o papel de “professores”. Estes “professores” foram convidados a aplicar “choques eléctricos” de intensidade crescente a um indivíduo (amarrado

a uma cadeira com eléctrodos, em sala adjacente), designado por “estudante” (um voluntário cujo papel de simulador os “professores” ignoravam), sempre que o “estudante” errasse uma resposta a um questionário. Sem hesitação, 65% dos “professores” administraram ao “estudante” (que simulava sofrer), sob ordens de um cientista (que representava a “autoridade” na experiência), os “choques” mais potentes, claramente perigosos e mesmo mortais. Os restantes administraram pelo menos 300 volts.

Meu ser original

Por Ivone Soares*



Desafios da Juventude em Tempo de Conflitos

A juventude é a fase transitória da vida entre a adolescência e a vida adulta.

Essa fase da vida que é a juventude pode ser definida por lei e daí a diferença de definição exacta entre países. Por via de lei uns países definem *jovem* como sendo aquele que tem entre 18 a 30 anos, enquanto que outros países definem *juventude* como sendo o período dos 18 aos 35 anos. Para as Nações Unidas todo aquele que está na faixa etária entre os 15 e 24 anos é jovem. A lei moçambicana define que é **maior** de idade aquele indivíduo que tenha 21 ou mais anos. Portanto, pode-se ser *maior* de idade, mas *jovem*.

Diz-se que o jovem é o futuro de uma sociedade e eu concordo plenamente com esse pensamento. Na realidade, logo depois dos adultos, cabe aos jovens (pela sua irreverência e energia) assumir os destinos da sociedade.

Enquanto que para o adulto menos tempo existe para a concretização de seus objectivos (devido ao avançar dos anos de idade) ao jovem reserva-se-lhe toda uma vida para concretizar sonhos e ocupar o lugar dos adultos que quer por morte, quer por incapacidade física se mostrem incapazes de exercer cabalmente o seu papel.

Pelo papel que a juventude exerce e por ser ela o futuro de qualquer sociedade, colocam-se-lhe vários desafios que importa referir começando por nos debruçar sobre o conceito de desafio.

Desafio é um repto que se lança. É um obstáculo que se coloca a fim de o poder ultrapassar. Assim, desafio é o conjunto de barreiras e obrigações que por exemplo, a juventude é colocada para que veja se as ultrapassa ou não. Quando se ultrapassa uma dificuldade ou uma barreira da vida diz-se que se venceu o desafio.

Desafio é um conjunto de problemas difíceis de resolver. Geralmente atribuímos aos grupos sociais a tarefa de enfrentar o desafio porque o grupo social tem mais força que o indivíduo singularmente. Sendo a juventude a base da força da sociedade para a prossecução das suas tarefas, em tempo de conflitos e principalmente conflitos armados, muitas vezes são os jovens que agem como protagonistas. Os conflitos mais devastadores são os conflitos armados em que os jovens são alistados, recrutados, sequestrados ou mesmo raptados para comporem ou engrossarem as fileiras das partes em conflito.

Nestes termos, o envolvimento da juventude em conflitos armados ou guerra ocorre quase sempre obrigatoriamente. Os que resistem correm o risco de sofrer sevícias, torturas ou mesmo perderem a vida visto que a força das armas é usada para coagí-los provocando o medo e o terror.

É assim que para proteger os jovens o mundo tem vários instrumentos internacionais como convenções, tratados, Cartas. Esses instrumentos tendem a proteger e evitar que o jovem esteja na

alçada dos grupos que se dedicam ao tráfico humano e de drogas, prostituição, álcool, guerras...

Em tempo de conflito o jovem consciente dos seus direitos e deveres tem a tendência de:

1. Resistir ao recrutamento compulsivo para alimentar guerras sem justa causa, desnecessárias, ilegais, não declaradas seguindo o preceituado na Constituição;
2. Lutar para ter acesso a mais conhecimento para que não seja usado para fins criminosos;
3. Participar em movimentos cívicos que, com conhecimento de causa, lutam pela paz; direitos humanos...;
4. Ocupar-se apostando na sua formação técnico-profissional que permita também desenvolver projectos geradores de emprego...

Moçambique estruturou, na sua Constituição da República, a forma de organização e funcionamento do Estado; as competências e atribuições das suas instituições e as garantias constitucionais reservadas ao povo são claras.

O desconhecimento que o povo tem da Constituição é preocupante, pois dificulta que o jovem e a sociedade em geral, dentro da Lei, superem os desafios que têm de enfrentar no dia-a-dia.

Daí que eu partilhe com todos alguns artigos a saber:

Artigo 40 (Direito à vida)

1. Todo o cidadão tem direito à vida e à integridade física e moral e não pode ser sujeito à tortura ou tratamentos cruéis ou desumanos.
2. Na República de Moçambique não há pena de morte.

Neste artigo fica claro que as arbitrariedades protagonizadas pelos dirigentes que, por exemplo, retiram os militares dos quartéis e os mandam para caçarem opositores da posição, sem que se tenha declarado que o país está em estado de sítio, estado de emergência ou em guerra fazem-no ilegal e inconstitucionalmente.

Nos últimos tempos temos ouvido a imprensa reportando baleamento mortal de moçambicanos protagonizados por polícias. Vários relatórios sobre a situação dos direitos humanos em Moçambique já reportaram casos de execuções sumárias, tortura, espancamento de cidadãos protagonizados por quem os devia proteger.

A nossa Constituição consagra o direito à vida e não dá licença para matar nem as autoridades e nem a indivíduos ou a grupos de cidadãos. Daí que importa referir também que a prática de linchamentos é uma violação deste direito à vida que o suposto criminoso também tem.

Outro artigo interessante é o **Artigo 48 (Direito à liberdade de expressão e informação)**. Neste artigo a Constituição da República consagra o direito dos cidadãos poderem escrever e falar sem censura para jornais, rádios, televisão tanto

do Estado como privados e também pela internet. Ainda neste artigo, a Constituição permite que os cidadãos possam criar seus próprios órgãos de comunicação social e proíbe a interferência na comunicação de qualquer cidadão. Defende a independência dos jornalistas e o acesso à informação.

O Artigo 51 (Direito à liberdade de reunião e de manifestação)

Este artigo é claro, mas tem sido muitas vezes violado. Vezes sem conta vimos elementos da polícia, incluindo os da polícia canina e anti-motim impedindo a realização de reuniões e/ou manifestações. Muitas vezes chegam a recorrer ao uso excessivo da força, uso de balas de chumbo, lançamento de gás lacrimogéneo indiscriminadamente.

O que deve ficar claro aqui é que reunir e/ou manifestar-se é um direito dos moçambicanos que não carece de autorização passada pelas autoridades. Os manifestantes devem somente comunicar o dia, hora, local de concentração, rota a seguir, local onde irá "desaguar" o grupo de manifestantes para que as autoridades tomem conhecimento e organizem a protecção dos manifestantes.

Já no **Artigo 53**

(Liberdade de constituir, participar e aderir a partidos políticos) consagra-se a liberdade de qualquer cidadão poder constituir ou participar num partido político voluntariamente e a sua escolha. Ninguém pode ser obrigado a pertencer a um partido político sob nenhum pretexto como muitas vezes se verifica.

Obrigar funcionários públicos a se filiarem na célula do partido e instalar células de partido nas instituições é coagir esses funcionários a aderir a esse mesmo partido. A adesão aos partidos políticos deve ser voluntária. E ninguém deve perder emprego por se ter recusado a participar nas reuniões partidárias deste ou daquele partido.

Artigo 54 (Liberdade de consciência, de religião e de culto)

A Constituição defende que o cidadão possa, livremente, professar o culto ou religião de sua escolha e ninguém pode ser discriminado em função das suas escolhas. Mais adiante, determina que ninguém pode ser obrigado a ser religioso. O Estado moçambicano, sendo laico, não deve determinar qual a melhor religião devendo garantir que todas sejam tratadas de igual forma.

Artigo 55 (Liberdade de residência e de circulação)

Este artigo clarifica que o cidadão nacional pode residir em qualquer província, distrito, localidade, na cidade ou no campo, dentro ou fora de Moçambique. Por outro lado, ninguém pode ser proibido de viajar dentro de Moçambique ou para o estrangeiro sem justa causa.

Um condenado tem a sua liberdade limitada e

naturalmente que poderá estar sujeito à perda de certos direitos que a Constituição consagra.

Artigo 58 (Direito à indemnização e responsabilidade do Estado)

Em caso de algum cidadão se achar prejudicado por acção de alguém ou mesmo do Estado pode exigir em tribunal ou não indemnização.

Por exemplo, casos de destruição de casa ou machamba para construção de uma escola, centro de saúde ou estrada;

Nestes casos deve-se compensar/ indemnizar a quem perde o seu bem.

Artigo 59 (Direito à liberdade e à segurança)

Trata-se da proibição de se prender ou submeter a julgamento qualquer cidadão senão nos termos da lei. Por outro lado, sem julgamento, nos termos da lei, ninguém pode ser considerado culpado de qualquer crime ou ser condenado a penas não previstas na lei.

Artigo 79 (Direito de petição, queixa e reclamação)

Todos os cidadãos têm o direito de apresentar petições, queixas e reclamações perante autoridades competentes para exigir o restabelecimento dos seus direitos violados ou em defesa do interesse geral.

Por exemplo, o caso madgermanes foi submetido ao Parlamento e já se passaram muitos anos e nem todos foram integralmente ressarcidos pelo Estado moçambicano. Portanto, eles usaram este direito.

Artigo 80 (Direito de resistência)

O cidadão tem o direito de não acatar ordens ilegais ou que ofendam os seus direitos, liberdades e garantias.

Este artigo trás ao de cima a necessidade de os cidadãos e em particular os jovens conhecerem mesmo os seus direitos.

Os direitos dos cidadãos encontram-se reflectidos na Constituição e nas diversas leis aprovadas e é por isso que é necessário **conhecer as leis**. **Conhecer os direitos** e liberdades fundamentais constitui um importante **Desafio para a juventude em todos os tempos**.

Daí interessar-me abordar o Artigo 81 (Direito de acção popular)

Acção popular consiste basicamente no direito de exercer acções de cidadania em que pessoal ou colectivamente tomam-se acções populares para defesa de direitos ou património público através de diversas formas que podem ser requerimentos, marchas, manifestações e encontros.

Chegados aqui, diga para si próprio e para os demais como irá contribuir para sairmos do conflito sócio-político e económico em que Moçambique se encontra. **Comunicóloga, Política e Poetisa.*

SACO AZUL

Por Luís Guevane

Desmediocrizar a democracia



A mediocrização da democracia em Moçambique é algo que tem vindo a preocupar grande parte dos moçambicanos, uns expressando claramente as suas posições e outros reagindo ao efeito induzido pela ditadura do medo. A verdade é que o nível da nossa democracia tem deixado muito a desejar. Tudo isto fica mais complexo quando acrescentamos o peso da pobreza no processo democrático. Os que expressam suas opiniões, gozando do direito à liberdade de pensamento e de opinião, procuram contribuir para a abertura de mais espaços de intercâmbio e de exercício de cidadania abarcando cada vez mais moçambicanos. O ponto é lutar para uma crescente consistência democrática do País ou procurar caminhos mais curtos e seguros para a desmediocrização da democracia no País, ainda que isso contrarie um

certo quadrante do poder.

Quando ainda discutimos se devemos (ou não) pedir permissão às autoridades para realizar uma marcha, seja a que pretexto for, isso significa que ainda não há clareza sobre o assunto. As autoridades, com claras preferências sobre o tipo de marcha ou manifestação que lhes interessa, posicionam-se conforme o ideal conferido pela verticalidade de uma disciplina de submissão. Associado a este aspecto está o aparato de segurança (ou de repressão) dos manifestantes. À mediocrização da nossa democracia junta-se a permanente diabolização de "contrários" e de "opositores". Isto é mais severo e sintomático intra-partidariamente. Se alguém aparece na comunicação social a sugerir um "lava jacto" para Moçambique ou responsabilização (pelas dívidas escondidas), é imediata e magistralmente vilipendiado tendo à mistura bónus de racismo e rótulo de "frustrado", por, na óptica

dos fazedores da mediocridade de democracia, pretender a queda do Governo e a promoção de incuráveis fissuras intra-partidárias. Esta é a postura daqueles que interpretam a sua posição inspirados na confusão entre o medo e o respeito que as pessoas devem fácil e espontaneamente exibir diante de sua figura. Preferem discutir, na lógica da "galinha e do ovo", se na história da humanidade primeiro surgiu o medo e depois o respeito, ou o contrário.

Podemos ter interpretações díspares relativamente à ideia de se considerar vergonhoso o facto de o País possuir uma diversidade de recursos e não ter capacidade de transformá-los em riqueza, mas, entretanto, muito mais vergonhoso é o actual estágio de mediocrização da nossa democracia que não se oxigena o suficiente para que seja pilar nessa mesma transformação; uma robusta democracia de defesa da "família partidária", relegando para o cidadão comum uma

anémica e inconsistente defesa simbólica.

Cá entre nós: provavelmente o estágio da democracia na África do Sul empreste aos moçambicanos uma atitude mais proactiva intra-partidária e até mesmo uma visão menos preconceituosa com relação aos detentores do poder. Um outro exemplo tendente à desmediocrização da democracia vem do Gabão em reacção à pressão internacional. O seu presidente, Ali Bongo, mostrou-se receptivo à recontagem de votos cabendo ao Tribunal Constitucional a decisão final sobre o assunto. Para este caso, está claro que a pressão internacional vale pelo seu peso esmagador relativamente àquilo que podemos considerar como pressão interna. A mão externa é o verdadeiro patrão dos países pobres. Desmediocrizar a democracia é, sobretudo, defender que ninguém está acima da lei.

Os recados de Zuneid Sidat, Agente-FIFA

“Abel Xavier é a pessoa certa mas no momento errado”

Por Paulo Mubalo

Zuneid Sidat, agenciador de jogadores, diz que já foi considerado como jovem construtor de utopias irrealizáveis, mas mesmo assim, longe de desanimar, até porque o tempo tratou de desmentir, com empenho e perseverança vai mostrando que pode se chegar longe. Hoje tem como maior sonho ajudar o país que o viu nascer a chegar a uma fase final dum mundial de futebol. E diz que isso é possível, mas para a concretização desse desiderato coloca acento tónico na organização, na necessidade de tornar o Moçambola um produto que venda pela qualidade, na colocação de mais jogadores em campeonatos mais competitivos e na gestão dos clubes. Seguem os excertos da conversa.

Quando e como entrou no mundo de agenciamento de atletas?

-A resposta à questão que me coloca foi objecto de gozo por parte de pessoas ligadas ao futebol. Fui apelidado de louco e não poucas vezes de construtor de utopias irrealizáveis. O meu sonho é ajudar o meu país a chegar a uma fase final do Mundial de Futebol.

Em conversas com um empresário cabo-verdiano senti que colocando 25 ou 30 atletas seleccionáveis para os “Mambas” no estrangeiro teríamos uma base de recrutamento maior. Isso não é um atestado de incompetência aos clubes nacionais ou ao nosso Moçambola. É um facto indesmentível que pode ser corroborado pelos nossos resultados nas competições africanas que os alicerces das nossas competições de clubes estão diluídos pelo facto de grande parte dos clubes serem subsidiados sem prestarem contas.

Para competirmos, no meu entender, precisaríamos de preparar pelo menos 10 anos. Isso para competir em África. Temos de nos reorganizar e passar a olhar para o futebol como um negócio. Ou seja, um negócio que não deve defraudar o público. O Moçambola tem de ser um produto que venda pela qualidade do espectáculo que produz. Os clubes não podem, por exemplo, permitir a transmissão de jogos sem contrapartidas financeiras como aconteceu com a TVM. Espero, agora, que com a ZAP as coisas mudem. Como a selecção não pode parar, a única solução fiável para alavancar o nosso futebol é colocar jogadores fora do país.

Quando comecei a colocar atletas fora do país fui vítima de diversos ataques. Felizmente as maiores críticas diminuíram o volume das suas queixas e hoje compreendem que há várias formas de alcançar os objectivos.

O que significa agenciar um jogador?

-Agenciar um atleta é mais do que arranjar um clube ou outro para o mesmo. Um agente deve apoiar o seu atleta tanto dentro como fora do campo, negociar para o atleta os melhores contratos, garantir que o atleta só se preocupe em jogar futebol, tentando resolver, na medida do



Abel Xavier, seleccionador nacional

possível, os problemas extra-futebol que ele possa ter. O mais importante de tudo, garantir que o atleta consiga poupar ou investir o seu dinheiro de forma a que no dia que deixe de jogar tenha a sua vida organizada. Basicamente ser agente de um atleta significa ser um amigo, um pai, um director financeiro, um psicólogo, etc. etc.

É difícil desenvolver esta actividade no país e é rentável?

-Eu tento evitar intrometer-me nas transferências internas. Sinto que a minha utilidade ao país passa por tentar colocar o máximo de atletas no futebol profissional ajudando a melhorar a selecção nacional. Todas as actividades ligadas ao futebol são rentáveis, desde que praticadas num contexto de profissionalismo. Isto para dizer que em Moçambique não é rentável, mas no futebol profissional é.

Agente de 22 jogadores

Quem foi o primeiro jogador que agenciou e quantos tem actualmente?

- O primeiro foi Jeremias Siteo (Jerry) que está agora na União Desportiva do Songo e no total são 22 jogadores.

Aposta mais no mercado português porque e o que faz com que o Nacional de Madeira seja a porta da entrada de moçambicanos no futebol europeu?

Arrisco-me a dizer que actualmente Portugal é o país perfeito pra primeira experiência europeia dos nossos atletas, fundamentalmente por duas razões:

1- A nível de adaptação é mais fácil pois já conhecemos a língua, a cultura e a comida também são parecidas; 2- Em toda a Europa existe um limite de estrangeiros, de 3 a 5 dependendo dos países e, nesse sentido, se eles têm de optar por um moçambicano que não está na Europa ou um brasileiro/argentino/paraguaio devido à falta de qualidade e visibilidade do Moçambola dificilmente optam pelo moçambicano. Em Portugal, nós moçambicanos temos estatuto de igualdade, ou seja, no futebol não somos considerados estrangeiros. Neste momento existe uma relação de confiança com o Nacional e eles acreditam na qualidade dos nossos atletas. Isto não inviabiliza a possibilidade de trabalhar com outros clubes, mas facilita.

Os nossos jogadores dificilmente



Zuneid Sidat, Agente-FIFA

singram no estrangeiro...!

-Os nossos jogadores têm dificuldades de se afirmarem pelas suas lacunas de formação. Ora, se o mundo está em crise os clubes europeus querem receber atletas preparados e não atletas com 21 anos aos quais devem corrigir lacunas de formação, ou seja, os nossos atletas têm dificuldades porque vem com deficiências na formação. Se assistir um jogo do Moçambola e contabilizar irá ver que os nossos laterais são capazes de chegarem à linha e fazerem mal 80% dos cruzamentos, isto não é normal, mas infelizmente é a realidade.

Treinadores estrangeiros

E como analisa a vinda de treinado-

res estrangeiros ao País e o futebol moçambicano?

-Penso que a vinda dos técnicos estrangeiros ajuda muito e a resposta está à vista, pois a única vez que nos qualificamos para o CAN interno, competição que mede a qualidade do futebol interno, tínhamos no país 5/6 treinadores estrangeiros em simultâneo.

Os “Mambas” e a FMF estão num novo ciclo. Que avaliação faz do trabalho que está sendo desenvolvido por Abel Xavier e Alberto Simango Júnior?

-Um seleccionador nacional só treina os atletas durante 4/5 dias antes dos jogos, por isso, além da competência a qualidade fundamental que um seleccionador precisa é de perceber a parte psicológica. Abel Xavier é um motivador por excelência e na minha opinião ele é a pessoa certa no lugar certo, mas no momento errado.

No momento errado refiro-me com a direcção errada, porque neste momento precisamos de alguém que tome decisões para o bem do futebol e não para alimentar a sua imagem. Por aquilo que conhecemos, o Simango não é um dirigente de choque, mas sim de tomar sempre decisões por forma a ter a imprensa, adeptos e dirigentes do seu lado. Um líder deve tomar as decisões para o bem da sua instituição, neste caso

o futebol, mesmo que não agrade a algumas pessoas. Jamais iremos ver esta direcção a tomar uma decisão para o bem do futebol se isso implicar uma repercussão negativa da imagem. A história diz-nos que os grandes líderes e os líderes visionários são sempre incompreendidos no momento, mas depois de atingir o seu objectivo as pessoas estão do seu lado.

Em relação ao nosso futebol, como disse acima, nós precisamos de 10 anos para reorganizar o nosso futebol. Ou seja, temos de dar dois passos atrás e 10 para frente. Vejo que as selecções que eram goleadas por nós hoje temos dificuldade de vencê-las. Todos estão a evoluir e nós estamos estagnados.

O Moçambola constitui uma boa propaganda para o nosso futebol?

-Enquanto não olharmos para o futebol como um negócio dificilmente será uma boa propaganda. Enquanto as empresas forem obrigadas a patrocinar o futebol por “decreto” dificilmente irá fazer com que os dirigentes tentem melhorar o nosso futebol.

Hoje temos as empresas públicas que quase que são “obrigadas” a patrocinar os clubes e isso faz com que esses dirigentes fiquem acomodados e não trabalhem para evoluir.

Luís Manhique, preocupado com o futuro do Estrela, lança alerta vermelho

“Peço apoio e união de todos os sócios neste momento crucial”

Nos primeiros dias de Janeiro deste ano, ainda com a ressaca das festas do fim-do-ano, a direcção do Estrela Vermelho, que dias antes havia homenageado os jogadores pelo apuramento ao Moçambola, abria oficialmente as oficinas do clube, tendo como aposta não só a manutenção, mas também uma melhor classificação.

A espinha dorsal do ano passado manteve-se, para além de novas contratações e os resultados na maior parte das jornadas da primeira volta do Moçambola foram surpreendentes pela positiva.

O ambiente no balneário era descrito como excelente, a direcção sempre esteve atenta ao dia-a-dia dos jogadores, a equipa possuía equipamentos e material de trabalho, até que, estranhamente, os resultados começaram a não aparecer.

O presidente do clube, Luís Manhique, ainda augura dias melhores depois da difícil batalha que travou para colocar a equipa no Moçambola.

“A nossa estrutura para o futebol no seu todo, incluindo a equipa de principal, foi montada de acordo com um objectivo concreto, e todos concordamos que tínhamos essa estrutura capaz de conseguir os resultados almejados. A logística necessária a esse desiderato foi e continua a ser pontualmente alocada à equipa. De repente, quando entramos para a Taça BNI, começamos a receber queixas do treinador principal e, sem estarem esclarecidas as razões de fundo, ele abandonou o projecto mesmo com voto total de confiança da Direcção”, afirmou.

Conta Manhique que a partir daqui a crise de resultados acentuou-se. “Estamos e temos de gerir uma situ-

ação que não estava nos nossos prognósticos, contudo ainda acreditamos na capacidade dos jogadores que já deram mostras disso, pelo que apelamos o apoio de todos sócios neste momento crucial”.

Totalmente concentrado no Moçambola, prova disso são as reuniões quase que diárias com os outros membros da direcção para se esboçar estratégias, Manhique fala resumidamente do projecto da construção do campo.

“O projecto de Marracuene está neste momento parado, não só pela nova estrutura que está sendo condicionada para o empreiteiro e dela buscar maior dividendo no investimento, como também, e sobretudo, porque a desvalorização da moeda nacional alterou significativamente a nossa estrutura e capacidade de resposta simultânea: por um lado a equipa no Moçambola e por outro o próprio projecto do campo.”

E acrescenta: “Não se vislumbrando a curto prazo melhorias na nossa capacidade de resposta financeira, estamos a mobilizar parceria e investimento para lograr, antes de tudo, projectos a nível da sede, na cidade de Maputo, por isso não só instituímos um Gabinete de Marketing Comunicação e Imagem virado para negócios (parcerias) que possam aumentar as nossas receitas de forma segura, para depois retomarmos o campo, eventualmente durante o defeso, como também estamos a acelerar a criação da SAD, de modo a que se encarregue na busca e criação de oportunidade de negócio, para fortalecer a componente económica e financeira do Clube”, explicou.



**PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
PESQUISAS GEOFÍSICA, GEOTÉCNICA E DE MONITORIA DE RISCOS GEOLÓGICOS EM OFFSHORE
PARA AS ACTIVIDADE DA ENI EAST AFRICA S.p.A. NA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

A **Eni East Africa (EEA) S.p.A.** convida as empresas interessadas a submeterem a sua Manifestação de Interesse para a realização de pesquisas geofísicas, geotécnicas e de monitoria de riscos geológicos a serem executadas na área offshore em profundidades de até 2.500 m por meio de um navio DP (DP Vessel) capaz de subsistir as condições oceanográficas do canal de Moçambique na parte norte da República de Moçambique.

O Âmbito do Trabalho consiste na:

- *Pesquisa Geotécnica offshore*; cobrindo aquisição de dados geotécnicos incluindo perfuração de furos, perfuração de rocha, ensaios de piezocone de penetração (piezocone penetration tests-PCPT), testes de laboratório geotécnico a bordo e em terra (onshore), incluindo uma pesquisa específica da plataforma continental (*shelf-break*).

- *Pesquisa geofísica offshore*; cobrindo aquisição de dados geofísicos, incluindo a batimetria, leito marinho, sub-fundo (sub-bottom) e UHRS (sísmica de resolução ultra-elevada). Esta pesquisa também inclui pesquisas específicas para a avaliação do perigo de falhas (fault hazard assessment) e na plataforma continental (*shelf-break*).

- Pesquisa de *monitoria de riscos geológicos em offshore*; cobrindo monitoria e medições de turbidez ou fluxos de gravidade de sedimentos dentro e fora das áreas do canyon do fundo do mar. Os tipos de equipamento inovadores (Novel equipment) incluem linhas de ancoragem curtas e longas e dispositivos de detecção de movimento.

As empresas interessadas devem também confirmar a disponibilidade de um veículo de controlo remoto (*remote operated vehicle - ROV*), caso a pesquisa precise também da tal investigação.

As empresas interessadas neste convite deverão submeter a sua Manifestação de Interesse (Mdi) para participar no processo de concurso para "PESQUISA GEOFÍSICA, GEOTÉCNICA E DE MONITORIA DE RISCOS GEOLÓGICOS", através do seu registo no nosso website abaixo indicado e submeter a seguinte documentação exigida:

1. Estrutura da Empresa e do Grupo, contendo a lista dos principais accionistas e dos beneficiários finais (não aplicável a empresas cotadas na bolsa de valores);
2. Cópia digitalizada e autenticada da Certidão de Registo Comercial, nome da Entidade Legal e pessoa de contacto para receber informação comercial e sobre a qualificação;
3. Prova documentada de 10 anos de experiência na área do Petróleo e Gás para actividades de pesquisaS geotécnica e geofísica, incluindo investigações de riscos geológicos em águas profundas offshore e experiência de operação em África é necessária.
4. Referências profissionais documentadas fornecidas pelos clientes;
5. Certificações do Sistema de Gestão de Qualidade ou documentação equivalente que comprove que a empresa está em conformidade com os Padrões de Qualidade nacionais e internacionais (ISO 9001:2008);
6. Cópia das certificações do Sistema de Gestão Ambiental e/ou documentação que comprove que a empresa está em conformidade com os padrões internacionais ISO 14001:2004;
7. Cópia das certificações do Sistema de Gestão de Saúde Ocupacional e/ou documentação que comprove que a empresa esta em conformidade com o sistema internacional OHSAS 18001:2007;
8. Demonstrações financeiras dos últimos três anos, incluindo: balanço anual, demonstração de resultados e dos fluxos de caixa.

O website para o registo das candidaturas (Mozambique Application) está disponível através do seguinte link:

https://eprocurement.eni.it/int_eng/Suppliers/Qualification/Mozambique-Application (para as candidaturas em Inglês)

https://eprocurement.eni.it/int_ita/Fornitori/Qualifica/Autocandidatura-Mozambico (para as candidaturas em Português/Italiano)

IMPORTANTE:

As candidaturas deverão fazer referência ao seguinte código de produto/serviços:

SS02BB03 - GEOTECHNICAL AND ENVIRONMENTAL ANALYSIS FOR ENGINEERING (reachable through the following path: SERVICES – STUDIES AND SURVEYS OF GEOLOGY, GEOPHYSICS AND PETROLEUM ENGINEERING – GEOLOGY)

Dentro da página da candidatura, na secção "Object of the Application" o campo "Origin of invitation" deve ser preenchido da seguinte forma: "*Geophysical, Geotechnical and Geohazard Monitoring Surveys*".

Sujeito à submissão da Manifestação de Interesse e ao cumprimento com toda a documentação acima indicada, as empresas interessadas nesta Mdi poderão receber da Unidade de Fornecedores & Conformidade da EEA o Pacote de Qualificação.

A EEA fará uma avaliação da documentação acima solicitada e, caso o resultado da avaliação seja satisfatório, irá incluir o candidato na sua Lista de Fornecedores com vista a considerar a empresa em futuros processos de concurso relacionados com as actividades em questão.

Somente empresas qualificadas, consórcios ou *Joint Ventures* que tenham capacidade comprovada e experiência recente na prestação dos serviços acima solicitados serão considerados para potenciais concursos no âmbito do serviço acima descrito.

A solicitação de informação e documentação tem como objectivo iniciar uma "avaliação para qualificação" e dar uma oportunidade às empresas seleccionadas de fornecer detalhes da sua estrutura legal, gestão, experiência, recursos e sua capacidade global para executar o serviço.

A EEA deve certificar-se que cada uma das empresas seleccionadas na fase final possui recursos, gestão e total capacidade para agir como uma entidade legal singular (empresa), de forma a atingir as metas exigidas de qualidade, saúde, segurança e ambiente (HSE), padrões e programas.

Todas as respostas deverão ser suportadas pelos relatórios, organigramas da empresa, organigramas de recursos e qualquer outra informação que a empresa considere necessária para fundamentar as suas respostas individuais e fornecer à Eni East Africa a confiança necessária em relação às capacidades e experiência da empresa.

Este inquérito não deverá ser considerado um convite para concurso e portanto, não representa nem constitui nenhuma promessa, obrigação ou compromisso de qualquer tipo da parte da Eni East Africa em celebrar contratos ou acordos com qualquer empresa que participe do presente pré-inquérito.

Consequentemente, todos os dados e informações fornecidos pela empresa não deverão ser considerados como um compromisso por parte da Eni East Africa em celebrar um contrato ou acordo com a empresa, nem deverá possibilitar que a empresa reivindique qualquer indemnização da parte da Eni East Africa.

Todos os dados e informações fornecidos no âmbito deste inquérito serão tratados como estritamente confidenciais e não serão divulgados ou comunicados a pessoas ou empresas não autorizadas, com excepção da Eni East Africa.

O prazo para a submissão da Manifestação de Interesse através do nosso website termina no dia **30 de Setembro de 2016**.

Quaisquer custos incorridos pelas empresas interessadas na preparação da Manifestação de Interesse serão da total responsabilidade das empresas, as quais não terão direito a qualquer reembolso por parte da Eni East Africa a este respeito.



**REQUEST FOR EXPRESSION OF INTEREST
OFFSHORE GEOPHYSICAL, GEOTECHNICAL AND GEOHAZARD MONITORING SURVEYS FOR ENI
EAST AFRICA SpA ACTIVITIES IN THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE**

eni East Africa (EEA) S.p.A. invites interested companies to submit expressions of interest for geophysical, geotechnical and geohazard monitoring surveys to be carried out for EEA in the offshore areas in water depths up to 2,500 m by means of DP Vessel capable of withstanding the metocean condition of Mozambique channel at the Northern part of the Republic of Mozambique.

The Scope of the work includes:

- Offshore Geotechnical Survey; Covering acquisition of geotechnical data including drilled boreholes, rock coring, piezocone penetration tests (PCPT), onboard and onshore geotechnical laboratory testing, including a specific survey of the shelf-break.
- Offshore Geophysical Survey; Covering acquisition of geophysical data including bathymetry, seabed, sub-bottom and UHRS (Ultra High Resolution Seismic). This also includes specific surveys for fault hazard assessment and the shelf-break.
- Offshore Geohazards Monitoring Survey; Covering live monitoring and measurements of turbidity or debris gravity flows inside and outside the seafloor canyon areas. Novel equipment types include short and tall moorings, and motion sensing devices.

Interested Companies are required to confirm also the availability of a remote operated vehicle (ROV), in case the survey shall need such investigation as well.

Companies interested in this invitation may submit their Expression of Interest (EOI) to participate in a tender process for "GEO-PHYSICAL, GEOTECHNICAL AND GEOHAZARD MONITORING SURVEYS" by registering on the EEA website indicated below and submit the following required documentation:

1. Company and group structure with the list of major shareholders and ultimate beneficiaries (if not listed in the stock exchange);
2. Scanned certified copy of the trade register, legal entity name and contact person for receiving qualification and commercial information;
3. Documented proof of 10 years' experience in the Oil & Gas Industry for Offshore Geotechnical and Geophysical Survey Activities, including Geohazard Investigations, and experience in Africa is required;
4. Professional references justified by customer testimonials (documented);
5. Quality Management System certifications or equivalent documentation proving the Company compliance with national or international Quality Standards (e.g. ISO 9001:2008);
6. Copy of Environmental Management System certification and/or documents proving the company compliance with international standard ISO 14001:2004;
7. Copy of the Occupational Health and Safety Management System certification and/or documents proving the company compliance with international standard OHSAS 18001:2007;
8. Last three years of financial statements including: Balance Sheets, profit and Loss and cash flow statement for the realization of the scope of work ;

The registration website (Mozambique Application) is available to the following URL:

https://eprocurement.eni.it/int_eng/Suppliers/Qualification/Mozambique-Application (for application in English)

https://eprocurement.eni.it/int_ita/Fornitori/Qualifica/Auto-candidatura-Mozambico (for application in Portuguese/Italian)

IMPORTANT:

The submission must refer to the following commodity code: **SS02BB03 - GEOTECHNICAL AND ENVIRONMENTAL ANALYSIS FOR ENGINEERING** (reachable through the following path: SERVICES – STUDIES AND SURVEYS OF GEOLOGY, GEOPHYSICS AND PETROLEUM ENGINEERING – GEOLOGY)

Within the website application, under the section "Object of the Application", the area "Origin of invitation" shall be completed as follows: "Geophysical, Geotechnical and Geohazard Monitoring Surveys".

Subject to the submission and compliance of all the above documentation, companies interested in this EOI may receive from Vendor & Compliance unit of EEA the Qualification Package. EEA will evaluate the above requested documentation and, if satisfied, as a result of its careful evaluation, will include the applicant in its Vendor List for consideration in future tender processes regarding the subject activities.

Only qualified companies or consortia or JV that have proven capability and recent experience of supplying the above required services will be considered for potential tenders for the scope of service described above.

The purpose of the information and documents request is to start a "qualification assessment" and to give an opportunity to the selected companies to provide details of their legal structure, management, experience, resources and overall capability to perform the service.

EEA will evaluate that each of the final selected companies have the resources, management and all the capability to act as a single legal entity (company) in order to achieve the required targets of quality, Health Safety and Environment (HSE), standards and programme.

All responses are to be supported by such narrative, organisation charts, resource charts and other information which the company considers necessary to substantiate the individual responses and provide EEA with the required confidence in the company's capabilities and experiences.

This enquiry shall not be considered an invitation to bid and therefore it does not represent or constitute any promise, obligation or commitment of any kind on the part of EEA, to enter into any agreement or arrangement with you or with any company participating in this pre-enquiry.

Consequently all data and information provided by you shall not be construed as a commitment on the part of EEA to enter into any agreement or arrangement with you, nor shall they entitle your company to claim any indemnity from EEA.

All data and information provided pursuant to this enquiry will be treated as strictly confidential and will not be disclosed or communicated to non-authorized persons or companies except EEA.

The deadline for receipt of EOI by the email address indicated above is set at **30 September 2016**.

Any cost incurred by interested companies in preparing the Expression of Interest shall be fully born by companies who shall have no recourse to EEA in this respect.

Cineastas angariam fundos para longa-metragem

A Mahla Filmes, produtora moçambicana criada pelos cineastas Mickey Fonseca e Pipas Forjaz, acaba de lançar uma campanha de *crowdfunding* com o objectivo de angariar os fundos necessários para produção da sua provocativa primeira longa-metragem, intitulada *Resgate*. Durante cerca de 30 dias o público terá a possibilidade de contribuir financeiramente para tornar o filme independente numa realidade, através de uma página na internet criada para o efeito, de depósito ou transferência bancária, ou ainda usando os serviços mKesh e M-Pesa.

Fonseca e Forjaz são co-produtores de *Resgate*. Fonseca é também o guionista e o realizador do filme, e Forjaz o director de fotografia e



Os cineastas esperam angariar 150 mil dólares para a produção e pós-produção do filme.

editor. Ao todo, esperam angariar 150 mil dólares para a produção e pós-produção.

O filme conta a história de Bruno, um ex-presidiário em busca de redenção que subitamente se vê mergulhado numa rede de rap-

tos violentos. O filme passa-se em Maputo, mas a história é universal. O *trailer* produzido especialmente para partilhar a visão de Fonseca e Forjaz para o filme e a capacidade de produção da Mahla Filmes durante a campanha já está disponível

nos vários canais desta na internet. Ao longo dos últimos quatro anos, desde que surgiu a ideia para fazer *Resgate*, a Mahla Filmes tem produzido spots televisivos, vídeos institucionais e de música com o objectivo de poupar o montante necessário para o filme. Em paralelo, investiu em equipamento (desde equipamento de câmara e luz a *tracking vehicles*) para reduzir os custos de produção de *Resgate* e outros filmes que se seguirão. Contudo, ainda não é suficiente para produzir a longa-metragem de acordo com a sua visão e com a qualidade que esperam atingir.

Para Fonseca e Forjaz, a principal motivação para tentar a abordagem de *crowdfunding* consiste em pretenderem produzir o filme de forma independente, tentando encontrar alternativas criativas para os

clássicos fundos internacionais que, frequentemente, ditam aspectos como o tipo de estória que é contada, os géneros que são financiados, a contratação de fornecedores de serviços nos países de origem dos fundos, entre outros que, no entender dos dois cineastas, acabam por influenciar o cinema que é feito em Moçambique e outros países africanos.

De acordo com o registo da base de dados cinematográficos IMDb, nos últimos 14 anos pouco mais de 30 filmes (ficção) foram feitos por moçambicanos.

Caso a campanha seja bem sucedida, Fonseca e Forjaz esperam que esta contribua para abrir novos caminhos para os cineastas moçambicanos e africanos. Esperam, através da sua experiência, inspirar jovens cineastas a não desistirem do sonho de fazerem filmes. *A.S*

Partiu o músico João Domingos

Morreu na sexta-feira, 9 de Setembro corrente, aos 83 anos de idade, o conceituado músico moçambicano João Domingos.

Fontes próximas da sua família dizem que João Domingos esteve, nas últimas semanas, hospitalizado em Londres após sofrer um acidente cardiovascular. “Meu pai andava já há um tempo doente. Iniciou por ter um problema de cartilagem que, segundo ele, foi consequência do uso da sua guitarra eléctrica”, conta seu filho Jorge Domingos. Cantor e guitarrista, nascido em Inharrime, na província de Inhambane, a 13 de Maio de 1933, João Domingos iniciou a carreira como percussionista, na sua terra natal. “João Domingos foi um dos precursores da Marrabenta na Mafalala. É uma das referências da música moçambicana. Entretanto, por ser um músico humilde nunca falava sobre o assunto. Sempre dizia que deixava o assunto para a história”, afirma Jorge Domingos.

No dia 1 de Janeiro de 1956, em Lourenço Marques, actual



João Domingos é uma figura incontornável da música moçambicana

Maputo, criou o trio Hoola Hop, que viria a tornar-se no legendário Conjunto João Domingos, no qual pontificaram Gonzana e Young Issufo. “Quem não conhece o músico João Domingos? Por isso no livro lançado recentemente sobre o bairro da Mafalala foi incluída esta figura incontornável da música moçambicana”, afirma Ivan laranjeira, da organização cultural da Mafalala denominada INVERCA.

Nessa época, o seu grupo, a par de Djambu e Harmonia, foi responsável pela popularização da Marrabenta, a expressão musical mais internacionalizada de Moçambique. “Muitos músicos apareceram a dizer que são Reis da Marrabenta. Para os

mais sabidos um dos Reis da Marrabenta é o João Domingos”, frisa o saxofonista Zé Maria.

Entre outras, o Conjunto João Domingos tornou populares as canções “ma wacu”, ou “mwana”. “As músicas do conjunto João Domingos são uma referência da música moçambicana. Até hoje vários músicos interpretam as músicas deste conjunto. Isso demonstra a grandeza do músico que nos deixou recentemente. Partiu o grande artista, mas deixou as suas músicas que continuaram a ser interpretadas por várias gerações de músicos deste país”, enaltece o músico Chico António. Foi futebolista do São José, Munhuanense Azar, 1º de Maio e Atlético.

Dedicou-se ao basquetebol, pesca e pintura. “Aqui no Clube Munhuanense Azar recordamos o João Domingos como um desportista. Muitos conheceram-no como músico. Entre nós que fomos colegas dele no desporto fica a imagem de um homem atleta. Um grande atleta. Acredito que brevemente este clube vai fazer uma homenagem para este grande homem que foi o João Domingos”, finaliza Issufo Daúde, antigo colega de João Domingos nas lides futebolísticas. *A.S*

Oscilações no Camões

Inaugurou no dia 15 de Setembro, no Camões – Centro Cultural Português, em Maputo, a exposição *Oscilações*, com apresentação de mais de trinta projectos do arquitecto português Eduardo Souto de Moura.

Com curadoria do arquitecto Jorge Figueira, esta exposição marca o encontro entre um território e uma cidade que tem uma importância quase mítica para a arquitectura portuguesa e um dos arquitectos mais revelantes da arquitectura contemporânea que é Eduardo Souto de Moura. O curador, crítico e arquitecto Jorge Figueira considera ser um privilégio apresentar Eduardo Souto de Moura a Moçambique, no Camões – Centro Cultural Português, e de com ele terem a oportunidade de tomar contacto com a realidade de Maputo e de aprenderem com as transformações e desafios que estão a ocorrer. Será um momento único para os moçambicanos tomarem contacto com a obra e personalidade do arquitecto premiado com o Pritzker, o mais importante prémio de arquitectura e, simultaneamente, uma ocasião para se estreitarem laços com a comunidade de arquitectos, estudiosos, estudantes e in-

teressados em temas da cultura em geral.

A exposição *Oscilações* apresenta de forma retrospectiva uma leitura não canónica da obra de Eduardo Souto de Moura mediante um conjunto de projectos e obras agrupadas em sete temas: Casas, Torres, Infra-estruturas, Concursos, Instalações, Espaços Culturais e Reabilitações. Segundo o curador da exposição, “os projectos expostos em *Oscilações* permitem perceber a heterogeneidade programática e de escalas da obra de Souto de Moura, mas também a diversidade de abordagens que foi desenvolvendo ao longo de décadas de trabalho, numa leitura sintética e panorâmica. A diferente proposta gráfica de cada painel visa acentuar essas qualidades e celebrá-las”. Poderá ser vista nesta exposição a maquete do Estádio de Braga, maior obra do arquitecto, bem como mais de trinta projectos, entre eles por exemplo, duas casas em Ponte de Lima. O arquitecto Eduardo Souto de Moura e o Arquitecto e curador Jorge Figueira estiveram presentes na inauguração da exposição e participaram numa conversa que se realizará no Centro Cultural Português em Maputo, nesta sexta-feira, dia 16 de Setembro, às 11:00h. *A.S*

Banda Nondje volta aos palcos

Na noite de sexta-feira, 16 de Setembro, o quinteto Nondje volta aos palcos no Mbuva, contando com as prestações do habitual elenco, nomeadamente Jorge César (percussão e voz), Jorge “Jojó” Moisés (teclado), Carlos Gove (viola baixo), António “Dodó” Milice (guitarra) e Stélio Zoe (bateria). “As

noites de Afro Jazz no Mbuva estão de volta, reeditando momentos que foram um sucesso a atender pelo número de espectadores que em tempos se fizeram presente a esta casa de pastos para se deliciar com a boa música moçambicana e não só. Com efeito, o próximo concerto que esta casa irá acolher será marcado pela presença da

banda afro jazz Nondje – exímia na interpretação deste ritmo musical e com créditos firmados ao nível nacional e internacional. Na verdade esta banda estará de regresso aos palcos, após alguns anos de ausência”, explica Carlos Gove, líder da banda.

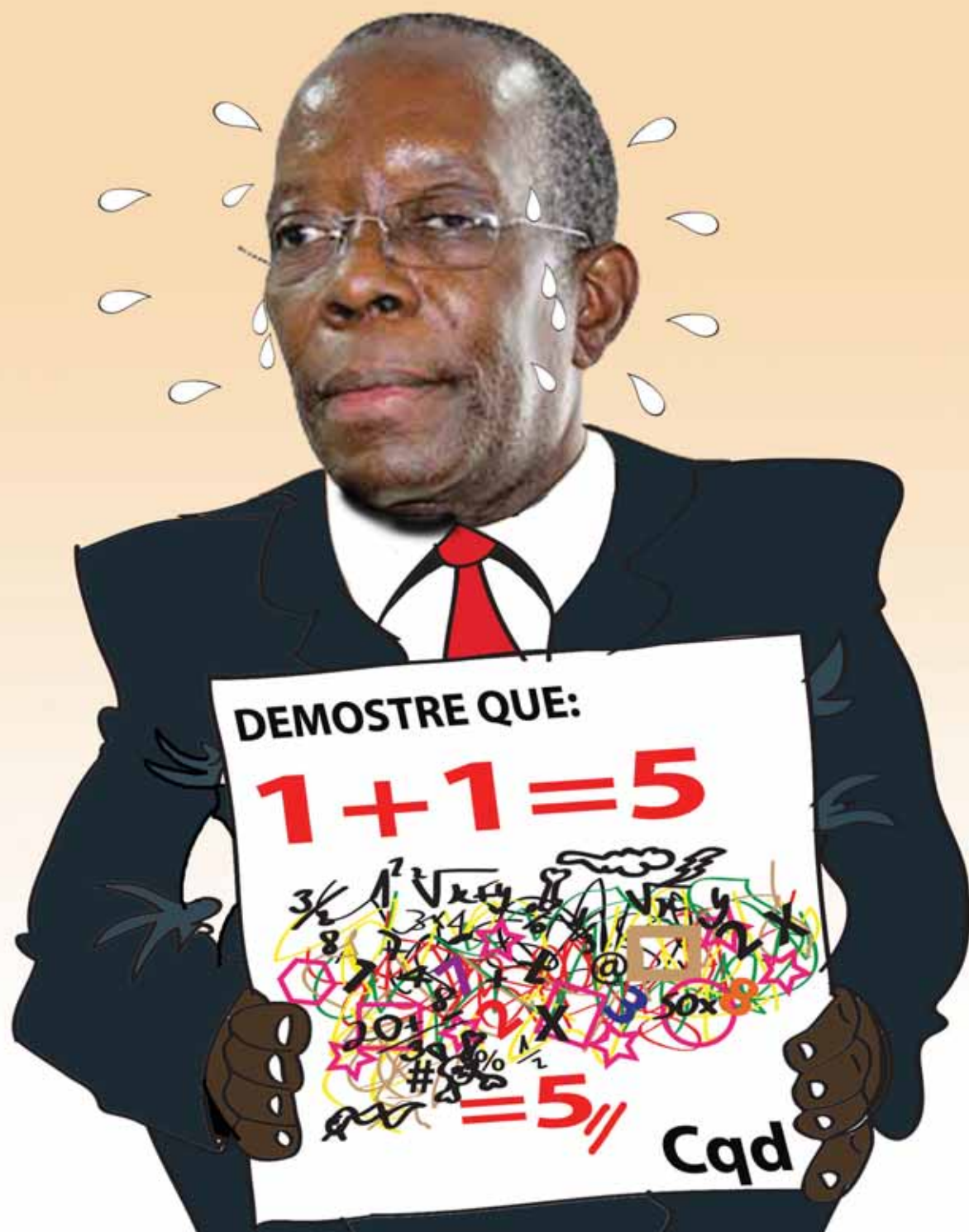
A banda Afro Jazz promete uma noite inolvidável e cujo cardápio

musical será composto por temas por ela compostos e não só. “Estamos ansiosos por voltar aos palcos e estamos a preparar um repertório vasto que inclui os temas que vão fazer parte do nosso primeiro álbum que vai ser lançado em breve”, disse Carlos Gove.

Esta será também uma ocasião para os habituais frequentadores

do Mbuva reverem uma banda das mais aclamadas das sessões de Afro Jazz que popularizaram a casa nas tardes de domingo, para além de ser um regresso à casa de dois exímios músicos nomeadamente Jorge “Jojó” Moisés e António “Dodó” Milice oriundos do bairro do Aeroporto, onde terá lugar o concerto. *A.S*

MATEMÁTICAS DA CRISE



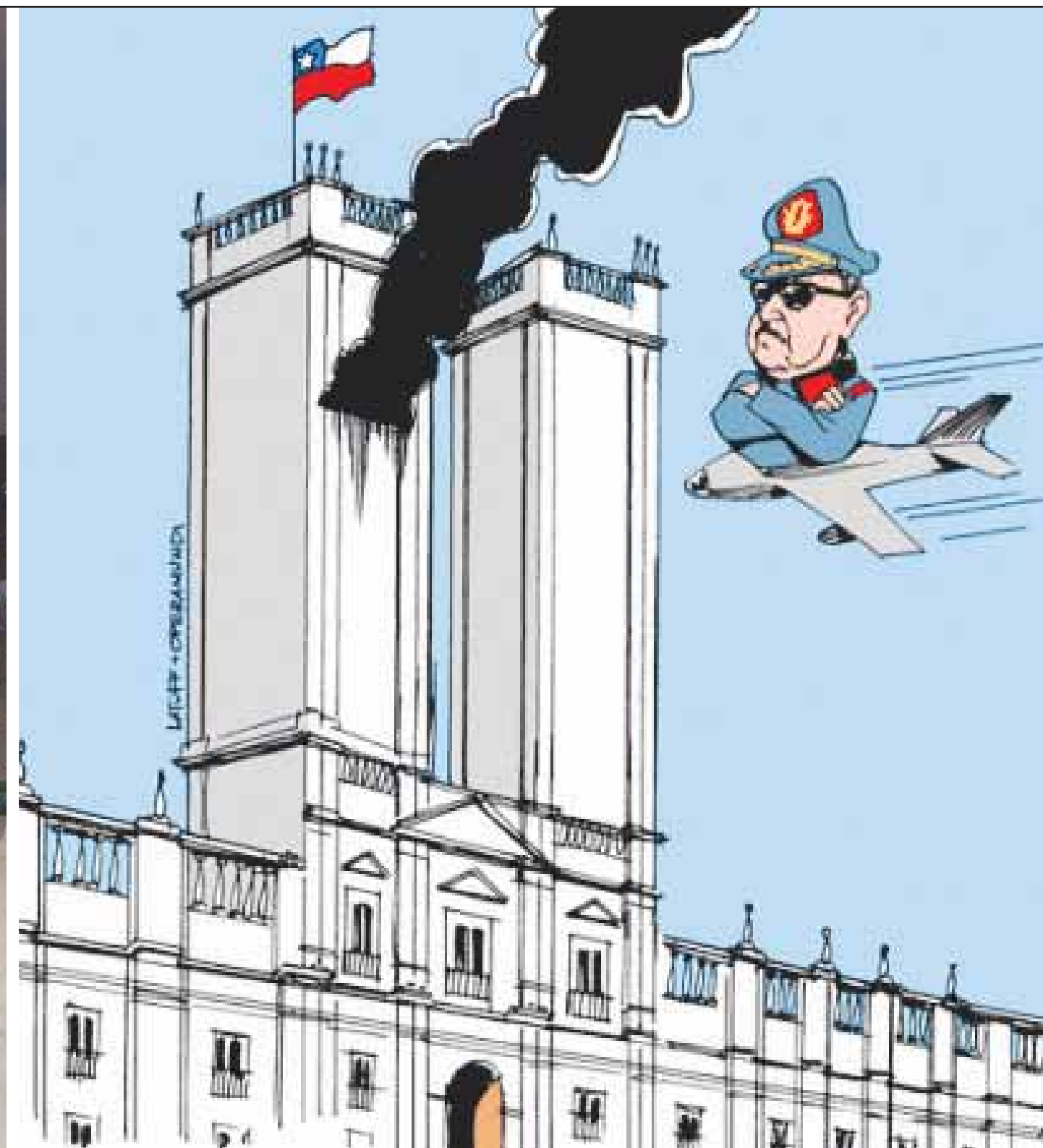
SACANA

SUPLEMENTO HUMORÍSTICO DO SAVANA Nº 1184 • 16 DE SETEMBRO DE 2016

A propósito do roubo dos equipamentos das Maurícias.....



A FIFA propõe que nos próximos jogos no Estádio do Zimpeto, a vigilância no banco da equipa adversária seja mais apertada.



11 de Setembro houve vários. Dramáticos que nos lembremos, foram dois. O assalto a Allende foi o primeiro.

Chile, 11 de Setembro de 1973.



NO INFORMAL

Abdul Sulemane (Texto)

Ilec Vilanculo (Fotos)

Só podem aproveitar

As pessoas quando se encontram em qualquer evento devem aproveitar a oportunidade para falar de algo que sempre quiseram falar.

Outros, como se tivessem falado tudo, ficam apenas a olhar o que acontece ao seu redor. Esperamos que não seja o caso do Presidente da Liga Moçambicana de Futebol, Ananias Coane, e a vice-Presidente da Federação Moçambicana de Futebol, Marta Mapilele, que ficam apenas a observar.

Agora outros aproveitam para debruçar-se sobre algum assunto. O desporto nacional tem muitos aspectos que podem ser comentados. Parece que nesta segunda imagem o ex-Director Nacional do Desporto e Fundo de Promoção Desportiva, Inácio Bernardo, indica com o dedo alguns pontos que o Presidente da Federação Moçambicana de Patinagem, Nicolau Manjate, tem de ter em conta na sua presidência vitalícia.

Como disse uma vez num dos textos do informal, o ex-atleta e seleccionador nacional, Augusto Matine, é um homem sem papas na língua. Aquilo que o inquieta, ele tira para fora. Recordo de uma vez quando ele era seleccionador Nacional em que disse que era inconcebível que um atleta contraísse malária. Que os jogadores tinham vergonha de comer amendoim torado que as senhoras vendem. A dieta dos atletas nacionais não era compatível. Não comem alimentos nutritivos. E isso de alguma forma influencia no seu desempenho. Não é por acaso que o actual seleccionador nacional, Abel Xavier, escuta atentamente o que ouve. É mesmo para dizer que tem muita coisa a aprender com quem conhece melhor as peripécias do futebol moçambicano.

Às vezes as actividades que exercemos actualmente fazem com que não nos encontremos frequentemente. Tornam os nossos caminhos diferentes. Mas quando nos encontramos parece que o tempo voltou para trás. Recordamos de vários momentos que partilhamos em tempos passados como se fosse hoje. Esse comentário deve-se aos sorrisos trocados entre o ex-Estadista moçambicano, Joaquim Chissano, e o primeiro Ministro da Saúde da República Popular de Moçambique, Helder Martins. Acreditamos que nesta conversa recordam algo engraçado que partilharam em tempos passados.

Há quem não gosta de perder oportunidade quando se encontra com uma pessoa que tanto admira. Ou que conhece o seu desempenho, papel na sociedade. Não é por acaso que o antigo Embaixador de Portugal em Moçambique, José Augusto Duarte, aproveitou a ocasião para colher algumas palavras no seu livro a Biatriz Kiener, viúva do decano do fotojornalismo moçambicano, Ricardo Rangel. Ela também desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento da arte fotográfica do país. Tive privilégio de conviver com ela quando tirei o curso de fotografia no Centro de Formação Fotográfica, situado na avenida Josina Machel, mesmo por detrás do Quartel General e do muro da Escola Secundária Francisco Manyanga. O que me marcou bastante na senhora Biatriz Kiener é a sua humildade. Acredito que o antigo Embaixador do Portugal em Moçambique usufruiu dessa humildade de que me refiro. Sem sombra de dúvidas trata-se de uma grande Mulher. É mesmo para dizer que sempre é agradável encontrar pessoas com elevada humildade.





IMAGEM DA SEMANA Naíta Ussene



Diálogo político continua encalhado

Por Américo Pacule

As delegações do governo e da Renamo continuam encalhadas na mesa negocial, mesmo depois de uma interrupção de 18 dias, dados pela equipa de mediação para concertarem os respectivos posicionamentos. Esta semana, as partes reataram o processo negocial, tendo realizado dois encontros nos quais mantiveram os anteriores pontos de vista quanto à necessidade de se decretar trégua. O governo insiste no cessar-fogo sem recuo de posições, enquanto a sua contraparte solicita a retirada das 23 posições de efectivos militar nas proximidades da serra da Gorongosa, onde está o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

Por seu turno, e para decepção dos mediadores, a delegação governamental indicou que não tinha qualquer documento preparado sobre o pacote legislativo acordado no ponto um, referente à descentralização e à

nomeação de governadores pela Renamo.

Como alternativa, a delegação governamental indicou que pretende discutir as propostas preparadas pela Renamo durante o interregno da mediação. Fontes na mesa das negociações sugerem que a delegação governamental está extremamente fragilizada pela resistência que os sectores mais conservadores na Frelimo têm oposto a qualquer entendimento com a Renamo. Perante um impasse no ponto dois, os mediadores tentaram que se passasse para o ponto três relativo à integração das forças da Renamo no aparato de Defesa e Segurança governamental. Segundo apurou o SAVANA, num primeiro momento, o chefe da delegação governamental pareceu aceitar a proposta, mas, momentos depois, por pressão dos outros elementos da delegação, acabou por considerar o propósito não aceitável. A Renamo não se opunha à proposta. Quinta-feira, a subcomissão de

descentralização trabalhou sobre as propostas preparadas pela Renamo, mas há a sensação de que mesmo que se atinjam consensos na comissão, ao contrário do que aconteceu em 2014, a bancada da Frelimo no parlamento poderá bloquear as propostas saídas da comissão mista. Enquanto os mediadores tentam persuadir a Renamo da importância de se avistarem pessoalmente com o presidente Afonso Dhlakama, acredita-se também que a visita do presidente Filipe Nyusi a Washington possa ajudar o processo de paz, sobretudo no isolamento dos sectores conservadores do seu partido que não aceitam concessões em relação à Renamo, nem uma investigação independente às dívidas escondidas.

Os mediadores e as partes voltam às sessões plenárias na próxima segunda-feira.

À HORA DO FECHO

Diz-se... Diz-se



- FJN joga esta semana uma importante cartada política nos EUA. Na frente do petróleo em Houston, nos encontros com as instituições de Bretton Woods, nos portões semi-abertos pela administração Obama e nas Nações Unidas, onde a comissão dos Direitos Humanos parece estar muito atenta aos abusos cometidos em Moçambique. Pode vir promessa de mola e novos contratos, mas também uma mensagem muito clara para os falcões que ficaram em Maputo a cantarem "daqui não saio, daqui ninguém me tira".
- Os tais, logo que o chefe se mostrou aberto a uma auditoria internacional, puseram em acção todo o arsenal de ataque e agressão via redes sociais, não se coibindo de atacar o próprio, apesar de tentarem disfarçar como conselhos amigos. Com amigos assim, que é que precisa mesmo de inimigos...
- Sobre Houston, há uma teoria pessimista rodeando o putativo acordo entre a Exxon Mobil e a Eni, e mesmo a Anadarko, tendo na sombra a Qatar Petroleum, um dos maiores produtores de gás da actualidade. Apesar das mais-valias a obter da Exxon sejam verdadeiramente pão para a boca, até para acenar à sra. Lagarde, há quem sombriamente pense que a Exxon associada à Qatar pode ter um efeito sombrio sobre o desenvolvimento dos trens de LNG na península de Afungi. Vamos estar atentos...
- De Washinton vêm pelo menos boas notícias na frente da conservação. A fundação Carr conseguiu renovar o contrato de gestão do parque da Gorongosa por mais 25 anos. O que deve irritar paka a administradora de Mwanza que gostaria de instalar verdejantes machambas para os seus súbditos na savana da fauna bravia. Ou aquela mulher de governador que comandava pessoalmente o abate de árvores no parque. Please, ò tempo volta pra trás...
- Se as notícias do gás não são particularmente entusiasmantes, na frente do carvão, há sinais positivos com a subida dos preços para o coque, o tal que move as aciarias. A Vale, depois dos investimentos em Nacala e na pressão que pôs no corte de custos poderá estar de novo próximo do "break even". O que é bom para todos...
- O que também é decepcionante é o novo valor para a inflação acumulada revelado esta semana. A brincar estamos nos 22%, o que bem pode consumir um cenário na casa dos 18% em Dezembro. O ministro lança perfume devia mesmo estar preocupado, ele que com o jovem do ministério import-export acha que é tudo uma questão de especulação sobre o binómio dólar/metical. Se assim fosse, poderiam colocar taxas de câmbio bem mais simpáticas no boletim que diariamente é emanado do Banco Central.
- Por cá, nas actuais negociações de paz, continua o braço-de-ferro entre o governo e a Renamo sobre a criação do tal corredor que permita aos mediadores chegarem à Gorongosa para um frente-a-frente com o progenitor da democracia. É a tal teoria de manter vantagens e não permitir que o espaço vazio fique a ser ocupado pelo adversário. E neste colete de forças, quem sofre é o povo.
- Ao tentar resolver um problema, o sitiado presidente sul-africano criou outro. Ao anunciar, no início da semana, que pagou a dívida de 7,8 milhões de randes sobre os melhoramentos da sua residência privada em Nkandla, através de um empréstimo bancário, a questão agora é se aos 74 anos de idade, ele conseguirá pagar o valor em causa no prazo realístico de 20 anos.
- A outra questão que se levanta é que a amortização do empréstimo irá custar 78 mil randes por mês. Com um salário mensal líquido de 140 mil randes e uma numerosa família por cuidar, e ainda tendo em conta que o seu mandato termina em 2019, quem é que irá na verdade pagar o empréstimo?
- Na terra dos "kambas" há quem tenha ideias diversas da companhia de bandeira da pátria amada. Vai daí, está para arrebentar em Novembro o retomar dos voos entre Maputo e Luanda. O que são boas notícias para as meninas do círculo de amigas do famoso Bento Kangaamba ...
- Era uma vez uma instituição que tenta levar a sério investigações de utilidade pública. Aconteceu no seu último trabalho, a instituição visada por corrupção aguda colocou os investigadores na mira da polícia judiciária. Não olhes a mensagem, dispara sobre o mensageiro ...

Em voz baixa

- Afinal, como se suspeitava, o SG da brigada do reumático, o tal que quer armas para combater a Renamo, não está só. O G40 que recebeu como recompensa por serviços prestados uma vice pasta no ministério das armas, acha a proposta legítima, mesmo que tenha que passar por cima dos propósitos conciliatórios do seu chefe. Hierarquia por onde andas ...

VCL

TRAILER

Rua dos Irmãos Roby, 32 - Maputo
Cel: +258 82 8119940
Cel: +258 84 8119940
E-mail: veltrailer@gmail.com

Fabricante de trailers. Venda de bombas Diesel.

Venda de acessórios de trailers. Aluguer de trailers








Desenvolvimento da Primeira Infância

Graça Machel apela à maior consciencialização sobre o investimento na criança



A activista social e fundadora da ZIZILE, Graça Machel, defende a necessidade de se investir mais cedo na criança por forma a garantir o seu futuro.

Falando, nesta quarta-feira, na conferência sobre Desenvolvimento da Primeira Infância, que teve lugar na cidade de Maputo, a activista social apelou para maior consciencialização da sociedade sobre a importância e os cuidados a ter na pré-infância.

“A primeira infância começa ao zero ano, a criança na barriga da mãe, e não aos dois ou três anos. Portanto, mesmo havendo intenção de promover o desenvolvimento da primeira infância de uma maneira estruturada, a nossa sociedade começa tarde, o que quer dizer que não existe uma consciência clara e profunda da importância de promover o desenvolvimento da primeira infância a partir de zero ano, disse”.

Para Graça Machel, “há necessidade de nós transformarmos o nosso entendimento sobre as nossas obrigações como sociedade e reajustá-lo de maneira a percebermos que a infância não começa a existir a

partir dos dois anos, mas sim, de zero”.

De acordo com os dados da Unicef 2016, em Moçambique, uma em cada cinco de um total de 4,5 milhões de crianças tem menos de cinco anos de idade e esse número está a crescer. A fonte revelou ainda que a desnutrição crónica em Moçambique ainda afecta 43% das crianças menores de cinco anos e esta é uma das mais altas taxas do mundo.

Para o representante da UNICEF em Moçambique, Marcoluigi Corsi, estas crianças estão em risco de atraso no desenvolvimento, um processo difícil de reverter. A aprendizagem na escola e a produtividade mais tarde podem estar comprometidas como resultado desta situação.

“O governo e os parceiros devem unir esforços de criar um espaço fiscal para a expansão de serviços, incluindo a saúde, a nutrição e a protecção de crianças e suas mães, incluindo pré-escolas e a educação dos pais, porque investir na primeira infância vai aumentar a eficácia dos sistemas de educação e saúde e promover o desenvolvimento social e humano do país e a produtividade da força de trabalho de que

o país tanto necessita”, justificou Corsi.

Por seu turno, o ministro da Educação e Desenvolvimento Humano, Jorge Ferrão, afirmou que uma das prioridades do sector é a educação na primeira infância.

Ferrão explicou que, desde o ano

passado, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano tem estado a desenvolver o Programa DICIPE (Desenvolvimento Integrado da Criança em Idade Pré-escolar), uma iniciativa que já abrangeu cinco províncias no país e dez distritos, tendo estabelecido

pelo menos 139 escolinhas com mais de 10000 crianças que frequentam aulas não convencionais. O DICIPE surgiu com o objectivo de socializar e estimular a educação pré-escolar com vista à retenção da criança na escola e melhoria da qualidade do ensino no país.

Moçambique e Timor-Leste estreitam laços de cooperação

O Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional (MC-TESTP) e o Ministério de Educação da Democrática de Timor-Leste assinaram, nesta segunda-feira, na cidade de Maputo, um memorando de entendimento de cooperação académica entre ambas instituições. Este memorando, que tem como objectivo estabelecer os mecanismos formais de cooperação e definir as diversas modalidades de cooperação

a desenvolver através dos órgãos competentes que integram os dois ministérios, estabelece como áreas prioritárias a Formação de Estudantes, Troca de especialistas na área de gestão do Ensino Superior, Tecnologias de Informação e Comunicação, e Investigação Científica e Inovação.

Falando na ocasião, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional, Jorge Nhambiu, referiu que o memorando, com validade de cinco anos, constitui uma plataforma de con-

solidação da cooperação bilateral e intra-comunitária, com vista a busca de estratégias e soluções para o bem-estar social das populações.

“O memorando cria também janelas de oportunidade para colaboração nesta área – Formação de Recursos Humanos, sem os quais as políticas e planos não teriam objecto e nem razão de existirem,” disse Nhambiu.

BIM distinguido pela VISA Internacional

O Millennium bim foi, uma vez mais, distinguido pela sua performance no sector bancário, tendo sido galardoado na categoria "Efficiency", no âmbito dos VISA Global Service Quality Awards 2016.

Estes prémios são atribuídos pela rede VISA Internacional e representam um reconhecimento pelo desempenho do Banco em áreas estratégicas de actividade e na implementação e gestão dos cartões de débito e crédito.

O galardão foi atribuído com base numa análise muito criteriosa, que tem em conta indicadores de performance e gestão como a eficiência, crescimento e níveis de satisfa-

ção dos Clientes titulares de cartões Visa. Recorde-se que o Millennium bim foi a primeira e é a única instituição financeira em Moçambique a ser certificada pelo PCI-SSC (Payment Card Industry – Security Standards Council) pelos seus sistemas de segurança no que respeita à utilização dos cartões de crédito por parte dos seus Clientes.

Este prémio internacional representa para o Millennium bim o reconhecimento do seu trabalho, através dos bons resultados atingidos, bem como pela implementação das melhores práticas do sector, o que reflecte o compromisso do Banco de desempenhar um papel activo na promoção do crescimento económico e desenvolvimento social de Moçambique.

Biscate liga trabalhadores do sector informal a clientes

A aplicação Biscate, criada pela Startup moçambicana UX, vai ligar trabalhadores do sector informal a clientes através de tecnologias SMS, USSD e Web. Profissionais como canalizadores, electricistas e carpinteiros terão a possibilidade de se registar numa plataforma online usando um telemóvel básico, à qual os clientes recorrerão para solicitar os seus serviços.

Na fase de teste, agora em curso, foram registados mais de 3000 trabalhadores e recebidas solicitações de contactos por clientes em todo o território nacional. O seu lançamento oficial terá lugar nos próximos meses, numa parceria com a operadora de telefonia Vodacom. De acordo com Frederico Silva, co-fundador da UX, a aplicação terá um papel transformador em Moçambique, a julgar pelo número de profissionais a actuar no sector informal e as dificuldades para encontrar oportunidades.

"É um método que, por um lado, tem a preocupação de criar oportunidades para sectores na informalidade, mas que também não descarta da meritocracia, já que os profissionais com as melhores avaliações terão mais probabilidade de encontrar trabalho", afirmou Frederico Silva.

O Biscate foi vencedor em várias competições, sendo a primeira organizada pelo Ministério das Ciências e Tecnologia moçambicano, em 2014, e duas nos Estados Unidos, em competições para startups. Actualmente o Biscate é recipiente de um fundo da Fundação Americana para o Desenvolvimento em África, para a implementação na fase experimental.

Cerca de 60% da população moçambicana tem acesso a telemóveis e os níveis de penetração de internet fixam-se em 10%, dados que observadores consideram reveladores das potencialidades para a expansão de serviços tecnológicos.

MJD lança Programa de Educação Financeira em Chimoio

O Ministério da Juventude e Desportos, através do Instituto da Juventude, lançou sexta-feira passada, na Cidade de Chimoio, o Programa de Educação Financeira, apresentado pelo antigo Ministro das Finanças e ex-Secretário Executivo da SADC, Tomaz Salomão.

O evento que reuniu estudantes e professores das instituições de ensino superior desta parcela do país foi marcado pela palestra ministrada por aquele dirigente e professor universitário na África do Sul, tendo a mesma sido dominada por temas relacionados com a tensão político-militar, dívida pública, a corrupção e a cooperação entre a China e Moçambique. Juntando-se às vozes da Sociedade Civil, Tomaz Salomão teceu críticas ao actual executivo pelo facto de ter escondido a dívida astronómica, contraída

pelo Estado nos mercados internacionais, tendo defendido que o parlamento devia ter sido informado. Como consequência desse comportamento, o professor alerta para perda da credibilidade do país, junto dos doadores internacionais e crise orçamental.

Respondendo às inquietações e preocupações dos estudantes sobre as relações entre a China e Moçambique, Tomaz Salomão mostrou-se preocupado com o rumo da cooperação entre aquele país asiático e o nosso. O antigo Secretário Executivo da SADC critica a excessiva contratação da mão-de-obra e importação de produtos e materiais chineses, principalmente para o sector da construção civil, em detrimento dos nacionais. A exploração desenfreada da madeira nacional preocupa também Tomaz Salomão, tendo contado aos presentes alguns episódios tristes de abate indiscriminado de árvores por ele presenciado, nesta parcela do país. O antigo ministro aponta a fragilidade das instituições pú-

blicas, como uma das principais causas para esta situação.

Contudo, o professor aponta aspectos positivos desta cooperação, como a construção de infra-estruturas importantes para o desenvolvimento do país, mas apela para o esclarecimento aos chineses o que o país pretende com esta cooperação. "Eu não estou contra o investimento chinês, pelo contrário tem aspectos positivos, mas acho que devíamos dizer e esclarecer bem aos chineses o que nós queremos com essa cooperação", disse Salomão.

Numa espécie de aula, que durou pouco ou mais de duas horas, o professor apontou a investigação científica e a promoção de debates nas instituições de ensino superior, como principais instrumentos para o aumento da produtividade.

De referir que o Programa de Educação Financeira pretende atingir cerca de 5000 jovens na província de Manica.

(Jeque de Sousa)

Xai-Xai acolhe exposição sobre a biodiversidade

A capital de Gaza acolhe, entre os dias 15 a 30 de Setembro, uma exposição multimédia sobre biodiversidade em Moçambique. Trata-se de uma iniciativa conjunta da Fundação para a Conservação da Biodiversidade, BIOFUND, em parceria com o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), do Fundo Universitário da Educação (FUNDE) e da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC).

O evento, destinado a alunos e professores, tem como objectivo despertar a consciência sobre a necessidade de preservação dos ecossistemas e habitats característicos

da província.

Esta exposição é uma edição melhorada e ampliada daquela que foi levada a efeito em Maputo, em Junho do ano passado, durante o lançamento público da BIOFUND. Fazendo recurso às mais variadas tecnologias ilustram-se os diferentes ecossistemas do país, os principais habitats e a variedade de espécies de fauna e flora que esses habitats albergam. Igualmente se faz referência ao sistema de parques e reservas que o estado moçambicano mantém para protecção dessa riqueza natural. Também se informa sobre os vários projectos e iniciativas que visam a protecção da biodiversidade.

Na província de Gaza, a exposição vai ser mostrada no Instituto de Formação de Professores Eduardo Mondlane, no Xai-Xai, com abertura solene no Instituto de Formação de Professores do Chongoene. Em complemento à exposição haverá uma feira com participação de várias instituições e projectos de conservação de Gaza, um fórum para apresentação e debate de temas ligados à conservação e ainda a realização de jogos e projecção de filmes com teor educativo sobre a biodiversidade e sua importância. De referir que vários apoios foram congregados para tornar este programa possível, particularmente a nível de instituições de investigação e ensino superior.

Diabetes tipo 2 rápido cura!!
jacurama vai baixar o seu nível do açúcar no sangue, regular a produção de glicose, diminui o nível de colesterol e finalmente terá um equilíbrio normal do açúcar no sangue! para nunca mais viver à dependência dos medicamentos! funciona! por apenas 1800!!



Amor atraente crystal!!
ajuda atrair o amor e o relacionamento perfeito, reforça o amor existente e recupera o amor perdido. conquista e ganha uma relação nova com amor próprio, verdadeiro e durável !!



Macho reforço Fácil impregnar Sua esposa



Endereço: 672 avenida Maguiguana
email: doctor,mpande@gmail.com

Mpande Power herbal

Liga agora para:
.....842417091
ou 828222221

Engravidar em 95 dias!!



(Sim!) É possível você engravidar dentro de 95 dias e ter o bebê que sempre quis! -Cura; miomas, dores menstrual, endometrioses, trompas entupidas, infecções pélvicas, gravidez ectópica, abortos, quistos, ovários e mais! finalmente você vai engravidar fácil, rápido e sem stress! por apenas 1999!!

Emagrecer em 76 dias!
reduz seu peso e ganhe corpo perfeito, tenha bariga lisa, com postura atraente, corpo charmoso/a e saudável! por apenas 1500!



Traz Período de volta
Traz de volta seu ciclo menstrual! você será capaz de menstruar regularmente dentro de 45 dias!!... 1395!!
não pode usar se já atingiu a fase de menopausa.



Mistolin aposta no mercado moçambicano

A Mistolin, empresa especialista em soluções de higiene e bem-estar, está a investir no mercado moçambicano desde 2011 e vem protagonizando uma grande aposta no continente africano, com unidades industriais.

Este ano, e ao abrigo de uma estratégia de expansão, a Mistolin adquiriu, em Moçambique, as marcas de detergentes ACTY e de higiene e cuidados pessoais NATHURA. Ainda nesta visão assumiu a gestão de uma fábrica com cerca de 40 funcionários moçambicanos no Língamo (Matola). No âmbito de uma forte aposta no

mercado nacional, a Mistolin Moçambique participou activamente na FACIM 2016. Como um expositor orientado tanto para o público em geral como para organizações profissionais.

Para Paulo Mendes, Administrador da Mistolin, SA, referiu que a empresa acredita em Moçambique, veio para ficar, expandir as suas marcas e tornar-se líder de mercado no ramo da detergência.

De referir que a empresa de origem portuguesa, presente em Moçambique, Angola e Argélia, encontra-se igualmente em países da Europa, Ásia e América, totalizando sua presença em 25 países.

Nova Brigada de Bombeiros inaugurada no Porto de Maputo

A Companhia de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC) assinou, nesta terça-feira, na cidade de Maputo, um memorando de entendimento com o Serviço Nacional de Salvação Pública (SENSAP) para o funcionamento de uma nova brigada de incêndio dentro do recinto Portuário, no terminal de Cabotagem. A parceria entre a MPDC e a SENSAP visa assegurar um serviço eficiente na resposta às situações de emergência e incidentes que possam ocorrer do lado terra e do lado mar. A iniciativa é apenas uma entre

muitas outras que visam melhorar os serviços oferecidos pelo Porto de Maputo, sendo também parte do apetrechamento das instalações portuárias para corresponder aos altos padrões exigidos pelos clientes que utilizam os serviços do Porto de Maputo.

Através desta parceria, o Porto de Maputo criou condições para os serviços de bombeiros e uma equipa da Cidade de Maputo operarem nesta base, para responder a possíveis necessidades não apenas do Porto de Maputo como da baixa da cidade.



LYNDEN
Language Solutions

Better English!
Better Business!
Better Life!
CAMBRIDGE ENGLISH
Language Examinations

Quer falar Inglês?



Temos a solução para si!
Vários cursos disponíveis, compatíveis com o seu horário e orçamento.

Início dos próximos cursos gerais dia 19 de Setembro 2016. Inscrições abertas!

PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE OS CURSOS E SERVIÇOS QUE LYNDEN OFERECE, VISITE LYNDEN.CO.MZ



Visite-nos em
lynden.co.mz

t 21 360494 / 82 3072540
e info@lynden.co.mz

JAT 4 - 2º andar
Maputo - Moçambique

COWI

Fazendo o melhor por Moçambique

O programa CEP – Cidadania e Participação é um programa de responsabilização social que pretende contribuir para a melhoria dos serviços de saúde e educação nos lugares onde os mesmos são prestados, através de um maior envolvimento dos cidadãos na monitoria dos serviços e na solução dos problemas identificados. O programa assiste também os cidadãos e os provedores de serviços a levarem os assuntos que não possam ser resolvidos ao nível local para instâncias de decisão de nível superior, através de acções de advocacia. O CEP tem um foco grande em aprendizagem aos vários níveis e pelos vários participantes e partes interessadas.

A gestão do programa é feita por uma equipa baseada em Maputo e pequenas unidades de gestão baseadas nos escritórios provinciais da Save the Children nas nas províncias de Gaza, Nampula, Manica e Zambézia. O CEP pretende completar a sua equipa e procura um/a assistente de comunicação e um/a oficial de comunicação.

1 – Assistente de Monitoria e Avaliação

- **Reporte:** Reporta ao oficial sénior de monitoria e avaliação do CEP.
- **Local de trabalho:** Maputo com deslocações às províncias.

Funções gerais:

O/a assistente de monitoria e avaliação jogará um papel importante na gestão do BetterData, plataforma informática do CEP. Ele(a) irá assegurar que os dados da implementação das metodologias do CEP (exemplo, Cartão de Pontuação Comunitária) estão a ser introduzidos de forma correcta e atempadamente pelas organizações implementadoras, que a informação existente está em condições de ser utilizada pela equipa de gestão do programa e outros parceiros, e que tabelas e gráficos de dados são disponibilizados.

Principais responsabilidades e tarefas específicas:

- Assegurar que os dados de implementação do CEP estão a ser introduzidos no BetterData;
- Certificar a qualidade de dados das fichas provenientes das organizações implementadoras e manter a base de dados com informação preenchida;
- Apoiar na codificação e na correcção de problemas que podem surgir;
- Fazer formação em trabalho na sua área específica, das unidades de gestão provinciais e organizações implementadoras nos distritos;
- Prestar assistência técnica no levantamento e registo de dados das unidades de gestão provinciais e organizações implementadoras;
- Filtrar, limpar os dados e rever os relatórios computarizados do BetterData e todos os outros produtos de informação que saem do BetterData;
- Trabalhar em conjunto com o oficial sénior de monitoria e avaliação e a gestora de aprendizagem e advocacia e outro pessoal da equipa de gestão do programa, para produzir as informações necessárias para o programa.

Requisitos:

- Experiência comprovada na área de monitoria e avaliação;
- Conhecimentos técnicos de métodos quantitativos e qualitativos;
- Formação académica apropriada para a função;
- Domínio e experiência no uso de pacotes estatísticos para análise de largas bases de dados (Excel, SPSS, etc.);
- Conhecimento e experiência em pacotes de produção de relatórios automatizados (exemplos - sem se limitar a SQL, XML, Javascript, etc.);
- Ter interesse em pesquisa de dados, elaboração de relatórios e apresentação de resultados constitui uma vantagem;
- Domínio de Português e Inglês;
- Disponibilidade para viajar para as províncias se e quando necessário;
- Disponibilidade de trabalho a tempo inteiro no escritório do programa.

2 – Oficial de Comunicação

- **Reporte:** Reporta à gestora de aprendizagem e advocacia do CEP.
- **Local de trabalho:** Maputo com possíveis deslocações às províncias.

Funções gerais:

O/a oficial de comunicação do CEP será responsável por apoiar a gestão de conhecimento e informação e a área de comunicação externa do Programa.

Principais responsabilidades e tarefas específicas:

- Gerir conteúdos para as plataformas e redes sociais do projecto, desenvolvendo uma linguagem interactiva juntos aos públicos-alvo;
- Assegurar a manutenção e actualização destas plataformas e redes sociais;
- Interagir com os seus utilizadores;
- Fazer a gestão de informação (materiais audiovisuais e outros) disponível nas OSC, UGP e PMT que irão alimentar os meios de comunicação do programa;
- Documentar, em texto e imagem, os eventos e outras actividades do programa;

Requisitos:

- Formação superior em área relevante (comunicação social, jornalismo, ciências sociais);
- Experiência em comunicação para desenvolvimento;
- Experiência na utilização e gestão de media social e websites e na interacção com os públicos destas plataformas;
- Competência para a elaboração de textos/ documentos e apresentações;
- Domínio de Português e Inglês;
- Habilidades fortes para relações interpessoais e capacidade para trabalhar em equipa;
- Conhecimentos sobre tratamento de imagem/maquetização de texto, etc são uma vantagem;
- Disponibilidade de trabalho a tempo inteiro no escritório do programa.

Os(as) candidatos(as) interessados(as), poderão enviar uma carta de motivação e o currículo em Português para cep@cep.org.mz ou para o endereço físico: Av. Zedequias Manganhela nº95, 1º Andar, Maputo, com indicação obrigatória de: **Candidatura para a vaga de assistente de monitoria e avaliação e oficial de Comunicação.**

As candidaturas deverão ser enviadas até ao fim do dia 23 de Setembro de 2016.

www.cowi.co.mz

Mbate Pedro no FOLIO 2016 em Portugal

O escritor moçambicano Mbate Pedro participa na segunda edição do Festival Literário Internacional de Óbidos, FOLIO 2016, a decorrer de 22 de Setembro a 2 de Outubro, no Município de Óbidos, Portugal. A edição deste ano celebra a Utopia e tem como curador o escritor angolano José Eduardo Agualusa.

De entre várias actividades, Mbate participará numa mesa de debate com os escritores Ana Paula Tavares, Ana Luísa Amaral e Eucanaã Fer-

raz. Os autores dissertarão sobre a construção de um território comum da poesia no espaço da língua portuguesa.

O FOLIO 2016 é um encontro de escritores, académicos, bibliotecários, leitores, editores e livreiros e combina literatura, literacia, educação e outras disciplinas artísticas. No FOLIO 2015, ano em que o Município de Óbidos foi considerado pela UNESCO Cidade Literária, participaram os escritores moçambicanos Ungulani Ba Ka Khosa e Mia Couto.

Matchik Tchik vibrou ao som do Afro House

O Matchik Tchik vibrou na noite do sábado último ao ritmo de vários músicos moçambicanos e sul-africanos que deliciaram o público com diferentes géneros musicais com destaque ao Afro House no "GOtv music party"

Com músicos e DJ's como Hernani, Ziqo, Dr. Malinga, Team Sabawana, Professor, Afro Madjaha, Dj Ryan, Slim Nigga, nem a chuva pôde parar a noite dançante que se tornava quente ao sabor das já conhecidas e novas músicas.

Juntando mais de mil pessoas numa noite, um dos objectivos do "GOtv music party" é essencialmente criar um intercâmbio cultural entre os músicos nacionais e estrangeiros, partilhando experiências e conhecimento na área musical.

O festival foi oferecido pela GOtv, maior plataforma de televisão Digital Terrestre em Moçambique. No mercado há dois anos, apoia iniciativas que estimulam o desenvolvimento do país nas áreas de desporto e educação e também na cultura moçambicana.

Curso de Inglês na STa. Ana da Munhuana
Aperfeiçoamento. Os candidatos devem ter nível médio de escolaridade



Flor English Training
CURSO COMPLETO DE INGLÊS
Serviços de traduções oficiais e interpretações de línguas

Aulas com métodos modernos (sempre que necessário)
Salas em perfeitas condições
Parque de estacionamento de viaturas, amplo e com segurança
Professores com formação fora do país
Muita experiencia no ensino a funcionários, estudantes universitários, técnicos superiores
Excelente localização na cidade de Maputo

Serviços adicionais:

Traduções oficiais de Inglês/Português/ Francês e interpretações em conferências

Contacte-nos na Paróquia de Santa Ana da Munhuana

Sita na Av. Maguiguana, por de trás do Hospital Santa Filomena...em direcção à Av. de Angola

Cell: 84 47 21 963



DESPORTO PARA TODOS OS GOSTOS

DStv



financiando o desenvolvimento

Contribuindo para a Segurança Alimentar



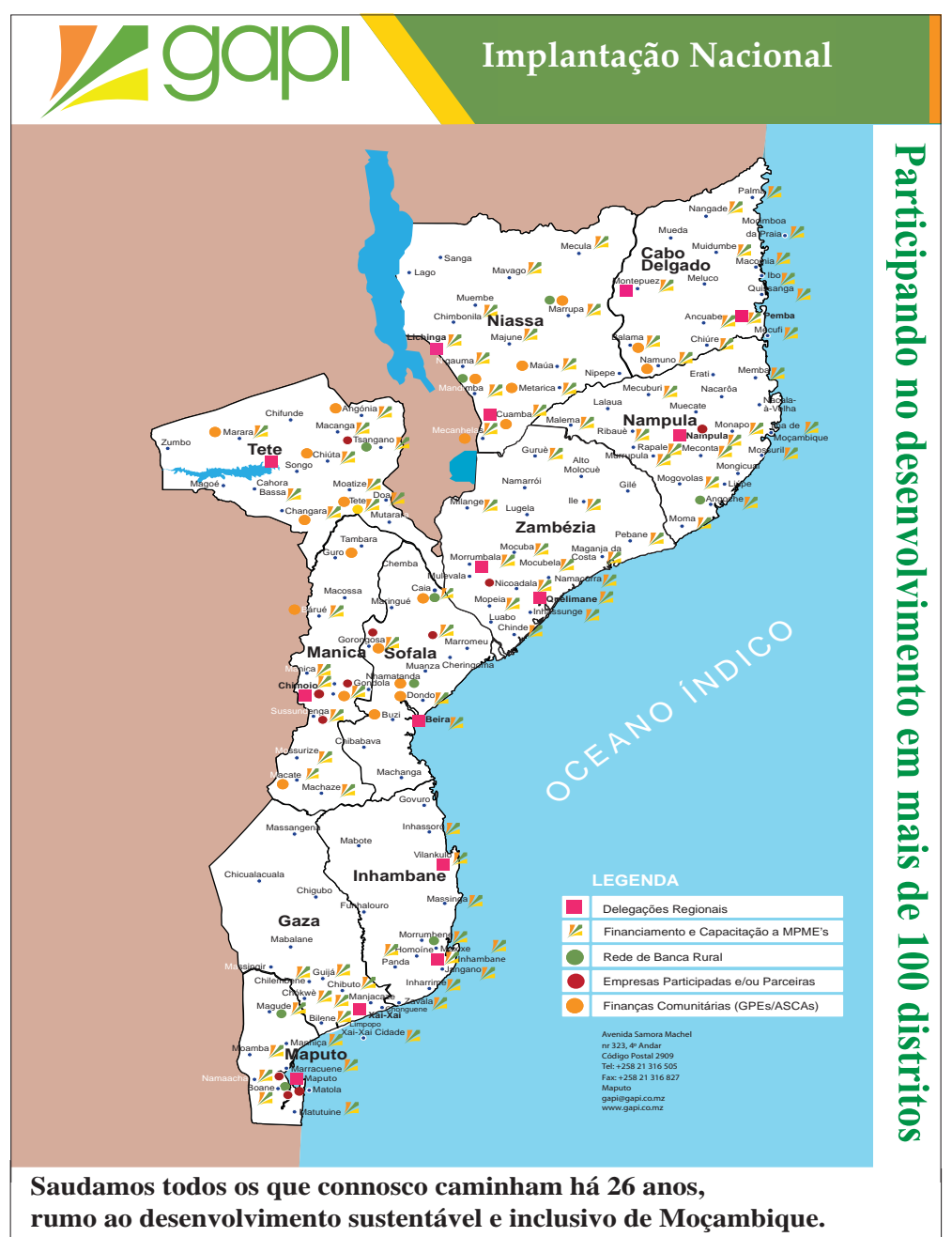
Os sectores que mais contribuem para a segurança alimentar nacional são a agricultura, agro-indústria, avicultura e pescas. A política de negócios da Gapi prioriza estes sectores, os quais, no final do 1º Semestre de 2016 representavam mais de 66% da carteira de financiamento e actividades de capacitação empresarial disponibilizados pela Gapi.



Uma Rede de Suporte à Expansão e Inclusão Financeira



Contribuir para a edificação de um sistema financeiro mais inclusivo é parte da Missão da Gapi. Nesse sentido a Gapi concebeu e implementa uma estratégia baseada no conceito de “proximidade geográfica e cultural”. A Gapi procura servir os segmentos de mais baixa renda, actuando em zonas menos urbanizadas através de uma rede de operadores diversos e especializados. Esta rede, além das 14 delegações da Gapi integra ainda parcerias com Caixas Financeiras Rurais, Organizações de Poupança e Empréstimo, Cooperativas de Crédito e outro tipo de instituições. Desde a sua sede, na Avenida Samora Machel, em Maputo, até às localidades mais remotas, abrangendo hoje 105 distritos, a Gapi consegue fazer chegar os seus serviços a micros e pequenas empresas que de outro modo, ficariam à margem do sistema financeiro nacional.



Anexo a Circular nº 3/SHC/2007
Mapa de Demonstração de Resultados 30 de Junho 2016

(Em Meticais)

	Notas	Ano Jun/16	Ano anterior Jun/15
Juros e rendimentos similares		21 443 417	18 981 977
Juros e encargos similares		12 038 576	11 687 806
Margem financeira	1	9 404 841	7 294 171
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
Rendimentos com serviços e comissões	2	691 196	1 001 836
Encargos com serviços e comissões	2	750 911	220 841
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial	3	(5 863 407)	(28 564 837)
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Prémios líquidos de resseguro		-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro		-	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		-	-
Outros resultados de exploração	4	119 528 951	103 550 821
Produto bancário		123 010 670	83 061 150
Custos com pessoal	5.1	51 283 803	39 563 714
Gastos gerais administrativos	5.2	57 619 817	38 684 311
Amortizações do exercício		5 725 066	6 927 156
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	6	2 463 810	(9 277 954)
Resultados antes de impostos		5 918 174	7 163 923
Impostos			
Correntes			
Diferidos			
Resultados após impostos		5 918 174	7 163 923
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

Anexo a Circular nº 3/SHC/2007
Balço - Contas individuais (Activo) a 30 de Junho 2016

(Em Meticais)

	Notas	Valor antes de Provisões, imparidade e amortizações	Jun/16 Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Dez/15
Activo				-	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		65 699		65 699	4 243
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	286 247 630		286 247 630	98 310 741
Activos financeiros detidos para negociação				-	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				-	
Activos financeiros disponíveis para venda				-	
Aplicações em instituições de crédito	8	272 545 120		272 545 120	455 854 441
Credito a Clientes	9	332 246 216	48 071 031	284 175 185	254 834 246
Investimentos detidos até à maturidade				-	
Derivados de cobertura				-	
Activos não correntes detidos para venda	10	14 073 972	3 000 000	11 073 972	11 073 972
Propriedades de investimento	11	296 408 417		296 408 417	296 408 418
Outros activos tangíveis	12	331 646 124	97 958 753	233 687 371	224 462 435
Activos intangíveis	13	7 154 264	4 407 906	2 746 358	2 191 867
Investimentos em filiais excluídas de consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos	14	305 669 887	214 886 099	90 783 788	90 783 788
Activos por impostos correntes		-		-	
Activos por impostos diferidos		9 377 092	-	9 377 092	9 377 092
Provisões técnicas de resseguro cedido		-		-	
Outros Activos	15	136 626 801	12 808 179	123 818 622	94 833 774
Total de activos		1 992 061 222	381 131 968	1 610 929 254	1 538 135 017

Anexo a Circular nº 3/SHC/2007
Passivo e Fundos próprios a 30 de Junho 2016

(Em Meticais)

	Notas	Ano Junho 16	Ano anterior Dezembro 15
Passivo			
Recursos de bancos centrais			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Recursos de outras instituições de crédito			
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	285 349 976	289 399 377
Responsabilidades representadas por títulos			
Derivados de cobertura			
Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas			
Provisões			
Passivos por impostos correntes		9 441 843	10 723 724
Passivos por impostos diferidos			
Instrumentos representativos de capital	17	209 120 722	209 120 722
Outros passivos subordinados			
Outros passivos	18	851 640 631	779 433 287
Total de Passivo		1 355 553 172	1 288 677 110
Capital			
Capital	19	120 000 000	120 000 000
Prémios de emissão		11 590 000	11 590 000
Outros instrumentos de capital (Acções próprias)		-	-
Reservas de reavaliação		68 724 840	68 724 840
Outras reservas e resultados transitados	20	49 143 068	27 554 380
Resultado do exercício (Dividendos antecipados)		5 918 174	21 588 687
Interesses minoritários			
Total de Capital		255 376 082	249 457 907
Total de Passivo + Capital		1 610 929 254	1 538 135 017

Demonstração das alterações no capital próprio a 30 de Julho de 2016

	Capital social	Prémio de emissão	Reserva legal	Reservas Revalorização	Reservas Livres & de Investimento	Lucros acumulados	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	120 000 000	11 590 000	20 213 888	68 724 840	5 123 369	2 217 123	227 869 220
Reforço da reserva legal			904 124			(904 124)	
Resultado líquido do exercício						21 588 687	21 588 687
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	120 000 000	11 590 000	21 118 012	68 724 840	5 123 369	22 901 686	249 457 907
Reforço da reserva legal			3 238 303			(3 238 303)	-
Reservas Livres (Reservas de Impostos)					9 377 092	(9 377 092)	-
Reservas de Investimento					3 576 120	(3 576 120)	-
Resultado líquido do exercício						2 680 728	2 680 728
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	120 000 000	11 590 000	24 356 315	68 724 840	18 076 581	9 390 899	252 138 635

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - 30 de Junho de 2016

	Notas	30/Jun	31/Dez
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado antes do imposto		5 918 174	35 131 661
Ajustamentos:			
- Depreciações		5 700 904	14 248 392
- Amortizações		24 163	161 390
- Ganho no desreconhecimento de passivos financeiros		11 342 000	(94 524 142)
- Perda por imparidade em activos financeiros		-	66 519 041
- Reavaliação de propriedade de investimento		-	(54 170 082)
		22 985 241	(32 633 741)
Alterações no capital circulante:			
- Aumento/(diminuição) dos empréstimos e contas a receber		(29 340 939)	(94 752 727)
- Aumento de investimentos		-	(47 431 141)
- Aumento de activos financeiros disponíveis para venda		-	15 760 095
- Aumento de investimentos em filiais		-	(12 596 000)
- Diminuição de Aplicações		183 309 321	0
- Diminuição de outros activos		(28 984 845)	50 908 032
- Aumento de outros passivos		47 958 776	147 128 318
		172 942 313	59 016 577
Imposto pago		-	(12 196 342)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		195 927 554	14 186 495
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis		(11 399 957)	(12 389 848)
Aquisição de activos intangíveis		(578 653)	(538 595)
Receitas o abate de activos tangíveis		-	514 616
Fluxo líquido de caixa utilizado nas actividades de investimento		(11 978 610)	(12 413 827)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Empréstimos contraídos		4 049 401	3 568 762
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento		4 049 401	3 568 762
Aumento/(diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		187 998 345	5 341 430
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de Janeiro		98 314 985	92 973 555
Caixa e equivalentes de caixa no fim do ano		286 313 329	98 314 985

Notas explicativas

	2016 MT	2015 MT		2016 MT	2015 MT
1. Margem Financeira			Deslocações, estadias e representação	9 063 566	5 481 931
Juros e proveitos equiparados			Publicidade	1 444 295	2 720 676
Juros de disponibilidades	2 459 150	668 799	Serviços especializados (a)	25 480 777	14 403 606
Juros de empréstimos a clientes	7 543 398	7 644 588	Conservação e reparação	5 680 280	5 169 624
Outros (a)	11 440 869	10 668 589	Formação de pessoal	783 797	761 806
	21 443 417	18 981 977	Seguros	1 951 628	1 296 803
			Outros	1 864 207	1 404 872
Juros e custos equiparados				57 619 817	38 684 311
Juros de empréstimos obtidos	(2 536 493)	(3 234 188)	(a) Serviços especializados	2016	2015
Juros em operações de locação financeira (b)	(9 502 084)	(8 453 618)	Avenças e honorários dos órgãos sociais	MT	MT
	(12 038 577)	(11 687 806)	Avenças e honorários diversos	1 514 000	985 447
Margem financeira	9 404 840	7 294 171	Serviços de auditoria e consultoria	5 900 452	3 611 127
(a) Estes juros resultam de depósitos a prazo efectuados dos fundos Agroinveste (Agrogarante e AgroEmpreender).			Serviços judiciais	7 043 956	5 323 032
(b) Estes juros em operações de locação financeira referem-se essencialmente aos juros pela aquisição do imóvel da Gapi-Sede, localizado na Av. Samora Machel.			Serviços de segurança de instalações	372 841	501 409
			Serviços de traduções	2 290 674	2 286 210
			Conferências e seminários	6 670	114 100
			Prestação de Ser, de Extensão Agrícola	614 019	857 584
				7 738 165	724 698
				25 480 777	14 403 606
2. Receita e custo de taxas e comissões	2016	2015	6. Perdas por imparidade do crédito	2016	2015
Receita de taxas e comissões	MT	MT	Imparidade líquida	MT	MT
Comissão inicial de crédito	457 873	437 085	Carteira de crédito	10 203 054	3 239 771
Comissão de preparo de crédito	70 000	3 715		10 203 054	3 239 771
Comissões por garantias prestadas	61 824	527 402			
Outros	101 499	33 634	Reversões		
	691 196	1 001 836	Carteira	(7 739 244)	(12 517 725)
				(7 739 244)	(12 517 725)
Despesas de taxas e comissões			Imparidade líquida	2 463 810	(9 277 954)
Despesas bancárias	(750 911)	220 841			
	(750 911)	220 841			
Receita líquida de taxas e comissões	(59 715)	1 222 677			
3. Resultados líquidos de operações cambiais	2016	2015	7. Caixa e equivalentes de caixa	2016	2015
Lucro cambial	MT	MT	Caixa	MT	MT
Perda cambial	3 034 874	2 836 664		65 699	4 244
	(8 898 281)	(31 401 502)	Depósitos à ordem		
	(5 863 407)	(28 564 838)	- Moeda nacional	270 990 615	91 018 674
			- Moeda estrangeira	15 257 015	7 292 067
				286 247 630	98 314 985
4. Outros rendimentos líquidos	2016	2015			
Rendas de edifícios	MT	MT	8. Investimentos	2016	2015
Serviços de extensão financeira	19 648 406	12 956 167	Depósito a prazo	MT	MT
Recuperação de créditos incobráveis	84 286 259	29 567 050		272 545 120	455 854 441
Subsídios ao desenvolvimento	3 623 822	515 680		272 545 120	455 854 441
Desreconhecimento de Passivos	-	62 278 453			
	13 041 270	4 589 876			
	120 599 758	109 907 225			
Outros encargos e gastos operacionais	72 594	5 612 998			
Outros impostos	998 213	743 406			
	1 070 807	6 356 404			
	119 528 951	103 550 821			
4.1 O saldo da rubrica rendas de edifícios respeita ao rendimento obtido nos contratos de locação operacional dos imóveis.					
4.2 O saldo da rubrica serviços de consultoria e capacitação empresarial refere-se aos rendimentos auferidos pela prestação de diversos serviços no âmbito das actividades de consultoria, capacitação e fomento empresarial e de execução dos programas de desenvolvimento sob gestão da Gapi – SI., incluindo acções de formação, aconselhamento e consultoria empresarial e acompanhamento de clientes.					
5. Custos operacionais	2016	2015	9. Empréstimos e contas a receber	2016	2015
Custos de administração e gestão (nota 5.1)	MT	MT	Aplicações Vivas	MT	MT
Custos com o pessoal (nota 5.2)	57 619 817	38 684 311	Moeda nacional		
Depreciação e amortização	51 283 804	39 563 715	Curto prazo	32 912 494	47 906 175
	5 725 067	6 927 156	Médio e longo prazo	187 975 705	186 609 141
	114 628 688	85 175 182	Total moeda nacional	220 888 199	234 515 316
5.1 Custos com o pessoal	2016	2015	Moeda estrangeira		
Salários e subsídios	MT	MT	Médio e longo prazo	29 375 227	23 172 331
Encargos sociais obrigatórios	48 392 044	37 395 170		250 263 426	257 687 647
Encargo social facultativo	1 619 839	1 367 949	Aplicações vencidas		
Outros custos com o pessoal	975 006	777 570	Classe II	8 868 664	7 400 179
	296 914	23 025	Classe III	30 089 831	29 350 887
	51 283 804	39 563 714	Classe IV	12 605 104	7 473 602
			Classe V	23 523 176	5 263 570
				75 086 775	49 488 238
			Juros vencidos	6 896 016	4 920 659
			Total de juros e aplicações vencidas	81 982 791	54 408 897
5.2 Custos de administração e gestão	2016	2015	Imparidade acumulada		
Água, energia e combustível	MT	MT	Imparidade colectiva	(14 771 684)	(15 527 751)
Impresso e material de consumo corrente	2 502 683	2 571 661	Imparidade individual	(33 299 348)	(41 734 547)
Material para assistência e reparação	1 403 974	1 289 214		(48 071 032)	(57 262 298)
Rendas e alugueres	1 150 511	752 052	Total crédito líquido	284 175 185	254 834 246
Comunicações e despesas de expedição	3 733 900	1 324 500			
	2 560 198	1 507 567			
			10. Activos financeiros disponíveis para venda	2016	2015
			Outros (e Estaleiro Naval de Pemba)	MT	MT
			Imparidade	-	-
				14 073 972	14 073 972
				(3 000 000)	(3 000 000)
				11 073 972	11 073 972

11. Propriedades de Investimentos	2016 MT	2015 MT
Saldo inicial	242 238 336	242 238 336
Ajustamento no justo valor (a)	54 170 082	54 170 082
Saldo final	296 408 418	296 408 418

A carteira de propriedades de investimento inclui edifícios onde, por via de contratos de locação operacional, a entidade auferir rendimentos.

(a) As propriedades de investimento são valorizadas pelo modelo do justo valor. Todos os edifícios de rendimento foram avaliados ao preço do mercado tendo resultado num ajustamento de justo valor no montante de 54 170 082 MT.

12. Activos Tangíveis	2016 MT	2015 MT
Saldo em 1º de Janeiro	224 462 435	226 835 594
Adições	11 399 957	12 389 848
Abates	-	(950 000)
Amortização	(5 700 904)	(13 813 007)
Saldo em 30 de Junho	230 161 488	224 462 435

13. Activos Intangíveis	2016 MT	2015 MT
Saldo em 1º de Janeiro	2 191 867	1 814 662
Adições	578 653	538 595
Amortização	(24 163)	(161 390)
Saldo em 30 de Junho	2 746 357	2 191 867

14. Investimentos em filias e associadas	2016 MT	2015 MT
Tctif Industrias Florestais Lda.	2 128 000	2 128 000
IKURU, Lda	4 711 000	4 711 000
Banco Terra Moçambique	240 519 011	240 519 011
Caixa de Poupança Postal de Moçambique, SA	750 000	750 000
Caixa Financeira de Caia, SA	2 450 000	2 450 000
Eco Serviços, Lda	10 000	10 000
Socremo – Banco de Microfinanças, SA	34 849 114	34 849 114
YMcb – Yingue Micrbanco, SA	3 199 783	3 199 783
Microbanco para Desenvolvimento da Mulher, Mcb, SA	2 400 000	2 400 000
CITRUM - Citrinos de Umbeluzi, Lda	10 000 000	10 000 000
Outras Participações Societárias	4 662 979	4 662 979
	305 679 887	305 679 887
Imparidade de investimentos em filiais e associadas	(214 886 099)	(214 886 099)
Total líquido de investimentos em filias e associadas	90 793 788	90 783 788

15. Outros Devedores	2016 MT	2015 MT
Devedores Trabalhadores	5 904 904	5 793 209
CPPM – Caixa de Poupança Postal de Moçambique, SA	19 099 150	18 025 074
ECO Serviços, Lda	25 045 717	24 565 776
Caixa Financeira de Caia, SA	3 331 615	3 331 615
Yingue MicroBanco, SA	2 878 474	2 857 162
Micro Banco para o Desenvol. da Mulher, MCB, SA	6 537 186	6 480 774
PROMER	11 721 959	2 132 686
RBL	-	4 785 615
Ministério do Género Criança e Acção Social	8 365 353	-
Activos por Impostos Diferidos	9 377 092	-
Prejuizos Fiacais	2 530 167	2 530 167
Outros	41 835 185	37 139 975
Imparidade em outros activos	(12 808 180)	(12 808 180)
Total de outros activos	123 818 622	94 833 874

16. Recurso de Clientes e Outros Empréstimos	2016 MT	2015 MT
Moeda nacional		
Médio e longo prazo		
FFP/FAD – Projecto de Pesca Artesanal	38 263 370	39 694 631
FARE	3 356 995	3 356 995
Fundo PADDEL	8 844 906	8 844 906
Millennium BIM II	15 852 705	18 470 845
	66 317 977	70 367 377
Moeda estrangeira		
Médio e longo prazo		
NDF 168 – Pesca semi-industrial	53 900 000	53 900 000
NDF 247 – Florestas	165 132 000	165 132 000
Sub total	219 032 000	219 032 000
Total de empréstimos	285 349 976	289 399 377

17. Instrumentos representativos de capital (Prestações acessórias)

As prestações acessórias foram convertidas das responsabilidades para com o Estado Moçambicano e correspondem à contribuição do accionista público, para o reforço da capacidade institucional da Gapi – SI. As dívidas ora convertidas, respeitam a donativos cedidos ao Estado Moçambicano pelos seus parceiros nomeadamente o Governo da República Federal da Alemanha, Fundo de Desenvolvimento Africano (ADF), Fundo Internacional para o Desenvolvimento da

Agricultura (FIDA), e KFW os quais foram repassados a Gapi - SI, através dos contratos de retrocessão, para a materialização e implementação dos programas de desenvolvimento em vários sectores.

Em 2015, no quadro da conformação da Gapi à regulamentação das Instituições e sociedades financeiras, o Banco Central concluiu que, nos moldes em que o contrato das Prestações Acessórias foi elaborado, estas só devem ser consideradas como elementos do passivo (embora não tenha sido definido a forma de repagamento) por não ter sido observado o disposto no Aviso 14/GBM/2013 de 31 de Dezembro no acto da sua constituição. Para que estas sejam classificadas como fundos complementares carecem de reformulação. Estão em curso negociações com o Estado visando a revisão do contrato

18. Outros Passivos	2016 MT	2015 MT
Credores Leasing (a)	99 006 969	103 686 317
PPABAS – Fundo de Mitigação de Risco	14 177 500	9 742 500
AGRO-INVESTE (b)	239 678 906	154 932 404
PROSAVANA	14 390 000	14 390 000
AGRO GARANTE (c)	411 678 219	425 883 227
LIVELIHOOD BASIX	6 443 957	6 443 957
Dividendos Declarados	4 473 358	4 473 358
BADEA	17 160 000	17 160 000
Propesca	9 000 000	9 000 000
Outros	35 631 721	33 721 524
	851 640 631	779 433 287

(a.) O saldo das contas de Credores em regime de locação financeira compreende ao valor das rendas vincendas dos contratos de locação financeira celebrados com instituições de crédito para a aquisição de diversas viaturas e financiamento para aquisição e reconstrução do edifício Sede.

(b) O saldo da conta do Agro-Investe corresponde ao valor da linha de crédito do Agroempreender, aplicado e por aplicar e visa financiar PMEs do sector de agronegócios, Jovens empreendedores e refinanciamento às Instituições de MicroFinanças.

(c) Trata-se de uma responsabilidade decorrente dos fundos recebidos pela Gapi no âmbito do Agroinveste, que foram aplicados noutras instituições de crédito, por 181 dias.

19. Capital	2016 MT	2015 MT
FDC	9 878 000	9 878 000
Cruz Vermelha de Moçambique	8 339 000	8 339 000
Ministério das Finanças – (IGEPE)	36 000 000	36 000 000
GapiGest S.A.R.L	24 000 000	24 000 000
Gestores, Técnicos e Trabalhadores	24 000 000	24 000 000
CTA	17 783 000	17 783 000
	120 000 000	120 000 000

20. Outras Reservas e Resultados Transitados	2016 MT	2015 MT
Reserva Legal (a)	24 356 315	21 118 012
Reservas para Investimentos	7 493 989	3 917 869
Reservas Livres	10 582 592	1 205 500
Resultados Transitados	6 710 173	1 313 000
	49 143 068	27 554 380

(a) Reserva Legal	2016 MT	2015 MT
Saldo em 1º de Janeiro	21 118 012	20 213 888
Aplicação dos resultados do exercício anterior	3 238 303	904 124
Saldo em 30 de Junho	24 356 315	21 118 012



Quadros da Gapi preparam seu contributo para um Moçambique mais inclusivo

Promovendo a Mulher e a Juventude



A Gapi entende que o futuro do País depende de uma maior empregabilidade e empreendedorismo da juventude, e de uma participação mais equitativa da mulher no acesso a recursos de capital e a oportunidades de formação. Para melhor responder a este desafio, a Gapi constituiu na sua orgânica uma unidade especializada para conceber e implementar programas de assistência financeira e técnica especificamente orientados para a Juventude e Mulher Empreendedora. O estabelecimento de parcerias e acordos com outras instituições, como o caso do Agro-Jovem, é parte da metodologia de implementação para aumentar a abrangência. Para o período 2016-2019 a Gapi já mobilizou recursos na ordem dos 200 milhões de Meticais para promover iniciativas de pequenos negócios enquadradas na promoção da Mulher e da Juventude.



Promovendo o Desenvolvimento Rural através de Organizações de Produtores e Finanças Comunitárias



A Gapi definiu o desenvolvimento rural como uma das prioridades nos programas que promove. Neste sentido a Gapi presta assistência à constituição e profissionalização de organizações de produtores e à expansão da literacia financeira e fomento das finanças comunitárias. Como resultado, no início de 2016, com apoio de diversos parceiros de desenvolvimento, uma dezena de cooperativas agrícolas, mais de duas centenas de associações de produtores e comerciantes rurais, assim como cerca de três centenas de grupos de poupança e empréstimo estavam activos por quase todo o País. Estas instituições rurais e comunitárias, asseguram melhores rendimentos e capacidade de intervenção nos mercados por parte dos seus membros, provando ser a base de um desenvolvimento mais inclusivo.

